

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**"A LEPROSA E A ORDEM": UMA HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL COLÔNIA
GETÚLIO VARGAS - PARAÍBA (1929-1941)**

EMANOEL CALIXTO DO NASCIMENTO

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Engler Cury

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA – PB
ABRIL– 2019

**"A LEPRA E A ORDEM": UMA HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL COLÔNIA
GETÚLIO VARGAS - PARAÍBA (1929-1941)**

EMANOEL CALIXTO DO NASCIMENTO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de História e Regionalidades.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Engler Cury

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N244a Nascimento, Emanuel Calixto do.

"A LEpra E A ORDEM": UMA HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DO
HOSPITAL COLÔNIA GETÚLIO VARGAS - PARAÍBA (1929-1941) /
Emanuel Calixto do Nascimento. - João Pessoa, 2019.
143 f.

Orientação: Claudia Engler Cury.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Hospital Colônia Getúlio Vargas; Lepra; Paraíba. I.
Cury, Claudia Engler. II. Título.

UFPB/CCHLA

deral da Paraíba

a Paraíba

DEDICATÓRIA

Por ti, Maria Salomé.

Tudo só foi possível por causa de ti e à você eu devo tudo... Te amo minha menina, sentirei muito tua falta, muito... Você foi a melhor mãe e mulher desse mundo inteiro! Nem o tempo poderá apagar o que sentimos um pelo outro. Maria Salomé Pereira, sertaneja, mãe, mulher, sinônimo de força...

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, a todos aquele que de forma direta ou indireta influenciaram a minha vida de forma positiva ou negativa durante os dois últimos anos, pois foi através dos maus e dos bons momentos, que pude aprender mais um pouco sobre o sentido da vida. Durante as manhãs intermináveis no Arquivo do Espaço Cultural José Lins do Rego, o funcionário conhecido como Pedro, se dispôs sempre de forma muito atenciosa a atender os meus pedidos. Sua gentileza para comigo sempre será lembrada.

Sou muito grato também, a todo o corpo docente e discente do PPGH/UFPB, formado por amigos e professores que me auxiliaram brilhantemente neste percurso. Quero desejar meu abraço fraterno a duas pessoas em especial. Primeiro, a professora Cláudia Engler Cury, que na figura de minha orientadora sempre me auxiliou e mesmo diante dos meus diversos atrasos de entrega de texto, foi uma mulher extremamente paciente comigo. Apesar dos atrasos e dos problemas enfrentados durante esse árduo período de 24 meses, ela foi uma pessoa gentil comigo e sempre fazia questão de perguntar sobre os meus entes queridos. A senhora será guardada com muito carinho na minha memória e no coração. A segunda pessoa pela qual criei o maior apreço afetivo foi o professor Azemar Soares. Homem bom, de coração sublime que foi um verdadeiro anjo em minha vida acadêmica e me deu diversos conselhos, que não serviam apenas para a academia, mas para a vida. A ti, destino meu sincero abraço. Agradeço também à Professora Serioja Cordeiro Mariano pelas valiosas contribuições por ocasião de meu exame de qualificação e por sempre ter sido uma pessoa solícita e cativante. Meu muito obrigado.

Aos meus caros amigos, Paulo Athayde Júnior, que nos momentos mais depressivos da escrita, sempre me ligava chamando para almoçar. Você não faz ideia de como sua presença acalantava minha mente. Obrigado meu irmão, pois palavras não descrevem o sentimento de amizade que sinto por ti. Ao meu amigo Raphael Freitas, que de forma muito singular sempre trazia o ombro amigo e a música como forma de sossegar minha alma. Samuel Freitas, popularmente e carinhosamente apelidado de “Cabeça de Caixa D’água”, direciono um forte abraço pela grande amizade. Aos outros grandes amigos, como Vitória Regina, Denise, Talita Satiro, Maria Tereza Miranda, só posso dizer que vocês meninas, foram parte essencial na minha trajetória na capital da Paraíba.

Gostaria de agradecer à Confraria da Pizza, localizada nas “Três Ruas”, no bairro dos Bancários. Este lugar foi palco de inúmeras conversas e confabulações sobre os meus sonhos e os sonhos dos meus grandes amigos.

E por fim, quero agradecer a Deus e aos meus familiares. Meus queridos irmãos, Isabela e Manoel Calixto, que foram peças essenciais na minha formação emocional. Eu rogo aos céus que possa lhes dar todo o amor e paz do mundo. Aos meus tios(as), primos(as) e demais familiares, endereço um enorme abraço fraternal.

Ao meu pai, Manoel Calixto, guardo dentro de mim um sentimento de gratidão imortal, por toda confiança e amor depositado. O senhor foi e sempre será o meu grande herói, o mais real de todos, pois não é perfeito, porém, mesmo diante das imperfeições que caracterizam os seres humanos, consegue a cada palavra e gesto, exprimir como o amor é edificante.

Quero também deixar marcado neste trabalho, todo o sentimento de gratidão e amor que tenho por Nicole Ramalho de Freitas, minha namorada e confidente. Você também foi essencial em minha vida. Esteve ao meu lado nos momentos de dificuldade, segurou a barra comigo quando precisei, e foi a partir da relação contigo, que pude conhecer um dos amores de minha vida, Lisa, a nossa cadelinha, mais linda e amada do mundo. Vocês são muito especiais para mim. A você, dedico o meu amor.

E por fim, quero deixar registrado o meu eterno amor pelas duas mulheres que tiveram suas vidas ceifadas pelo câncer, durante o período que abriu e fechou este mestrado em minha vida. Minha mãe, Maria Salomé Pereira e sua mãe, minha avó, Nilza Pereira. Vocês sempre foram e serão os meus maiores exemplos de amor e gratidão. Como eu já disse em outros momentos de minha vida. Nada poderá apagar o que sentimos uns pelos outros. Vocês foram e sempre serão as razões de minha vida. Obrigado, meus anjos.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir os processos que levaram à construção do Hospital Colônia Getúlio Vargas no povoado de Barreiras, atual cidade de Bayeux-PB, destinado a conter de forma compulsória todo indivíduo que tivesse hanseníase, doença popularmente conhecida na época como Lepra. O recorte temporal escolhido para a pesquisa tem início no ano de 1929 e segue até 1941, ano da inauguração do hospital colônia. Deste o final da década de 1920, o jornal oficial do estado da Paraíba, o *A União*, começou a veicular notícias que diziam respeito à criação de um leprosário no estado. Esta jornal foi utilizado como principal fonte desta pesquisa e durante todo o período reportado no presente trabalho, esteve publicando notícias sobre os progressos relativos ao empreendimento, demonstrando como os interesses dos médicos, políticos e da sociedade do período, ambicionavam a criação de um aparelhamento anti-leproso neste estado, como método de proteger a sociedade “sadia” da lepra, doença de forte estigma que na época não tinha cura e causava medo à população. Neste trabalho, também é abordado como a filantropia através da *Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra*, agiu de forma ativa no agenciamento de verbas que seriam destinadas à criação de um preventório para o acolhimento dos filhos sadios dos levados para a colônia. Durante a escrita desta dissertação, dialogo com as perspectivas abordadas por Michel Foucault (2014) acerca dos métodos de controle e disciplina dentro das instituições e também através das ideias de Erving Goffman (1987) sobre as “Instituições Totais”. A pesquisa apresenta como a lepra e o leproso foram postos em cena na e pela imprensa no fomento da criação de uma instituição destinada a cuidar desses enfermos. Conclui-se que o empreendimento do Hospital Colônia Getúlio Vargas fundado no ano de 1941, foi fruto de uma ação dos poderes públicos a nível federal e estadual em conjunto com a mídia da época, principalmente o jornal *A União*, a fim de construir um local especializado na contenção e no cuidados dos leprosos deste estado.

Palavras-chave: Hospital Colônia Getúlio Vargas; Lepra; Paraíba.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the processes that led to the construction of the Getúlio Vargas Colony Hospital in the village of Barreiras, present-day Bayeux-PB, to compulsorily contain every individual who had Hanseniasis, a disease popularly known at the time as Leprosy. The time frame chosen for the research begins in 1929 and continues until 1941, the year of the inauguration of the colony hospital. From the late 1920s, the official newspaper of the state of Paraíba, the *A União*, began to carry news that concerned the creation of a leprosarium in the state. This journal was used as the main source of this research and throughout the period reported in this work, has been publishing news about the progress of the venture, demonstrating how the interests of doctors, politicians and society of the period, aimed at creating an anti-terrorism apparatus. - a leper in this state, as a method of protecting “healthy” society from leprosy, a disease of strong stigma that at the time had no cure and was a source of fear to the population. This paper also discusses how philanthropy through the the *Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra*, acted actively in arranging funds that would be destined to the creation of a preventive for the reception of healthy children taken to the colony. During the writing of this dissertation, I dialogue with the perspectives approached by Michel Foucault (2014) about the methods of control and discipline within the institutions and also through the ideas of Erving Goffman (1987) about the “Total Institutions”. The research presents how disease and patient were put on stage in and by the press to foster the creation of an institution to take care of these patients. It is concluded that the project of Hospital Colônia Getúlio Vargas, founded in 1941, was the result of a federal and state government action in conjunction with the media of the time, especially the *A União* newspaper, to build a local specializing in the containment and care of lepers in this state.

Keywords: Getúlio Vargas Colony Hospital; Leprosy; Paraíba.

LISTA DE SIGLAS OU ABREVIATURAS

HCGV – Hospital Colônia Getúlio Vargas

SALDCL – Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra

SMCPB – Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba

DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública

DNS – Departamento Nacional de Saúde

MES – Ministério da Educação e Saúde

PCNL – Plano Nacional de Combate a Lepra

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Esboço dos pavilhões em estilo Carville.....	p. 57
FIGURA 2 – Visita da comitiva Weaver ao palácio do governo e almoço do Rotary Club em 1936.....	p. 60
FIGURA 3 - Cerimônia de aposição dos retratos de Eunice Weaver e do presidente Getúlio Vargas em 1941.....	p.120
FIGURA 4 - Janela da Cadeia do Colônia Getúlio Vargas.....	p. 121
FIGURA 5 - Prédio da Administração, Hospital Colônia Getúlio Vargas.....	p. 122
FIGURA 6 - Busto de Getúlio Vargas no Hospital Colônia Getúlio Vargas.....	p. 123
FIGURA 7 - Fachada frontal da Capela Nossa Senhora das Graças, Colônia Getúlio Vargas	p. 124

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Prédios e locais do complexo Colônia Getúlio Vargas.....	p. 120
---	--------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - <i>A mão que afaga, é a mesma que apedreja</i> : Prelúdio do leprosário na Paraíba e as campanhas para isolar os leprosos.....	21
1.1: O polêmico debate acerca da criação de um leprosário na capital paraibana e os discursos e estigmas sobre o corpo leproso (1929-1932)	22
1.2 Influências do Sul e as <i>Sugestões para criação do serviço de lepra na Parahyba: Relatório apresentado ao governador Argemiro de Figueirêdo</i> pelo médico Edson de Almeida (1935).....	43
1.3 A comitiva Weaver chega a Parahyba: A visita de Eunice Weaver e a campanha solidária em defesa dos Lázaros na Paraíba (1936).....	59
CAPÍTULO 2 - <i>Entre bailes, filantropia e edificações</i> : o caminho para construção do leprosário na Paraíba.....	69
2.1: A filantropia em favor do leprosário: debates, associações, bailes e verbas para construção do leprosário da Paraíba (1931-1934).....	69
2.2: O projeto de verbas para criação do Leprosário da Paraíba e a compra da propriedade Rio do Meio. (1934-1938)	82
2.3: A <i>Campanha da Solidariedade</i> e a idealização do preventório Eunice Weaver (1936-1938)...	92
CAPÍTULO 3 – O aparelhamento anti-leproso da Paraíba é instituído: A construção do Hospital Colônia Getúlio Vargas.....	98
3.1: <i>Muros levantados e portas abertas</i> : Inauguração do Hospital Colônia Getúlio Vargas no povoado de Barreiras (1941).....	98
3.2: <i>Resguardando a prole dos leprosos</i> : O preventório Eunice Weaver é inaugurado.	109
3.3: <i>O leprosário enquanto mini-cidade</i> : O hospital Colônia Getúlio Vargas através da sua estrutura e cotidiano.....	118
3.3.1: <i>O hospital torna-se fortaleza</i> : Composição estrutural e o espaço físico do Hospital Colônia Getúlio Vargas.	119
3.3.2: <i>O cotidiano da colônia</i> : Os aspectos culturais e a relação entre o espaço físico e os leproso no Hospital Colônia Getúlio Vargas.	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS.....	131

INTRODUÇÃO

Estudar, pesquisar e dialogar com as questões referentes à Lepra¹, só me foi possível a partir da pesquisa documental que fiz ainda durante a graduação em História, na Universidade Federal de Campina Grande, sob a supervisão do professor Iranilson Burity. No início da minha graduação, no ano de 2011, trilhei o caminho das discussões sobre a temática étnica, especificamente as questões das negritudes e suas mais variadas possibilidades, tendo um enfoque maior no tema da cultura estadunidense norte americana. Porém, ao cursar a disciplina Brasil III, ministrada pelo professor Iranilson, deparei-me com questões referentes à higiene.

Discutir higiene? Saúde? Estas foram minhas indagações iniciais. Mal sabia eu que estava entrando numa seara de temas e minúcias profundas e extensas que mudaria meu escopo de visão sobre o mundo ao meu redor e principalmente sobre as questões interiores. Meu olhar estava centrado na questão negra, vislumbrando os preconceitos e estigmas relacionados à cultura Hip-Hop, porém, desde as primeiras discussões em sala de aula, comecei a perceber, comecei a perceber a influência deste tema na questão do homem negro e pobre no Brasil. E como se diz no linguajar sertanejo e popular, que “o buraco era mais em baixo”.

Li a obra de JERRY DÁVILA, *Diploma de Brancura: Política Social E Racial No Brasil, 1917-1945* (2006), e a partir de então, pude vislumbrar conceitos, ideias e discussões que nunca havia imaginado serem possíveis no meu cotidiano. Eu enxergava o que estava longe de mim, na tentativa de compreender coisas e situações do meu cotidiano. Eu estava percorrendo o caminho inverso. E deste ponto em diante, me utilizando de uma hermenêutica, comecei a perceber os elementos que me cercavam. E com demasiada sede, fui me saciar nas fontes documentais e histórias da minha terra.

Ler *Casa-Grande & Senzala* (1933) me deu suporte para evidenciar certos costumes e construir pontes discursivas que me propuseram e me impulsionaram a ir mais longe. Foi quando decidi trabalhar em meu TCC na graduação, com os discursos da modernidade

¹

O termo "lepra" será utilizado no texto para designar a enfermidade atrelada ao estigma da doença, pois este termo foi utilizado popularmente, desde tempos antigos para referir-se à doença, como também me utilizei do termo adequado, hanseníase, palavra correta ao aludir tal moléstia, visto que a lei nº 9.010 de 29 de março de 1995 define que "O termo 'Lepra' e seus derivados não poderão ser utilizados na linguagem empregada nos documentos oficiais da Administração centralizada e descentralizada da União e dos Estados-membros." Ver: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/127430/lei-9010-95> Acesso em: 5 Nov. 2018

relacionados a questão da higiene na Paraíba. Para tal, me utilizei do jornal *A União* como fonte de pesquisa.

Foi então, quando pude me debruçar sob o jornal à procura de tudo que fizesse referência a higiene e aos costumes relativos às questões sanitárias na Paraíba. E foi durante esta busca, que me deparei com as notícias sobre o hospital de isolamento para leprosos na Paraíba. Leproso, era uma palavra que só havia escutado como forma de xingamento ou “mal dizer”, já evidenciando o caráter do estigma, que segundo Sontag (1989, p. 92) havia definido a Lepra como uma das doenças mais carregadas de significado, consequentemente, repleta de estigmas. Fui pesquisar mais sobre o tema e percebi que a Lepra, como descrita no jornal, era a doença denominada atualmente como Hanseníase, enfermidade já conhecida e que sempre é veiculada nos meios de comunicação como uma doença passível de cura, onde o doente passa por um tratamento de alguns meses, tendo a possibilidade de cura e reabilitação.

Ao folhear as páginas do *A União*, me deparei com notícias que descreviam a lepra como uma doença perigosa e que causava medo à população, sendo caracterizada como uma sentença de morte para aquele que fosse acometido por este “mal”. No período abordado, algumas notícias reproduziam o pavor que os transeuntes sofriam perante os grupos de mendigos e doentes que se amontoavam nas calçadas da capital da Paraíba, causando pavor pelas peles machadas e as faces com suas partes cartilaginosas mutiladas. Em razão desse medo, as autoridades médicas e estaduais iniciaram campanhas e projetos que possibilitassem a criação de um leprosário neste estado.

Durante a leitura das matérias que tinham a lepracomotema, fiz reflexões sobre o conteúdo das mensagens veiculadas pelos “homens da ciência” acerca da possibilidade de se construir um hospital para leprosos na Paraíba, com o encargo de isolá-los compulsoriamente dentro de um ambiente específico. Acredito que o terror, a curiosidade e principalmente o fator emocional me sustentaram nesta atribuição e missão pessoal em pesquisar o tema mais a fundo. Pois então, aqui se faz realidade aquela incumbência à qual me propus no ano de 2016. Vamos em frente.

Historicamente, a lepra se apresenta como uma doença milenar, que desde os tempos bíblicos², suscitava o medo nas pessoas sãs. A doença foi percorrendo a história da

² Na Bíblia, a lepra é apresentada na bíblia pelo menos em três casos. Em todos os casos, a doença é descrita como castigo divino. A própria irmã de Moisés foi acometida da enfermidade. Em Deuteronômio 24:8/9 é citado “Nos casos de doenças de lepra, tenham todo o cuidado de seguir exatamente as instruções dos sacerdotes levitas. Sigam cuidadosamente o que eu ordenei a eles.” “Lembra-te do que o Senhor teu Deus fez a Miriã no caminho, quando saíste do Egito.”

humanidade e invadindo os corpos, e consigo, foi trazendo marcas que promoviam e intensificavam seus estigmas:

O estigma da lepra ganhou sentidos diversos em épocas históricas distintas. Na Idade Média, ela representava o pecado, a impureza e a maldição, e personificava, como nenhuma outra doença, o medo coletivo. Mas, ao perder impulso na Europa e ressurgir nas regiões tropicais colonizadas pelos europeus, ela passou a representar outra impureza: a impureza dos trópicos, vinculada a "inferioridade racial" e ao "atraso". (SOUZA, 2015, p. 17)

Desde a antiguidade, já se tinha conhecimento de locais específicos onde os indivíduos acometidos pela lepra deveriam ser direcionados. Esses locais eram conhecidos como *leprosários*³. A orientação era evitar o contato e o convívio social com os leprosos. Proibia-se sua entrada em ambientes fechados e circulação em locais movimentados. Somam-se às questões anteriormente mencionadas, outra que estaria na origem da doença, segundo o velho testamento, em Levítico: à menção que a lepra seria um sinal de imundice e impureza⁴ do corpo, relacionada também às impurezas da alma humana. E ainda “quando a casa estivesse com o "mofo" (da lepra) em suas paredes, a residência seria esvaziada e em um período de sete dias, ela seria lacrada, mas ao retornar, caso ainda se percebesse a permanência das tais manchas, todos os objetos da casa seriam excluídos e o sacerdote ordenaria "que as pedras contaminadas pelas manchas sejam retiradas e jogadas num local impuro, fora da cidade". (Levítico 14:40)

Esta parece ter sido a solução encontrada para se manter os enfermos da lepra longe do convívio social comum e sadio pois o medo do contágio e os estigmas que estes carregavam na pele, traduziam a sua "impureza" de corpo e alma. Entretanto, quando se trata da lepra nos tempos modernos, refiro-me especificamente ao século XX, será que há uma relação entre o aspecto científico e a religiosidade, no que diz respeito ao estigma e a forma de tratamento? Tenho fortes convicções para crer que sim, pois os métodos de controle e os discursos

³ Milenarmente conhecida, acredita-se que a lepra teve sua natureza contagiosa revelada no ocidente desde 644 d. C., quando o rei Lombardo Rotharis teria ordenado o isolamento de doentes e, conseqüentemente, fez surgir o primeiro leprosário. Ver: Manual de Leprologia (1960, p. 12)

⁴ "Quando alguém tiver um inchaço, uma erupção ou uma mancha brilhante na pele que possa ser sinal de lepra será levada ao sacerdote Arão ou a um dos seus filhos que seja sacerdote. Este examinará a parte afetada da pele, e, se naquela parte o pelo tiver se tornando branco e o lugar parecer mais profundo do que a pele é sinal de lepra. Depois de examiná-lo, o sacerdote o declarará impuro." Levítico 13:2-3

proferidos⁵ por médicos e autoridades se assemelham bastante com os discursos bíblicos acerca do isolamento dos enfermos.

A relação entre o discurso religioso e os métodos de tratamento me parece que andaram de mãos dadas, visto que no caso brasileiro há uma forte tradição religiosa baseada no catolicismo, de tradição judaico-cristã, dessa forma, pensar como a religião e seus discursos permeiam estes métodos de controle são fundamentais, pois segundo Foucault (2014, p. 147) “durante séculos, as ordens religiosas foram mestras de disciplinas: eram os especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares” e ao influenciar as formas de tratamento e lidar com a questão psicológica dos pacientes, visto que a religião serve também como método de alívio do indivíduo, se faz necessária uma discussão mais aprofundada na relação entre a lepra e o isolamento dos doentes.

Na direção de pensar a história das doenças, e mais especificamente, a história da lepra, apresento aos leitores a história dos processos sociais e políticos que levaram à construção do que se denomina Hospital Colônia Getúlio Vargas (HCGV) localizado na cidade de Bayeux, na Paraíba. A pesquisa tem se baseado em documentação identificada no IPHAEP, na cidade de João Pessoa e nas leituras das matérias jornalísticas do jornal *A União* que trataram da questão que motivou a pesquisa e do levantamento documental empreendido no próprio Hospital, que ainda está em funcionamento na cidade de Bayeux.

O Hospital Colônia Getúlio Vargas está em processo de tombamento⁶ e dessa forma, também me debrucei sob o referido processo na tentativa de apreender as razões que levaram ao seu pedido de tombamento no que se refere a sua importância histórica para a comunidade e para a história das doenças na Paraíba.

Para além das razões elencadas anteriormente umas das minhas motivações em empreender essa pesquisa diz respeito a uma espécie de tributo aos homens, mulheres e crianças que foram compulsoriamente mantidos naquele Hospital para tratamento da doença e que tiveram suas vidas, de certo modo, “apagadas” ou transformadas. Muitas dessas histórias, provavelmente foram interrompidas, muitas outras iniciadas, mas todas elas foram radicalmente modificadas, dada a situação emergencial que promoveu suas internações e confinamento dentro dos muros e espaços do Hospital Colônia Getúlio Vargas.

⁵Aqui me refiro aos discursos veiculados nos meios de comunicação, a exemplo dos jornais, que serão fonte essencial para formulação e consolidação desta pesquisa.

⁶O IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba) é o órgão responsável pelo processo de tombamento do Hospital Colônia Getúlio Vargas. O tombamento ainda está em processo desde o ano de 2013, quando do início dos encaminhamentos e estudos necessários ao plano de preservação patrimonial do local. Toda documentação abordada neste trabalho, está sob o código processo, número 0042/13, no IPHAEP.

O recorte temporal da pesquisa está delimitado entre os anos de 1929 a 1941. Partindo de 1929, pois foi nesse ano que se percebeu uma intensificação das discussões entre autoridades políticas e médicas acerca dos serviços empreendimentos e ações acerca do aparelhamento de combate ao chamado Mal de Hansen (uma das alcunhas da época para a lepra) e foi nesse ano que encontrei a primeira menção à construção de um leprosário na capital do estado. O debate de ideias foi veiculado pelos jornais alertando sobre os possíveis métodos de alerta, conscientização e convocação da população no combate ao temido mal. E tendo 1941 como fim deste recorte, em razão da inauguração do Hospital Colônia Getúlio Vargas.

Ao folhear as páginas do *A União*, se tem a noção do que Lenharo (1986) dizia a respeito do Brasil na primeira metade do século XX, um modelo de nação que era visto e pensado como um organismo que precisava curar doenças de toda ordem necessitando empreender um processo de higienização moral, social e cultural. Durante o período denominado pela historiografia como varguista⁷, a questão do processo de centralização do poder nas mãos do governo foi pauta recorrente, como se pode acompanhar a seguir:

De volta aos anos 30, é preciso observar como um amplo projeto de reordenamento da sociedade - o corporativismo - se apóia inteiramente na imagem da organicidade do corpo humano. As partes que compõem a sociedade foram pensadas tal como o relacionamento dos órgãos do corpo humano: integradamente e sem contradições. (LENHARO, 1986, p. 18)

Esse *corpus* nacional, integrado por diversos estados que tinham em sua formação diferentes modelos e que eram delineados geograficamente em locais com climas diferentes e aspectos sociais e econômicos contrastantes, aparece desregrado e "doente". Foi nesse ambiente histórico que dois médicos financiados pelo Instituto Oswaldo Cruz fizeram uma expedição ao interior do Brasil, estes homens de ciência eram Arthur Neiva e Belisário Penna⁸. Eles escreveram um relato de viagem que teve ampla repercussão e que surtiu efeito

⁷O período Vargas é compreendido entre as décadas de 30 e 40, mais precisamente desde o seu governo de caráter provisório, em outubro de 1930, depois o constitucional que é de 1934 a 1937 e que posteriormente se seguirá o seu período ditatorial, que irá de 1937 a 1945.

⁸Durante as primeiras décadas do século XX, mais precisamente no ano de 1912, os médicos Arthur Neiva e Belisário Penna viajaram do Rio de Janeiro para a região "interior" do Brasil, em uma expedição que duraria nove meses, percorrendo os estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás. Após esta viagem de quase um ano, os relatórios foram publicados no ano de 1916, e nestes, continham um estudo médico e sociológico das condições sanitárias das áreas interioranas do Brasil, onde se alertava para a precariedade das condições morais e sanitárias das populações locais destes estados. Esse relatório resultou em uma busca destes médicos por atenção da autoridade do Estado nacional em relação às condições precárias das regiões mais afastadas do "centro" do país. A publicação deste relatório teve forte influência nas elites intelectuais brasileiras, fomentando assim, a criação posterior de uma "Liga Pró-saneamento" em 1918. (D'AVILA, 2006, p. 35)

entre as autoridades políticas médicas da nação, um desses efeitos foi a decisão de tomar medidas que visavam coibir a possível degradação da nação e de seus indivíduos, acreditavam que era necessário, ajudar a população - principalmente aquelas mais carentes - a vestir-se com os trajes limpos e modernos tendo como modelo as nações europeias.

Foi neste período que se empreendeu uma forte difusão dos discursos higienistas e de eugenia⁹ disseminados por meio da imprensa e propagandeados pelo genro do médico Belisário Penna, o também médico e eugenista Renato Kehl¹⁰. Outros estudos e pesquisas já indicaram sua influência em várias partes do Brasil, chegando até a Paraíba, tendo como um dos receptores neste estado o médico Flávio Maroja¹¹ que atuou na vida pública e foi um dos responsáveis por diversas melhorias estruturais relacionadas às questões sanitárias, tendo sua imagem quase que sacralizada por alguns meios de comunicação, como no jornal *A Imprensa*. Observe:

[...] o jornal *A Imprensa*, da mesma forma que exaltava certas figuras, também fazia severas críticas. A imagem política de Flávio Maroja é amplamente divulgada como "o amigo do povo", aquele que —cogita o progressor, que "congratula-se com os patricios", que está "vivamente empenhado" e que atende prontamente, "cheio de entusiasmo", a todos. (SOARES JR, 2011, p. 81)

O papel do médico a serviço da sociedade, a exemplo do Flávio Maroja, foi de suma importância na implementação de projetos que visavam o melhoramento do corpo social e dos espaços da cidade, pois há uma intenção destes homens de ciência em "superar o que eles percebiam serem as deficiências da nação, aplicando uma série de diagnósticos e soluções científicas" (D'AVILA, 2006, p. 45). E já nas primeiras décadas do século XX, dois surtos epidêmicos fizeram com que as diretrizes relacionadas à higiene fizessem com que o estado da Paraíba se posicionasse em relação aos métodos de combate às doenças contagiosas.

⁹A Eugenia é um termo nascido no séc. XIX pelo inglês Francis Galton que se refere a teoria de que os indivíduos possam "melhorar" seus *genes* de acordo com as condições as quais o indivíduo é posto e condicionado em seu ambiente. (D'AVILA, 2006)

¹⁰Renato Ferraz Kehl (1889-1974) era farmacêutico e médico. Foi o grande divulgador do projeto Eugenista no Brasil, onde trabalhou em instituições públicas e privadas, mas sempre ligadas à área médica. Trabalhou em companhias como Laboratório Alemão da Indústria Química e a Farmacêutica casa Bayer. Tivera um vasto número de trabalhos publicados, contendo mais de 30 publicações escritas. Segundo PietraDiwan no livro *Raça Pura* (2007), Kehl regularmente publicava matérias e textos nos principais jornais do país. Com essa informação, se mostra o quão profundo era sua influência nos meios da imprensa escrita, com suas ideias eugenistas. Foi defensor de políticas de restrição à imigração, esterelização e de casamentos.

¹¹Flávio Ferreira da Silva Maroja (1864-1940) foi um dos médicos mais importantes e de maior destaque na história do estado da Paraíba. Foi um médico higienista e um dos principais divulgadores da Eugenia no estado da Paraíba. Atuou fortemente na vida pública, sendo direcionado por diversas vezes à política, onde assumiu variados cargos na sua trajetória de vida. Ver: Soares Jr. *Flávio Marója e suas lições sobre higiene e eugenia* in *Corpos Híidos: O limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*

Foram o surto de peste bubônica em Campina Grande no ano de 1912 e a influenza Espanhola em 1918 na cidade da Parahyba¹². Os dois surtos fizeram com que a *Inspetoria de Hygiene*¹³ fosse institucionalizada no ano de 1911, tornando-se o *Serviço de Hygiene Pública do Estado da Parahyba*, que passou a ter atribuições mais complexas em relação ao trato com as questões sanitárias. Entretanto, devido a certo fracasso dos poderes públicos em lidar com a influenza no ano de 1918, essa repartição passaria por uma reformulação e ganharia um novo modelo, sendo a partir de então chamada de *Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural*.

Nesse sentido, dada à situação sanitária que se encontrava o Estado da Paraíba, foi preciso estabelecer relações jurídico-normativas que visassem à proibição de hábitos considerados anti-higiênicos. Segundo Esteves (1987, p. 47) "os juristas, assim como os médicos, eram guardiões de um projeto de progresso e civilização que se impunha à sociedade e que passava justamente pelo aspecto do comportamento moral", como exemplo, dessa preocupação à época, foram os Códigos de Postura Municipais, cujas normas procuravam evidenciar este processo de mudança, quais seja: os poderes públicos passam a tomar mais iniciativas em relação à higiene dos espaços públicos e, também de sua população.

Nesse contexto as autoridades iniciaram um processo de construção de hospitais de isolamento¹⁴, destinados a manter os enfermos dos mais variados tipos de doenças transmissíveis, como a tuberculose e a lepra. No caso da segunda doença, a situação tornava-se mais complexa, pois "o conhecimento sobre o contágio era escasso e gerava controvérsia. A polícia sanitária agia para controlar outras enfermidades, mas a hanseníase era tratada como 'alerta máximo" (CASTRO, 2017, p. 83), e este estado de alerta se dava em razão desse desconhecimento, que causava pânico e trazia consigo a bagagem histórica do estigma e do medo em relação à doença que parecia tornar a vida do doente inútil. A possibilidade de cura só foi conhecida na década de 1940, mais precisamente no ano de 1941, que de acordo com Carvalho (2013, p. 186) um tipo de medicamento utilizado pelo médico Guy Faget, no estado da Louisiana, nos Estados Unidos, já havia surtido efeito positivo e de cura sob a enfermidade. Entretanto, o isolamento persistiu até a década de 1980 onde "pacientes eram obrigados a viver em colônias, embora a cura tivesse sido encontrada ainda na década de 1940" (CASTRO, 2017, p.37).

¹²Até antes da Revolução de 1930, a capital do Estado da Paraíba, atual João Pessoa, era designada por Cidade da Parahyba.

¹³A *Inspetoria de Hygiene* fora criada no mês de março de 1895, sob o decreto nº 53, com o intuito de combater as epidemias e embelezar a cidade. Cf. SOARES JR, 2011.

¹⁴Durante a pesquisa documental no jornal *A União*, pude captar diversas matérias relacionadas à década de 1930, que traziam notícias referentes à construção de hospitais de isolamento e leprosários, mais especificamente as matérias relativas aos anos de 1930, 1931, 1935, 1936, 1939 e 1940.

O HCGV foi idealizado durante o governo do presidente de estado, Argemiro de Figueiredo¹⁵ (1935-1940), mas sua construção só tem início em 1938 e sua fundação é concluída apenas em 1941, sob o governo de Rui Carneiro¹⁶ (1940-1945). A colônia foi construída na atual cidade de Bayeux¹⁷, naquela época, ainda era um povoado ligado ao município de Santa Rita, chamado de Barreiras. A colônia fora construída dentro da mata atlântica, região hoje denominada como Mata do Xém-xem, atualmente transformado em reserva florestal através do decreto n° 21. 252 de 28 de Agosto de 2000, sob o nome de Parque Estadual Mata do Xém-xem.

O objetivo principal desta instituição era o de abrigar e dar condições de vida aos enfermos da hanseníase, visto que a doença gerava diversos preconceitos e estigmas, como fora inicialmente discutido no texto. No local foram construídas ruas, igreja, ambulatório médico, parlatório, delegacia e casas. Ali viviam dezenas de pessoas, que desde sua inauguração em 12 de julho de 1941, começou a abrigar estes indivíduos, muitos deles marginalizados. O primeiro interno, segundo documentação oficial da instituição¹⁸, foi o jovem Pedro¹⁹ de 26 anos de idade, agricultor, natural da cidade de Campina Grande. Chegou ao leprosário no dia da inauguração e foi transferido para o Hospital Colônia de Mirueira no estado do Pernambuco, no ano de 1946. Tanto no caso de Pedro, como de vários outros internos, há registro de transferências de internos para a referida Colônia em Pernambuco.

Segundos os dados obtidos nos documentos oficiais do Hospital Colônia Getúlio Vargas, de 12 de julho de 1941, até 10 de novembro de 2004, ao todo 407 pacientes foram internados na Instituição. No intuito de construir a cartografia da história do Hospital Colônia na Paraíba e na tentativa de responder questões e apresentar dados sobre a sua construção, estruturei a dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado *A mão que afaga, é a mesma que apedreja: Prelúdio do leprosário na Paraíba e as campanhas para isolar os leprosos* optei por discutir sobre a gênese da questão referente ao que viria a ser o Hospital Colônia Getúlio Vargas, abordei os debates veiculados no jornal *A União* acerca da construção de um hospital de isolamento na

¹⁵Argemiro de Figueiredo (1901-1982) foi advogado e político, atuou na política como deputado estadual e Secretário do Interior e Justiça, foi eleito governador no ano de 1935 e permaneceu no cargo até 1940. Ver:

¹⁶Rui Carneiro (1906-1977) natural do estado da Paraíba, onde exerceu carreira política. Foi substituto de Argemiro de Figueiredo. Sua atuação enquanto governador do estado foi entre os anos de 1940 e 1945.

¹⁷Ainda neste período, Bayeux se chamava Barreiras, povoado que fazia parte do município de Santa Rita. A mudança no nome da cidade ocorre no ano de 1944, quando sob o decreto-lei estadual n° 546 de 21 de junho de 1944 o interventor Rui Carneiro modifica o nome da cidade, em homenagem à primeira cidade reconquistada da França no período da Segunda Guerra Mundial.

¹⁸A documentação se encontra no prédio do IPHAEP, em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba.

¹⁹Pedro não é o nome real do paciente, pois optei por dar um nome fictício ao interno.

capital do estado, onde as autoridades médicas e políticas já confabulavam sobre a possibilidade de construir um local específico para conter os indivíduos que tivessem adquirido algum tipo de doença contagiosa. Em meio a estas discussões foi proposta a criação de um hospital colônia para leprosos. Neste capítulo também discuto mais detalhadamente, sobre a proposta e as posições do médico Edson de Almeida, que foi responsável por apresentar uma proposta institucional ao governador do estado no fomento do Hospital Colônia e, posteriormente, explorei o tema da visita da Comitativa Weaver na Paraíba, responsável por estimular o tópico do aparelhamento anti-leproso no estado da Paraíba.

No segundo capítulo, intitulado *Entre bailes, filantropia e edificações: o caminho para construção do leprosário na Paraíba* me debrucei sob a questão da filantropia e a promoção de eventos e associações que promoveram e estimularam as propostas de criação do aparelhamento anti-leproso no estado, abordei o tema dos bailes e festividades associados à filantropia, que possibilitaram a compra do terreno para a criação do Hospital Colônia Getúlio Vargas e que, de modo secundário, possibilitou também a criação do preventório Eunice Weaver, que fazia parte do complexo do HCGV. Este local foi responsável pelo acolhimento dos filhos sadios dos leprosos.

Já no terceiro e último capítulo, intitulado *O aparelhamento anti-leproso da Paraíba é instituído: A construção do Hospital Colônia Getúlio Vargas*, me detive a apresentar a instauração do aparelhamento anti-leproso da Paraíba e o Hospital Colônia Getúlio Vargas de forma mais singular, tratandodas notícias ligadas à festividade de inauguração do Hospital e do Preventório Eunice Weaver. Neste capítulo apresento a estrutura do HCGV, expondo suas características e faço reflexões sobre as discussões teóricas acerca dos usos dos espaços em relação aos indivíduos que foram mantidos compulsoriamente no Hospital.

CAPÍTULO I - *A mão que afaga, é a mesma que apedreja*: Prelúdio do leprosário na Paraíba e as campanhas para isolar os leprosos.

1.1: O polêmico debate acerca da criação de um leprosário na capital paraibana e os discursos e estigmas sobre o corpo leproso (1929-1932)

No momento presente em que toda a Parahyba e o Brasil estão absorvidos e embriagados com as sensações de victoria, não se attentou para o extraordinário alcance de hygiene e defesa social desse projecto. E' preciso fazer resaltar bem vivo o govêrno actual querendo rumar a directriz fecunda de beneficios e realizações do querido presidente João Pessoa, e embora assoberbado pela avalanche dos problemas immanentes da Revolução, ainda assim não esqueceu essa velha aspiração dos nossos hygienistas e vae dotar a nossa capital de tão relevante melhoramento.²⁰

O "melhoramento" referido neste trecho de matéria veiculada no jornal diário *A União*, no ano de 1930, diz respeito à criação de um local apropriado ao resguardo dos "morpheticos" acometidos pela lepra, que viviam em situação de calamidade na capital da Paraíba e outras partes do estado, os quais causavam pavor e receio por onde passavam, deixando os ambientes públicos insalubres para a população considerada sadia. A preocupação das autoridades médicas e políticas se em razão do mal-estar que a tal "moléstia contagiosa" causava à tranquilidade e segurança dos indivíduos sãos, visto que a capital do estado estivera em burburinhos devido a Revolução de 1930²¹ e com a sucessão de gestores, como Álvaro Pereira de Carvalho e, posteriormente, José Américo de Almeida, mesmo que por pouco tempo, há uma tomada de decisões por parte do governo do estado que visa o melhoramento do trato com a higiene, principalmente na capital, do estado da Paraíba.

Mas, qual a urgência em se construir um hospital que trate ou ajude estes enfermos que contraíram a Lepra? Seria viável ao governo do estado montar um aparato “anti-leproso”? Estas questões tornaram

pertinentes naquele contexto, visto que, um ano antes, em 1929, há um debate entre autoridades médicas e suas falas de autoridade, que protagonizaram um conflito – inclusive com ataques pessoais – acalorado entre figuras médicas de proeminência no meio médico e social do estado da Paraíba, referente ao melhor local para se construir um Hospital de Isolamento nesta capital, destinado ao acolhimento de indivíduos que contraíram

²⁰*A União*, 31 de agosto, 1930.

²¹O termo Revolução de 30 é referente ao movimento que levou à destituição do presidente Washington Luís (1926-1930) do cargo e deu sucessão ao governo de Getúlio Vargas que tinha como seu vice-presidente o gestor do estado da Paraíba, João Pessoa. João Pessoa fora assassinado em julho de 1930, causando uma comoção nacional, onde posteriormente há a mudança do nome da capital, anteriormente denominada cidade da Parahyba, (Cf. AIRES, 2013.)

Varíola.²² Durante a querela que envolveu os médicos Dr. Walfredo Guedes Pereira, então chefe da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural e o Dr. Manuel Florentino, no qual o desacordo de opiniões acerca da melhor localização do hospital destinado ao acolhimento destas pessoas configurou nas páginas d'*A União*, entre julho e agosto daquele ano, um conflito que só teve fim, quando foi feita a mediação do debate pela *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba* – SMCPB²³ em que o ponto principal da discussão girava em torno da possibilidade de construir o Hospital de Isolamento no bairro de Jaguaribe²⁴, no qual o parecer "confiável" e instituído de autoridade científica desta instituição validaria e arbitraria a discussão colocando um ponto final na contenda.

O debate girava em torno das teorias relativas ao método de propagação da doença, que também serviam de suposição para transmissão da lepra, pois havia duas proposições acerca do método de contágio, referente às teorias "contagionista" e "infeccionista", em que, segundo Santos (2015, p. 166), a primeira sustentava a ideia da transmissão através do contato entre um indivíduo doente e outro saudável, a aproximação entre ambos servia como fator de contágio; já a segunda, sustentava que o modo de transmissão das doenças seria através da invasão de microrganismos no corpo sadio, provocando seu adoecimento.

Porém, ao final das discussões e elaborações de prerrogativas de ambos os lados, induzindo os leitores do jornal e a comunidade a favorecer aquele que de forma mais contundente figurasse suas proposições, a SMCPB decidiu, em conjunto com o Dr. Walfredo Guedes e a Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural, construir o Hospital de Isolamento no citado bairro de Jaguaribe. Porém, outra questão foi abordada por parte dos dirigentes do estado, o fator econômico, pois a localização proposta no bairro de Jaguaribe iria configurar uma melhor dinâmica orçamentária aos cofres do estado, em razão das "maiores facilidades

²²A Varíola é uma doença infectocontagiosa causada através de uma infecção pelo vírus *Orthopoxvirus variolae*. Este vírus, após o seu período de incubação, que costuma levar cerca de 12 a 14 dias após a infecção, apresenta-se como sintomas através de uma forte febre, dores de cabeça e vômitos. Acredita-se que a varíola tenha surgido no século IV d.C., mas não se há um consenso sobre o seu local de origem. Há indícios que apontam o Egito, Índia e China. A varíola, com o decorrer do tempo chegou a atingir toda a região da Europa, entre os séculos XI e XV, tendo chegado às Américas por volta do século XVII. (TOLEDO JR. Antônio C. de Castro. **História da Varíola**. História da Medicina. 2005. Disponível em: <http://rmmg.org/artigo/detalhes/1461> Acesso em: 7 Nov. 2018.

²³Para maiores informações acerca desta contenda entre autoridades médicas e políticas, ver o subtópico. Um parecer útil e competente: a SMCPB e a construção do Hospital de Isolamento. Cf. SANTOS, 2015.

²⁴Segundo Oliveira (2012) o bairro de Jaguaribe na época, apesar da proximidade com o a parte central da cidade, ainda mantinha traços rurais em seu delineamento, não havendo ainda os principais corredores de ligação com o centro da capital. Entretanto, havia ali zonas residenciais, sendo importante ressaltar que "esta característica não era exclusiva de Jaguaribe, sendo contígua a outras áreas que compunham a capital paraibana, à época [...]" (OLIVEIRA, 2012, p. 43)

de construção e ao fato de já pertencer ao Estado parte do terreno preciso para a área do hospital.”²⁵

Por fim, com a decisão favorável em se construir o Hospital de Isolamento no bairro de Jaguaribe, devemos atentar para duas questões apresentadas até dado momento pelo que já fora aqui exposto. Primeiro, o debate entre os médicos referidos anteriormente, sendo um deles chefe da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural, o órgão do Estado, expôs as opiniões divergentes entre indivíduos dotados de um saber médico e sanitário, a respeito de como e onde deveria ser construído um prédio que serviria de abrigo para enfermos com doenças que causavam pavor perante a população em geral; segundo, não só o parecer científico tinha ênfase na discussão, pois deveria estar em conformidade com outros fatores, como o econômico e político.

E foram de acordo com estas duas prerrogativas que se deu no ano seguinte uma discussão entre as autoridades médicas e governamentais, em torno das questões médica-científica e econômica, acerca da possibilidade de criação de um hospital de isolamento destinado exclusivamente aos leprosos. Porém, as dificuldades em se criar tal local já se apresentavam no ano de 1929, quando o Dr. Walfredo Guedes Pereira em resposta ao médico João Medeiros, afirmava que o Hospital de Isolamento de Jaguaribe não seria destinado ao tratamento de tuberculosos, nem muito menos leprosos, dado que seriam "vastas e dispendiosas as soluções reais, úteis, eficientes e práticas dos problemas"²⁶ em relação a estas duas doenças.

Mesmo com o alto custo para se criar um estabelecimento deste tipo, os trâmites necessários ocorrem, e o Hospital de Isolamento em Jaguaribe tem suas obras iniciadas em 19 de novembro de 1929. Porém, no decorrer dessa virada de década, no ano de 1930, com toda balburdia social e política que se verificavam nos meios de comunicação quanto à Revolução de 1930 e todas as questões pertinentes ao período, envolvendo a transição de governo, foi noticiado no jornal *A União* o seguinte: “por determinação do govêrno fôram suspensos os trabalhos de construção do Hospital de Isolamento”²⁷. Entretanto, de acordo com a matéria, a obra não seria totalmente interrompida "devido à necessidade de fazê-lo com os cuidados capazes de preservar as obras de estragos do tempo, durante a paralyzação do serviço. Há parêdes que precisam ficar cobertas, material exposto, etc.”²⁸, pondo mais uma vez a questão

²⁵ *A União*, 22 de outubro, 1929.

²⁶ *A União*, 04 de agosto, 1929.

²⁷ *A União*, 25 de abril, 1930.

²⁸ *Idem*.

das dificuldades econômicas em evidência, visto que a suspensão imediata só acarretaria em despesas futuras mais graves aos cofres do estado.

O que se pode perceber por meio das notícias veiculadas no jornal *A União* é que se, por um lado, era clara a necessidade de se construir um espaço institucional capaz de conter os enfermos, havia por outro lado dificuldades de ordem financeira. Dada esta situação, de que forma seria possível convencer a população da utilidade de um leprosário? E, mais ainda: como o próprio poder público seria instigado a lançar mão de verbas para dar início a uma obra que seria mais dispendiosa aos cofres do estado, já que o trato com tal doença seria bem mais oneroso economicamente? Foi a partir desse impasse e, além dos dados os riscos da doença e sua transmissibilidade entre indivíduos; seu dispendioso custo para o "tratamento"²⁹ e seu estigma social que se angariaram forças para se colocar novamente o intento de construção do hospital:

A presença do ser estigmatizado traz impurezas que devem ser eliminadas a partir da exclusão deste ser do convívio social. Com isto, o leproso, por exemplo, não pode interagir com o meio social sob pena de introduzir nele sua impureza. (SOUZA, 2015, p. 12)

Pondo em foco a necessidade e dever das autoridades em zelar pelo bem-estar social, em defesa dos sadios, mas não só por este motivo, pois um aumento significativo do contágio entre indivíduos doentes e saudáveis, o que causaria uma situação de desarranjo social e seria mais oneroso para os cofres públicos, inicia-se neste período uma campanha para angariar verbas e aval dos poderes públicos para construção de um leprosário e arrecadação de fundos para ajudar estas "pobres almas" que viviam em situação de calamidade. Em matéria veiculada pelo jornal *A União*, em agosto de 1930, noticiou-se que governador Dr. José Américo de Almeida "por decreto n. 15 de 28 do expirante, aprovou o projecto organizado pela Directoria Publica para a construção de um leprosário nesta capital."³⁰ e que, mesmo dada a situação das intempéries políticas e sociais daquele momento, o governo não havia deixado de lado "essa velha aspiração dos nossos higienistas" acerca de algo tão necessário para população e o estado como um todo. Há um empenho na viabilização para construção do leprosário, como sendo a pedra fundamental para proteção dos rijos e golpe no temor causado

²⁹ Aqui me refiro ao termo tratamento, porém, à época não havia um tratamento curativo da doença, apenas cuidados paliativos para com os enfermos, sendo a lepra uma doença não aguda, que levava tempo em seus estágios de degradação do corpo, por isso tornava-se uma doença tão custosa, pois a incumbência para com o doente era demorada e seu risco de contágio, alto.

³⁰ *A União*, 08 de agosto, 1930.

pela doença e, principalmente, por àqueles que a carregavam no corpo, estigmatizados como hospedeiros do mal.

São tecidos na matéria alguns comentários acerca dos leprosos, que representavam um "perigo terrível e constante[...] para a communhão social" já que era conhecida a "promiscuidade em que vivem conhecidos leprosos"³¹, observe:

Moléstia contagiosa e de cura difficilima, somente pelo isolamento de seus portadores é que actualmente se pode defender a sociedade de sua propagação. Assim se pratica em todos os centros populosos. E a Parahyba que já conta com algumas dezenas de morpheticos typicos deve se regosijar immenso por mais esse humanitário e nobre desideratum.³² [Grifo nosso]

Expondo de tal maneira a situação da Paraíba e o trato destinado aos "morpheticos", é possível visualizar como o estigma e o temor causado pela doença, que previa uma "cura difficilima", auxiliaram as mensagens veiculadas no jornal *A União*, no desejo de criar um espaço de contenção para os leprosos. Philippe Ariès nos adverte que a doença e, consequentemente a morte, deve ser vendida de modo a torná-la atraente, pois "não se vende bem o que não tem valor por ser demasiado familiar e comum, nem o que provoca medo, horror ou sofrimento." (ARIÈS, 2012, p. 94) O medo, então, é vendido como uma provocação àquilo que é para muitos, seu maior temor, a morte.

No mês de novembro do mesmo ano foi posta em destaque uma discussão no jornal, acerca da melhor localização para a construção de um leprosário naquela capital, lembrando que, situação semelhante havia tido destaque nas folhas daquele jornal diário um ano antes (1929) – como exposto anteriormente – acerca da construção do Hospital de Isolamento de Jaguaribe. Porém, dada por resolvida aquela situação, havia agora uma nova tarefa que era a da "validação científica". Novamente as páginas do jornal *A União* apresentava matéria, relatando o problema que teria chegado ao conhecimento da *Directoria de Saúde Pública*, em relação à "aprehensão, por parte de alguns elementos de nossa sociedade, quanto à localização do leprosário (Hospital-Colônia), em projecto"³³, projeto que estava em fase inicial, cuja maior objeção seria relativa ao espaço para fundação do prédio hospitalar.

Esta situação, afirmava a matéria jornalística, deveria estar em conformidade com a formulação paisagística e estrutural da cidade, pois quando se propõe criar um elemento

³¹ Idem.

³² Idem.

³³ *A União*, 04 de novembro, 1930.

urbano, seja em forma de prédio ou espaço, este deveria entrar em compatibilidade com outros elementos, ou neste caso, em "harmonia" com o bem-estar social. Dada tal situação, o jornal notícia tal problema que é exposto como motivo de apreensão por "elementos da sociedade", provavelmente uma elite cidadina, que utilizava a imprensa na tentativa de acender uma questão de tamanha importância, que seria a da inviabilidade de criar uma "colônia" para leprosos tão próximos dos indivíduos sãos. Porém, segundo Telaarolli Júnior (1996, p. 93) quando descreve que "a intervenção do Estado nos problemas de saúde pública dar-se-ia através da utilização da engenharia sanitária e da polícia sanitária como instrumentos privilegiados para as intervenções sobre a cidade". Esta intervenção poderia ou não ser feita de forma pacífica. Porém, o que se observa nesta situação em particular eram os efeitos causais e o medo da lepra, sendo mais uma vez determinante. Mas a *Directoria de Saúde Publica* tenta atenuar o temor relativo à localização do leprosário, que ainda estava em fase de definição de terreno e responde à celeuma da seguinte forma:

[...]Chegando ao conhecimento da Directoria de Saúde Publica a apreensão, por parte de alguns elementos de nossa sociedade, quanto á localização do leprosario (Hospital-Colonia), em projecto, na propriedade **"Santa Cruz da Bôa Vista", nas imediações da estrada velha de Tambaú**, pertencente aos herdeiros de d. Bernardina Rosa de Lima Borges, informou-nos a mesma directoria que não ha nenhum motivo para tal receio, pois tudo depende dos cuidados da direcção interna, que dará bons ou maus resultados em qualquer parte, não querendo dizer com isto que se deva localizar-o em centro de cidade, onde temos outros factores a considerar. Fica assim comprehendido que a distancia, mesmo considerável, em nada influirá nos maleficios oriundos de uma má direcção³⁴. [Grifo nosso]

Defendiam-se as autoridades afirmando que, mesmo próximo de zonas urbanas, com uma boa direção e ordenamento da situação seriam garantias suficientes para que nada de mal viesse a incomodar a população sadia, de qualquer maneira a questão provocava inquietação entre a população local³⁵.

³⁴ Idem.

³⁵ A veiculação através da imprensa paraibana acerca das epidemias ou temores acerca de uma doença específica, não era algo novo, visto que, segundo Cabral Filho (2014, p. 195) acerca dos surtos epidêmicos na cidade de Campina Grande na década de 1930, quando "Os discursos nervosos e amedrontados dos homens da imprensa campinense não serviam apenas para alertar os poderes competentes para dar combate às epidemias que teimavam em voltar à cidade; servem também para o diagnóstico de um quadro de desordem e insegurança causadas pelo medo das doenças e da morte". Outro momento de grande medo, veiculado pelos jornais, foi quando da chegada da *Influenza Espanhola* em 1918 na capital da Paraíba, que foi recorrentemente noticiado pela mídia jornalística. Para mais informações acerca deste episódio, Cf. SOARES JR, 2011.

A possibilidade de construir um hospital para leprosos na localidade conhecida como “Santa Cruz da Boa Vista, nas imediações da Estrada velha do Tambaú”³⁶ ainda causava preocupação, mesmo que o local citado não fosse densamente povoado³⁷. Deste modo, a SMCPB em nome de seu Conselho, apresentou um parecer em defesa da proposição em indicar o terreno supracitado para o tratamento dos leprosos. Como o hospital de isolamento para doenças agudas havia sido escolhido para o bairro de Jaguaribe, o sítio pertencente aos herdeiros de “Dona Bernardina” seria o mais aconselhável naquele momento para fundar o leprosário, de acordo com o parecer, com as recomendações da ciência médica e higienista. A matéria do jornal assim concluía: “Si assim foi considerado em relação à varíola e outras moléstias infecto-contagiosas agudas, tanto melhor em se tratando de lepra, moléstia chronica por excellencia e de contagio provavelmente mais difficil³⁸”, atestando que, a escolha daquele local antes pensado para o hospital dos variolosos, agora seria destinado a receber os enfermos de uma doença de trabalho mais árduo de tratar, a lepra.

Próximo ao fim daquele mês de novembro, mais precisamente no dia 30, foi noticiada no jornal *A União* uma nota referente à situação da obra do Hospital de Isolamento de Jaguaribe, que até àquela data já havia completado pouco mais de um ano desde o início de suas obras, mas que se encontravam paralisadas em razão do período de turbulência econômica ocasionada pela quebra da bolsa de Nova Iorque³⁹ e principalmente a Revolução de 30, que com a mudança de governo gerou uma passagem lépida entre governadores no

³⁶ De acordo com o artigo Anne Gabriele Lima Souza (2004, p. 4) o local conhecido como “Antiga Estrada de Tambaú” ou “Velha” estrada refere-se ao percurso tomado pela atual Avenida Eptácio Pessoa, que vai do centro da capital até a zona da Orla Marítima. É dito ainda que a “estrada do Tambaú” foi idealizada com o objetivo de ligar o centro da cidade à praia, possibilitando a locomoção das pessoas que costumavam “veranear” no local. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/10-hist-cidade/Artigo%20de%20Anne%20Lima.pdf> Acesso: 9 Nov. 2018

³⁷ No trabalho de dissertação de Raphaela Cristhina Claudino Moreira (2006, p. 36) afirma-se que “João Pessoa não se inclui no rol das cidades que foram fundadas no litoral, seu núcleo inicial estando localizado nas proximidades do Rio Sanhauá. Só na década de 1970 a orla marítima do seu município, antes habitada por pescadores e utilizada para fins de veraneio, passa a ser efetivamente ocupada por residências permanentes”.

³⁸ *A União*, 04 de novembro, 1930.

³⁹ Período de grande crise econômica iniciada a partir dos EUA, também conhecida como A Grande Depressão, sendo considerada como a pior crise de recessão econômica da história do século XX, onde a queda drástica do produto interno bruto – PIB de vários países ocasionou um colapso na economia norte americana e posteriormente vários outros estados nacionais, inclusive o Brasil. Após a I Guerra Mundial, o eixo econômico mundial já havia sido transferido para a América do Norte, em razão dos encargos sofridos pelos países derrotados. Em 1929, os EUA representavam 45% da produção industrial mundial, sendo que muitos capitais europeus estavam migrando para Bolsa de Nova Iorque. Após o colapso financeiro, a crise afetou o Brasil de forma contundente, já que os EUA era seu maior importador, com cerca de 80% das importações. (MARTINS; KRILOW. **A Crise de 1929 e seus reflexos no Brasil: a repercussão do crack na Bolsa de Nova York na imprensa brasileira**. 2015. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-imprensa/a-crise-de-1929-e-seus-reflexos-no-brasil-a-repercussao-do-crack-na-bolsa-de-nova-york-na-imprensa-brasileira/at_download/file Acesso em: 9 Nov. 2018

Estado da Paraíba, quando Anthenor Navarro⁴⁰, já no cargo de interventor federal do estado, logo nos primeiros dias como interventor, faz uma visita às obras do Hospital de Isolamento de Jaguaribe, acompanhado de sua comitiva e do próprio diretor do jornal *A União*, onde "percorreu detidamente todas dependências do edifício, colhendo dados e informações para estudos e providências a respeito das projectadas obras"⁴¹ com o objetivo de se manter a par das obras do estado e, principalmente, das despesas. É exposto na matéria que "o thesouro, a esse tempo custeando as grandes despesas com a defesa da autonomia da Parahyba, via esgotarem-se as suas reservas."⁴² e ao que se refere as decisões em relação a capital do estado:

Ao tempo da interventoria de Anthenor Navarro (1930-1932), os limites dessa autonomia municipal estiveram na ordem do dia e foram reconduzidos à tutela do Estado. Neste momento, a Paraíba conheceu um intenso processo de centralização estatal em todas as esferas da sua jurisdição. A todo custo, Anthenor procurou alinhar sua administração intervencionista aos moldes do programa revolucionário e ao modelo de ação do governo de João Pessoa. (SANTOS NETO, 2007, p. 44)

Diante do exposto, ficam claras as disposições referentes às questões políticas e econômicas do estado, nas quais a "defesa da autonomia da Parahyba" seria posta em primeiro lugar. Porém, mesmo diante de tais circunstâncias, aquela construção seria necessária ao bem-estar da comunidade, em que, ainda que diante das adversidades econômicas "O sr. dr. Anthenor Navarro assentou em tomar as providências que o momento comporta com o objectivo de concluir, dentro do menor espaço de tempo possível, as obras do hospital."⁴³ onde, depois de algumas deliberações e acertos contratuais feitos pela comitiva, na persona do interventor, a construtora deu prosseguimento aos trabalhos, constatando assim, a importância deste tipo de hospital para a capital do Estado. Contudo, acerca da discussão voltada diretamente à questão do leprosário da capital, mesmo diante dos problemas financeiros do governo, um local destinado aos leprosos era indubitavelmente necessário ao estado, mesmo que fosse tão oneroso aos cofres públicos.

⁴⁰ Anthenor Navarro (1899-1932) foi engenheiro e político paraibano, considerado um dos principais líderes da revolução de 1930 e um dos agentes de maior relevância nesse movimento no estado da Paraíba. Foi nomeado como interventor federal no dia 24 de novembro de 1930, pelo então presidente Getúlio Vargas. O cargo de Interventor Federal foi uma atribuição delegada pelo presidente Getúlio Vargas logo após a conhecida Revolução de 30. Os interventores tinham a tarefa de administrar seus respectivos estados. (Cf. SANTOS NETO, 2007, p. 43-44)

⁴¹ *A União*, 30 de novembro, 1930.

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

No mesmo mês foi publicada outra matéria, remetida em nome do médico Abrahão Almeida⁴⁴, que, em um texto extenso, faz uma explanação detalhada e profunda acerca do trato o qual se deve ter em relação a tal moléstia, no que diz respeito ao tratamento com a doença e com o leproso. O médico descreveu os fatores e razões pelos quais seria "habilitado" e, por conseguinte, teria autoridade ao aludir da questão, dada sua "vasta experiência com doentes de lepra", em que, de acordo com seu relato, teria "por mais de dois annos em observações e experiências no Leprosário Rodrigo de Menezes, na Bahia, do qual a esse tempo assumo quasi toda a responsabilidade da direcção"⁴⁵. Tendo convivido diariamente com a doença, mesmo que na posição privilegiada do poder científico, ele afirma que vinha por meio do jornal dar sua opinião a respeito "do que deve ser feito na Parahyba a directriz a seguir no combate de tão horripilante moléstia".⁴⁶

Reitera o médico que, mesmo de forma "despretensiosa", vai expressar sua opinião e observação sobre como lidar com o processo de construção e organização de um hospital, especificamente para tratar do leproso. E, para tal, afirma que o melhor tipo de prática para lidar com mazela seria o Isolamento, pois:

Este ainda é para os nossos tempos o pivot da prophylaxia ante-leprosa. Isolamento hospitalar, em colônias, em dispensários, mas sem excepção, porque só assim se subordinará o tratamento a um controle verdadeiro e efficiente, por um lado, e por outro só assim se resguarda a população em geral do contacto de contagio pelo virus de Hansen.⁴⁷

De acordo com o médico, o mal que representa a doença deveria ser combatido isoladamente dos sãos, resguardando-os, pois, o contato direto faria o límpido tornar-se opaco, sujo. Ele aborda ainda, especificamente o tipo de instituição que deveria ser montado para atender as necessidades dos pacientes:

typo de Leprosario - Na minha opinião deve-se adoptar na Parahyba o leprosario typo hospital. A moderna leprologia não o condemna inobstante ter chegado à conclusão de que a colônia leprosa preenche mais a finalidade. Para o nosso meio, em que felizmente não é muito grande o numero de lazarentos, em que as condições financeiras vacillam extraordinariamente a colônia, por outro torna-se muito

⁴⁴ Não há referência na matéria a respeito do perfil ou histórico do médico Abrahão Almeida. Ele é apresentado na matéria como um médico especialista. Como estava em visita ao estado da Paraíba e o assunto do leprosário estava em voga, há a veiculação dessa matéria com sua opinião sobre o que deveria ser proposto na realização do projeto. Não pude encontrar maiores informações sobre sua atuação enquanto médico.

⁴⁵ *A União*, 28 de novembro, 1930.

⁴⁶ *Idem*.

⁴⁷ *Idem*.

dispendiosa. Além do mais um hospital hoje, poderá ser colônia amanhã sem que haja demolições ou adaptações inconvenientes, porque seja qual for a colônia não póde deixar de ter dependências hospitalares.⁴⁸

O tipo de hospital, em acordo com essa "moderna leprologia", é concebido a partir de sua fala, como um protótipo de colônia, destinada à contenção contínua destes indivíduos. Mesmo sendo este modelo de hospital dispendioso, é crucial que seja feito de acordo com esse tipo de modelo, pois o enfermo deveria ser colocado ali dentro, mesmo que de forma não pacífica, contra sua vontade, para não contaminar os "puros", pois:

O isolamento estava previsto na legislação brasileira como medida profilática de combate à lepra desde a Primeira República. Os Decretos nº 5.156 de 1904 e nº 10.821 de 1914, do Regulamento Sanitário Federal, previam o isolamento de leprosos em colônias construídas especificamente para esse fim. (CARVALHO, 2013, p. 185)

A fala do médico denota seguir a lógica de tais leis e ordenamentos, visto que o pavor e a seriedade ao trato da doença tornavam cada vez mais aterradores os medos relacionados à lepra, principalmente dado o histórico de moléstias infectocontagiosas que já haviam assolado o estado em épocas anteriores – como no caso da *Peste Bubônica* e *Influenza Espanhola* – e que ainda causavam preocupação, visto que surtos epidêmicos podiam ser frequentes dadas as condições sanitárias da Paraíba, como afirma Soares Júnior (2011). Forçar a hospitalização do enfermo aos cuidados de uma instituição ou órgão pode parecer um tanto imperativo, como realmente o era⁴⁹, então há um processo que de criação de hospitais de isolamento para leprosos⁵⁰.

De acordo com o médico Abrahão Almeida, a criação de hospitais servia ao majestoso bem, digno e imperioso ao bem-estar da população e, principalmente à ciência, pois um leprosário tipo hospital, seja onde fosse construído, iria apenas contribuir com "A moderna leprologia não se importa que seja colônia, asylo, sanatório, hospital, laboratório ou mesmo um dispensário para leprosos, requer que seja montado funcionando em condições de servir de centro de estudo sobre lepra"⁵¹. Então, passa posteriormente em sua fala no jornal a definir

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Em vias legais, o Decreto Federal nº 16.300 de 31 de dezembro de 1923, por sua vez, reforçou a disposição de que o isolamento deveria ocorrer, preferencialmente, em colônias definidas nesta norma como estabelecimentos nosocomiais, ou seja, ambientes hospitalares. Porém, a imposição legal não podia ser cumprida à risca, uma vez que o número desses estabelecimentos no Brasil era insuficiente. (CARVALHO, 2013, p. 186)

⁵⁰ Segundo Carvalho (2013) há um empreendimento nacional, quando a lepra já havia se consolidado como flagelo nacional, tendo o isolamento dos enfermos ganhado vigor, propiciando a criação de vários leprosários em território nacional e entre 1930 e 1945 a criação de dezoito novos hospitais colônia.

⁵¹ *A União*, 28 de novembro, 1930.

de qual forma seria mais apropriado construir o local, especificando detalhadamente as ordenanças necessárias para a boa fluidez e sucesso do empreendimento que estava sendo pretendido na Paraíba. Observe:

O Hospital e suas dependências: - O Hospital para os leprosos como qualquer outro deve ter accommodações rigorosamente scientificas. Podemos adoptar as communissimas enfermarias em pavilhões distinctos para cada sexo. Essas enfermarias, pelas suas extremidades, vão a sala de curativos e apartamentos para enfermeiros. Entre estes pavilhões que devem ser lateraes ficará uma central e anterior, no qual se instalarão a directoria e administração, a secção de exames clinicos e bacteriológicos e de observação, a pharmacia e material cirúrgico.⁵²

Um ambiente hospitalar, de acordo com as condições sanitárias e científicas, adotando um modelo que dividiria os pavilhões dos pacientes por gênero, masculino e feminino. Conforme o modelo proposto, o local seria destinado ao tratamento do leproso. Contudo, em razão do possível prolongamento do tratamento, o local deveria contemplar espaços de lazer e habitação. Nas palavras do médico, o local apropriado deveria dispor ainda de "pavilhão central, sala de leitura, de bilhar, e outros jogos"⁵³ e também "cozinha, mordomias [...] lavanderias e passagem de roupa em um pequeno pavilhão a parte [...] com precaução para transformação ao futuro hospital em colônia". Seria então, metamorfosear um hospital em uma casa, um ambiente familiar, que dispusesse de elementos semelhantes ao da vida fora de um hospital⁵⁴ para que o enfermo esquecesse o mundo que deixou, indicando que o que ficava para trás seriam apenas lembranças de um passado fadado à doença e às suas atribulações.

Diferente de um hospital ambulatorial comum, onde o paciente dá entrada, é fichado e passa por uma bateria de exames para diagnosticar a enfermidade e a partir de então dá início ao tratamento medicamentoso, que pode ser feito em sua própria residência ou em casos mais graves ser internado no próprio hospital, mas que, logo após o término do tratamento recebe alta do hospital. No caso do hospital para leprosos, como a lepra ainda se mostrava uma doença sem cura e com tratamentos sem eficiência comprovada, o enfermo deveria ser fichado e, caso fosse constatada a doença, deveria permanecer nas dependências do hospital, tendo uma assistência permanente.

⁵² Idem.

⁵³ Idem.

⁵⁴ De acordo com Gurgel (2010, p. 64) "Hospício, hospedaria, hospital. Palavras originárias da mesma raiz latina, *hospes*, que significa 'aquele que recebe o estrangeiro', remetem à ideia de fornecer proteção, um abrigo seguro para os que necessitam."

Algo que chama atenção na explicação do médico refere-se ao trato destinado a alguns tipos de enfermos, mais especificamente, tratando de sua origem ou viés social, quando na matéria ele sugere que os "banheiros, aparelhos sanitários dirão a área e a natureza do terreno. Pôde haver compartimentos especiaes para leprosos de condições sociaes distintas."⁵⁵, confirmando aquilo que Telarolli Júnior (1996, p. 150) dissera acerca destes modelos de hospitais de isolamento que "representavam a peculiaridade de serem voltados ao atendimento da população mais pobre" e, na situação apresentada na matéria do *A União*, em caso do hospital receber indivíduos que representassem classes sociais díspares, estes deveriam ser separados, criando uma estratificação dentro da própria instituição, não misturando pobres e ricos.

Ainda no que se refere a uma questão econômica e, possivelmente, da origem social dos leprosos, o médico sugere que seria apazível e aconselhável que fosse da ação do construtor do hospital, a criação de espaços que delegassem trabalho àqueles que ali fossem permanecer, pois seria de utilidade do hospital dispor de "terrenos para pequenas culturas, mais para economia do próprio leprosário e de passatempo para alguns doentes, do que na esperança de ver o lazarento se entregar com entusiasmo ao trabalho."⁵⁶, este "prazer" ou júbilo que o interno pudesse vivenciar no local seria ferramenta de aceitação de sua condição enquanto paciente e indivíduo recluso da parcela social sadia.

Prosseguindo em sua fala, em tom mais prático, afirma que "o leproso antes de tudo é preguiçoso e indolente" e que sua satisfação seria atingida caso o local dispusesse de "um dominó, um gamão, uma dama, leituras populares e sobre política, não se lembrará do mais querido ente de sua família"⁵⁷ atestando sob qual olhar o leproso que perambulava pela cidade é visto, sendo este olhar moderador e estigmatizante. O hospital sob estas condições seria fundamental, tanto pelo bem da sociedade, como do leproso, sendo favorável um ambiente onde ele não sentisse mais a saudade, a nostalgia ou suspirasse pelo local de onde viera, dispondo de atrações e elementos que o distraíssem, a vida na colônia seria renovada, teria um novo sentido.

Essa ideia de isolamento do leproso não era algo tão recente no Brasil, pois, desde os lazaretos⁵⁸ coloniais se combatia o doente e não a doença, objetivando não a cura do enfermo,

⁵⁵ *A União*, 28 de novembro, 1930.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Lazareto foi o designio dado aos estabelecimentos de isolamento do período colonial, onde depois veio a sinonímia dos hospitais de isolamento republicanos, fossem estes exclusivos para varíola ou febre amarela, ou para doenças infectocontagiosas em geral, sendo assim, denominadas de lazaretos. (MACHADO, 1978, p. 150)

mas sim, o combate a uma epidemia, em que "o objetivo é retirar o agente de destruição para trazer de volta o que havia antes. É criar um espaço onde este agente encontre paz e não ofereça perigo, onde ele possa viver e morrer."⁵⁹

Naquele ambiente, o sossego seria garantido para que o leproso não se tornasse um revoltoso e lutasse contra os agentes de contenção naquele espaço e, para tal, a criação destas acomodações e lazeres seria conveniente, pois o "conselho, admoestação, amabilidades vencem o desespero, o tédio com a maior facilidade. A esperança de uma noite de cinema, uma fita do *Faroeste* com especialidade, dissipa a mais profunda tristeza."⁶⁰ Filmes de “Farwest” ou “Velho Oeste” talvez denotem a realidade da saudade, já que os filmes deste tipo discutem o expansionismo ocorrido nos Estados Unidos no século XVIII e XIX, demonstrando como as temáticas de “mudança de vida” ou realidade, geralmente vistos nestes filmes, podiam impactar positivamente os pacientes a aceitar sua nova condição.

Posteriormente, o Dr. Abrahão Almeida discute o tema referente à localização mais propícia para construção do leprosário, porém, antes ele aborda a questão da transmissão da doença, afirmando que "a observação microscópica tem demonstrado que a eliminação do bacilo de Hansen se faz pela urina, fezes, suor, lágrimas, pelas ulcerações leprosas, pelo rompimento das bolhas pemphigides, etc."⁶¹, o que atualmente se considera errado em relação à transmissão desta doença, visto que a transmissão da Hanseníase só é possível através de um contanto prolongado entre um indivíduo doente e outro sadio. As bactérias são transmitidas pelas vias respiratórias (pelo ar) e não pelos objetos utilizados pelo indivíduo contaminado.⁶²

O médico afirmou sobre os traços da doença que "a latência da lepra póde ser muito prolongada." e que "a temibilidade da lepra está, pois, nas horripilantes alterações physionomicas"⁶³, fator que torna a lepra uma doença tão estigmatizada, com traços latentes nos indivíduos. E, para findar o tópico referente ao melhor local, Abrahão Almeida declara que "a construção do leprosário não precisa ser tão afastada do subúrbio da capital. A localização dum leprosário não prejudicará a beleza e salubridade de um bairro." Mas, será mesmo que não? Dado o estigma tão acentuado na figura do leproso e no imaginário social,

⁵⁹Ibid, p. 82

⁶⁰*A União*, 28 de novembro, 1930.

⁶¹Idem.

⁶²Guia Prático sobre a Hanseníase. Ministério da Saúde: Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância e Doenças Transmissíveis. Brasília. 2017. Disponível em: <http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/novembro/22/Guia-Pratico-de-Hanseníase-WEB.pdf>

Acesso em: 13 Nov. 2018

⁶³*A União*, 28 de novembro, 1930.

ter um leprosário presente num “subúrbio”, localizado junto à comunidade em geral causaria o medo à população.

Finalizando suas ideias ao final da matéria, o médico destacou um ponto que gerou bastante discussão à época, que seria relativo à origem da lepra e suas conotações, quando afirma que:

No Brasil tem-se encontrado com relativa frequência a concumitancia da syphilis com a lepra. Neste caso, o tratamento antisiphilitico precede o tratamento anteleprosoico, no que se é uma grande vantagem, porque sem o primeiro torna-se improficuo o segundo.⁶⁴

Essa alegação acerca do tratamento contra a sífilis já não era algo tão novo no cenário médico e científico relativo à lepra, visto que desde o século anterior já se discutia a relação entre ambas às enfermidades, onde:

[...] foi a sífilis o elemento mais comumente relacionado à causalidade da lepra. A idéia de uma relação casual entre sífilis e lepra não era um dado novo no complexo quadro etiológico das doenças na primeira metade do século XIX, e a idéia de transmissão venérea da lepra e a da hereditariedade da doença foram hipóteses complementares no pensamento médico. (CABRAL, 2006, p. 157)

Deste modo, acerca dos cuidados relativos àqueles que foram diagnosticados com a enfermidade, o médico Abrahão Almeida aponta alguns tratamentos conhecidos na época para amenizar os efeitos da lepra, como método de retardamento da doença, como a utilização da Chaulmougra⁶⁵ e também a prática de exercícios, quando afirma que "no Brasil a nutrição e o exercício physico têm sido poderosos auxiliares therapeuticos da lepra.⁶⁶, quando naquele momento nas discussões relativas às benesses do corpo:

A educação física passava a ser inimiga da preguiça e da moleza, disciplinava os corpos por meio de exercícios, tornando-os saudáveis e belos, afastava as doenças e buscava método de curá-las, educava os gestos e controlava a alimentação, e lapidava a mente, galgando torná-la perspicaz, enérgica, rápida.(SOARES JR, 2011, p. 149)

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Ainda de acordo com CABRAL (2006) o óleo de Chaulmougra ou o Bálsamo de Gurjun eram utilizados como terapias para o doente, como método de amenizar o sofrimento dos leprosos e destaca ainda, que apesar da utilização destes óleos, as grandes esperanças relativas ao tratamento, ainda se encontravam na área da soroterápica.

⁶⁶ *A União*, 28 de novembro, 1930.

O exercício físico e sua prática constante, além de método disciplinar, atuaria sob os corpos dos leprosos como método curativo, pondo em foco o que se discutia à época quanto à necessidade de um corpo “belo e sadio”. E, por fim, o médico diz não querer mais se prolongar no assunto em razão da sua breve passagem pela capital paraibana, não podendo assim permanecer para acompanhar o andamento das discussões referentes à fundação do futuro hospital colônia.

Porém, passados poucos dias da publicação desta matéria, o jornal *A União* publicou, em dois dias consecutivos, matérias referentes à localização do leprosário, um no dia 3 de dezembro e outra no dia 4, onde em cada matéria há comentários e explicações feitas em nome de dois médicos associados à SMCPB, os senhores Newton Lacerda e Lourival Moura. Aqui, há de ser destacado um aparente interesse do próprio jornal *A União* em trazer o assunto à tona, já que o assunto diz respeito ao interesse público e às ações governamentais.

Na primeira matéria publicada no dia 3 de dezembro de 1930, o Dr. Newton Lacerda se apresenta em nome da SMCPB, em que sob a responsabilidade da "solução de um problema que interessa, vivamente, a saúde do povo"⁶⁷ e de início já assentam a questão que faz àquele órgão vir a público:

Quando da escolha do local para o hospital de isolamento, igualmente como agora para a construção do leprosário, surgiu pela imprensa desta capital, uma polemica entre os nossos facultativos, tendo vindo, por mais de uma vez, a público o illustre director da hygiene estadual.⁶⁸

Percebe-se em sua fala que a questão relativa à construção do leprosário parece tomar rumos turbulentos, mais uma vez questionando a autoridade da SMCPB, pois o parecer dessa sociedade parecia ser favorável à construção desse tipo de hospital no sítio Boa Vista. Porém, ainda havia "burburinhos" por parte de "alguns elementos" da sociedade que pareciam pôr a credibilidade daquela sociedade em posição desfavorável, quando o Dr. Newton Lacerda afirma o seguinte:

Desfazendo, de modo louvavel, a impressão de qualquer interesse pessoal na escolha do terreno para a edificação do hospital de isolamento, o director da hygiene estadual, affectou como neste momento, novamente, se faz o caso á apreciação de nossa Sociedade Medica. Em brilhante parecer o talentoso sanitaria dr. Octavio de Oliveira, sem condemnar de modo absoluto o local escolhido para o hospital de

⁶⁷ *A União*, 03 de dezembro, 1930.

⁶⁸ Idem.

isolamento, mostrou-se, francamente inclinado a outro sitio localizado em zona de população menos densa. A despeito deste parecer, subscripto por mais quatro membros da nossa "Sociedade de Medicina" e por ella unanimemente acceito, o hospital foi construido no logar impugnado, no populoso bairro de Jaguaribe" No caso em apreço, tratando-se de um hospital para lepra, estamos certos de que o povo, que tem por essa doença verdadeiro pavor, fará questão do respeito ao veredictum da "Sociedade".⁶⁹

Em sua fala, o Dr. Newton Lacerda "dá a cartada" que vira o jogo de argumentos em favor da SMCPB, como único órgão de autoridade para deliberar àquela questão e que por si só, ficam "certos de que o povo" respeitará o veredicto daquela sociedade. Com relação ao respaldo dessa sociedade e sua posição nesse tipo de caso, Santos (2015, p. 179) descreve que "a questão sobre a melhor localização do Hospital de Isolamento ofereceu uma importante oportunidade para que a SMCPB consolidasse a construção de sua imagem como uma instituição útil à sociedade." em referência ao episódio relacionado ao bairro de Jaguaribe em 1929 relativos ao hospital para variolosos e com essa participação, "a maior credibilidade da instituição aumentava o reconhecimento profissional dos seus membros, mas também a legitimidade social do saber-poder médico" (SANTOS, 2015, p. 180) que, no caso da fala do médico Newton Lacerda, atesta justamente essa proposição, quando apenas e somente aquele conselho poderia delegar tal decisão e a sociedade deveria o acatar de forma respeitosa, segundo as premissas daqueles médicos.

Mesmo seguindo os preceitos da ciência moderna e tendo o respaldo da SMCPB, Lacerda afirmou que o assunto já havia sido aberto por dois "dos nossos mais cultos medicos, um dos quaes fulmina o projecto por muitas razões e principalmente pela proximidade com que ficará o leprosario da capital." Essa proximidade em construir o leprosário próximo das áreas residenciais da capital, como já foi explanado, era motivo de pavor, dada a severidade da doença e como no caso da discussão entre os próprios médicos sobre o Hospital de Isolamento de Jaguaribe, no caso de um hospital para leprosos, o qual caracterizava maior perigo à população sadia, os próprios médicos podiam entrar em conflito de opiniões acerca da viabilidade em se construir ou não, em zonas próximas da cidade. Veja o trecho da matéria acerca do assunto:

A nosso ver, o inconveniente do leprosario distar pouco da cidade é, exclusivamente, de ordem physica: "**o que os olhos não vêm o coração não teme**". Um argumento decisivo para demonstrar que não existe perigo na localização do leprosario proximo a capital, é o facto da sciencia permitir o isolamento dos lazaros em seus proprios domicilios" Desde que o lazareto pela sua localização não attente contra os principios

⁶⁹ Idem.

basicos da prophylaxia das doenças contagiosas, e de lepra em particular, nada há de temer. **Não havendo contacto directo entre os leprosos e a população**, nem indirecto por meio de objectos de uso doméstico, picadas de insectos, etc., evitada qualquer contaminação do povo por intermedio das aguas servidas e dos esgottos do estabelecimento, podemos ficar tranquilos, na certeza de que não nos contaminaremos com os internados do leprosario. ⁷⁰(Grifo nosso)

O leproso aqui é visto como perigo à população, sendo preferível que o contato ou a proximidade entre o leproso e a população sadia fosse algo a ser evitado. Nessa passagem da matéria, o Dr. Newton Lacerda atesta que a relativa proximidade entre zonas populacionais mais densas e a localização do futuro hospital de leprosos, em nada interferiria no bem-estar da população sadia, e para desmistificar (ou apaziguar) tal temor da população, ele cita essa frase acerca da aflição dos corações sadios, dispondo suas palavras, de um acalanto científico e médico. Porém, atenta para a relação que deveria se dar com aquele local, não sendo viável tanta proximidade em razão da não utilização de benefícios em específico, como o sistema de água e esgotamento⁷¹, sem criar riscos em outras zonas da capital.

Posteriormente, foi citado na matéria, através da fala do médico, o referido local de escolha para fundação do hospital colônia para leprosos, mencionando uma visita feita à propriedade denominada “Santa Cruz da Boa Vista” e, neste momento, o Dr. Newton Lacerda alude a alguns aspectos benéficos, mas principalmente maléficos em se construir ali o hospital, denotando que ele seria o médico contrário à construção daquele ambiente hospitalar naquela localidade, e segue em suas proposições:

E', effectivamente, um lugar aprasivel, solitario, arborizado por mangueiras e coqueiros, situado em bello e vasto planalto, mas com inconveniente de possuir em seus arredores innumerous maceiós alimentados pelas aguas do Jaguaribe. E' zona flagellada por mosquitos e, dessa sorte, construindo-se aqui, sem cuidados previos de saneamento, um leprosario attentar-se-á contra um dos pontos capitaes da prophylaxia da lepra que, na hora actual, de accôrdo com as pesquisas de medicos brasileiros se transmite pela picada de insectos contaminados em individuos leprosos. Este inconveniente só poderá ser removido com o saneamento do rio Jaguaribe, serviço já tentado pelo governo federal, que dispendeu ali mais de uma centena de contos de réis. Procure o director da hygiene estadual um outro terreno, mesmo proximo á capital, mas que não incida contra os meios scientificos de combate á lepra, e deixará

⁷⁰ Idem.

⁷¹ De acordo com Telarolli Junior (1996, p. 123) "A contaminação do ar e das águas subterrâneas pelos micróbios das doenças infectocontagiosas era uma possibilidade preocupante quando da instalação dos hospitais de isolamento.", visto que ainda não se tinha uma afirmação concreta a respeito da transmissibilidade de alguns tipos de doenças infectocontagiosas no início do século XX, a exemplo da febre amarela e hanseníase, sendo muitas vezes dito por médicos da época que a lepra podia ser transmitida por insetos ou passada hereditariamente de geração em geração.

assignalada a sua passagem pela repartição de hygiene "por mais uma melhoramento".⁷²

Conforme seu parecer, aquele local não é, segundo sua opinião médica e científica, um local aprazível ao trato com indivíduos leprosos, pois o ambiente não seria de todo propício à construção do hospital colônia. No dia seguinte foi lançada uma matéria de mesmo título contendo uma carta de resposta pelo Dr. Lourival ao Dr. Ávila Lins acerca dos modelos de leprosário em outras partes do mundo e no Brasil, fazendo apontamento de números e registros, onde, através desse diagnóstico ele atenta para a necessidade imediata da construção do leprosário nesta capital, atestando que "a prophylaxia da lepra no Brasil é um problema novo e está sendo bem ventilado nestes ultimos annos. Em que pése este factor, elle é, um dos paizes do mundo, um dos maiores hospedeiros de leprosos." ⁷³. Cita ainda o Dr. Lourival, o exemplo do hospital colônia de Buenos Aires, situado na cidade de Corito, que "se for construido e installado como foi planejado será o melhor Asylo-Colonia de leprosos do mundo. Ficará à distancia de 10 kms, pelo menos de uma cidade." ⁷⁴

A partir de então se deu início a uma análise dos leprosários em outros locais do Brasil e do mundo, relatando as distâncias os quais foram construídos, onde o de São Paulo estaria a 40 km de distância do centro da cidade, como no caso do Hospital Colônia Santo Angelo. Apresenta o caso do hospital Leisel Bauyoin, que estava a uma distância de 30 km de Tóquio, expondo a viabilidade em se construir longe dos centros populacionais. Posteriormente, ele cita a ideia de colônias serem construídas em ilhas, mas em razão das despesas com a manutenção e o transporte das famílias dos leprosos, seria inviável economicamente a construção deste modelo no estado da Paraíba. Desse modo, ele citou a discussão em torno da possibilidade de se criar um hospital colônia do Norte, do qual dispusesse do acolhimento de todos os enfermos desta região, veja:

O dr. Manuelito Moreira propoz a criação de um grande leprosario regional, compreendendo a zona do Nordéste para o isolamento dos doentes dos quatro Estados do Norte: Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba e Pernambuco. Não sei se seria razoavel a ideia um leprosario mais vasto do que se pretende crear em a nossa capital, não sei se seria melhor, ia dizendo - a criação de um leprosario commum aos dois estados Pernambuco e Parahyba.⁷⁵

⁷² *A União*, 03 de dezembro, 1930.

⁷³ *A União*, 04 de dezembro, 1930.

⁷⁴ *Idem*.

⁷⁵ *Idem*.

Mesmo assim, ele parece discordar de tal intento, preferindo talvez a criação de um leprosário, referente apenas aos estados da Paraíba e do Pernambuco, estados que mantinham relação bem próxima. Por fim, o Dr. Lourival Moura afirma que "para se matar a questão da localização do leprosário, faz-se mister portanto que sejamos ecleticos."⁷⁶ no que dizia respeito ao trato da questão, não devendo haver conflitos ferrenhos entre autoridades e órgãos, pois ali estavam todos eles, em busca de melhorias para o estado e para população como um todo e ao final, reitera que "nesse caso, seja escolhido um terreno fértil, servido de boa água, nem muito próximo e nem muito distante desta capital e que haja sofrido a apreciação do higienista e do agrônomo."⁷⁷

Com o passar dos meses, a questão parece não ter findado, quando ainda, através do jornal *A União*, um dos médicos que integrava a SMCPB, voltou a discutir sobre questão referente ao leprosário e sua construção, onde em matéria veiculada em fevereiro de 1931, o citado Dr. Renato de Azevêdo lança uma nota que é publicada sob o seguinte título: "Sobre a fundação de um leprosario em João Pessoa", que vinha justamente relatar a situação dos "morpheticos" da capital e outros lugares do Brasil, a exemplo de São Paulo. Observe:

Cogita-se - ao que informam - da próxima fundação de uma leprosario em João Pessoa. Essa idéia, sobre ser de utilidade pratica, é altamente humanitaria, pois ninguém ignora como os leprosos vivem nesse imenso paiz sem amparo - pode dizer-se - das nossas autoridades administrativas. Poscriptos da communhão social, os individuos atacados do mal de Hansen percorrem a pé ou a cavallo as ruas das cidades ou dos arrebaldes, expondo aos olhos da população espavorida suas chagas nús e as faces verdadeiramente leoninas, supplicando ás almas christãs e caridade de uma esmola, que lhes suavise a penosa existência de degradados. Alguns, mais rebeldes ao isolamento compulsório, reúnem-se em grupos e se estabelecem ás margens das estradas de rodagem, dando expansão á sua maldade, que vae desde a agressão physica de viajantes até á posse violenta de objectos pertencentes ás populações desprevenidas.⁷⁸

Descrevendo a situação de calamidade a qual viviam os conhecidos leprosos desgarrados no meio social, expondo suas "faces verdadeiramente leoninas"⁷⁹, tornando-se mais uma vez latente como o estigma caracterizado pela tipificação do leproso sob a "face leonina", expondo o que Susan Sontag disse sobre a lepra em períodos anteriores, como no

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ *A União*, 10 de fevereiro, 1931.

⁷⁹ Sobre a hanseníase, que além de apresentar sintomas referentes a manchas na pele, alteração da sensibilidade na região de aparecimento das manchas na epiderme e os caroços e queda de cartilagens, tem como característica o que se conhece como "face leonina", pois algumas extremidades a exemplo das orelhas e nariz vão afundado, fazendo com que o portador da hanseníase lembre a aparência de um leão. (Cf. Serviço Nacional de Lepra: Manual de Leprologia, 1960, p. 63)

caso do século XX, colocando-a na categoria das “doenças mais temidas, as que não são simplesmente fatais, mas transformam o corpo em algo repulsivo” (SONTAG, 1989, p. 54), estando a lepra ao lado de outras enfermidades de mesmo teor estigmatizante, a exemplo da sífilis.

Para problematizar a situação concernente ao estado de São Paulo, o médico afirma que é "incontestavelmente um dos Estados que sempre estão à vanguarda do progresso e da hygiene"⁸⁰ e afirma que, apesar disso, naquele estado o trabalho ao lidar com a questão era árdua, mas que:

Ultimamente, entretanto os jornaes da Paulicéa iniciaram violenta campanha contra os leprosos que estavam invadindo a capital e arredores e somente assim resolveu a policia movimentar-se e tomar medidas rigorosas contra esses infelizes conseguindo apreender-lhes os cavallos (que serão vendidos em hasta pública) e prender alguns doentes nos infectos xadreses das delegacias dos bairros.⁸¹

E, sob a prerrogativa da necessidade de manter o controle, as autoridades locais providenciaram a contenção destes indivíduos leprosos, tendo sido usada a força policial para empreender tal campanha. E segue afirmando que:

O isolamento obrigatório do leproso é uma necessidade, ditada pela hygiene publica [...] Não digo que se vá enclausurar o doente – segregando-o da communhão social – como se elle fôra um prisioneiro, mas sim localizá-lo em ponto onde não seja possível qualquer contacto com os sãos, mas também onde haja relativo conforto, trabalho, hygiene e divertimentos. Assim não haverpa por parte dos affectados do mal de Hansen motivos de recusa do internamento, por ver que sua vida não se escoará em longa e dolorosa monotonia e nem se passará na inércia improdutiva.⁸²

Essa posição comunga com a opinião do Dr. Abrahão Almeida, haja vista as matérias discutidas anteriormente neste subtópico. E, já a ponto de findar sua explanação acerca do trato com o leproso, o Dr. Newton Lacerda, da SMCPB, posiciona-se da seguinte maneira em relação ao local ideal:

Resta-nos a questão da localização da leprosaria. Qual o melhor ponto para a fixação de um estabelecimento desse genero? Penso que a preferencia deve recahir numa ilha,

⁸⁰A *União*, 10 de fevereiro, 1931.

⁸¹ Idem.

⁸² Idem.

que não diste muito de qualquer centro populoso, capaz de assegurar aos internados os recursos indispensáveis ao seu bem estar, á sua hygiene e ao seu tratamento.⁸³

Sendo assim, seu posicionamento em relação ao local ideal demonstra-se inviável, em relação à opinião do Dr. Lourival Moura acerca deste tipo de leprosário, sendo este modelo demasiadamente oneroso aos cofres. Então, para finalizar, diante do que fora exposto até agora, podemos perceber como o tema relativo à construção de um local ideal ao internamento dos leprosos na capital da Paraíba, tornara-se tema tão versado entre as autoridades médicas, visto que a situação do estado na época, devido a uma série de fatores, sejam estes econômicos, políticos ou sociais, fizeram por criar um ambiente de disputas e posicionamentos acerca do trato com o corpo doente, o corpo do leproso, que já se tornara naquele momento um objeto de discussão à parte de sua vontade, sendo esta delegada agora às autoridades públicas e às médicas. O corpo do leproso passaria a ser um corpo apropriado, dominado e administrado.

Até aquele momento, o debate relativo à localização do leprosário permaneceu sem uma resposta certa, não tendo sido possível encontrar uma decisão mais precisa sobre o local sobre o qual seria fundado o estabelecimento hospitalar. O impasse persistiria...

⁸³ Idem.

1.2 Influências do Sul e as *Sugestões para criação do serviço de lepra na Paraíba: Relatório apresentado ao governador Argemiro de Figueirêdo pelo médico Edson de Almeida (1935)*

Os esforços direcionados no combate contra a lepra já estavam a todo vapor no estado da Paraíba nos primeiros anos da década de 1930. As campanhas de solidariedade já estavam sendo empreendidas pela *Sociedade de Assistência aos Lazáros e Defesa contra a Lepra* (SALDCL)⁸⁴ angariando estímulos por parte da população e quantias em dinheiro, através da filantropia.

Em razão das ideias e estratégias realizadas em relação ao projeto de se construir um local apropriado ao abrigo dos leprosos no estado da Paraíba, o médico dermatologista com ênfase na especialidade de Leprologia⁸⁵, dr. Edson de Almeida, enviou um relatório ao governador do estado, Argemiro de Figueiredo, com "sugestões" e propostas destinadas à construção de um leprosário no estado da Paraíba. Este documento foi despachado ao gabinete do governador em setembro de 1935, contendo as propostas de construção de um Hospital Colônia. O documento em questão, intitulado “*Sugestões para a Criação do Serviço de Lepra na Parahyba*”, continha um relatório da viagem empreendida pelo médico, que peregrinou nos estados da região sul do país, onde conheceu e acompanhou os serviços de combate à lepra nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

O relatório apresentado era uma espécie de descrição dos serviços dos dois estados, que vinha acompanhado do relato do médico acerca de suas percepções e experiências nestes locais e sobre como funcionavam tais empreendimentos de combate a lepra nos locais mais "modernos" do país naquele momento. A ideia era captar e assimilar o que havia de benéfico e maléfico e aplicar os mesmos métodos no combate à lepra no estado da Paraíba.

8

⁸⁴A Sociedade de Assistência aos Lazáros e Defesa Contra a Lepra é uma entidade filantrópica que foi criada no ano de 1928. Tinha por objetivo angariar recursos e promover o combate ao “Mal de Hansen” como também era conhecida a Lepra. De acordo com Santos (2006, p. 52) essa entidade mantinha autonomia decisória, porém, suas diretrizes sofreram mudanças a partir do momento que foi estabelecido uma relação mais próxima com o Ministério da Educação e Saúde, na gestão de Gustavo Capanema (1934-1945). O tema da SALDCL, sua história e sua participação na promoção do Hospital Colônia Getúlio Vargas será melhor elaborada no decorrer dos capítulos.

⁸⁵A área da leprologia nasceu como especialidade médica ainda no século XIX, onde de acordo com Cabral (2006, p. 169) a profissão médica estabeleceu novos padrões e referências no trato com a lepra, conforme os estudos experimentais acerca do bacilo de Hansen foram sendo aprimorados a área da leprologia alcançou o patamar de área da medicina. Ainda no Instituto de Manguinhos, que posteriormente passaria a se chamar Oswaldo Cruz, havia uma disciplina de pesquisa com ênfase na leprologia, dada sua importância na área de estudos médicos nos fins do século XIX e início do XX.

O médico foi enviado a esta viagem, em caráter de "missão especial", tal qual foi grafado na capa do documento. A missão foi empreendida e patrocinada pelo governo do estado e pela SALDCL, que parecia ser o carro chefe na empreitada de livrar a Paraíba deste mal. E exerceu sua participação na "comercialização" das ideias de combate a enfermidade com afinco.

O documento apresenta um total de dezesseis páginas, onde é possível encontrar secções relativas ao estado de São Paulo e Rio de Janeiro e suas proposições no trato com a doença, e além do mais, há tópicos de sugestões diretas ao combate que deve ser empreendido na Paraíba. O relatório um esboço da estrutura de um prédio que foi captado durante a viagem, demonstrando qual tipo de pavilhão deveria ser construído em um futuro hospital colônia. Há detalhes minuciosos onde o médico descreve sobre como ser construído o local destinado ao abrigo dos leprosos. Inicialmente, o dr. Edson de Almeida relata sua experiência no estado do Rio de Janeiro:

Com um officio do dr. Walfredo Guedes Pereira, então director da Saúde Publica do Estado, apresentei-me, em começos de janeiro deste anno, ao notavel leprologo prof. Eduardo Rabello, no Rio de Janeiro, que me recebeu com a elegancia e distincção que lhe é peculiar, pondo á minha disposição os seus prestimos para guiar os meus passos, na realização do curso de aperfeiçoamento a que me propunha.⁸⁶

O médico responsável pelo serviço de lepra na capital, o supracitado Eduardo Rabello⁸⁷ responsável pelo serviço de profilaxia da lepra pelo Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP)⁸⁸, foi o encarregado de receber o médico paraibano em sua missão de aprendizado, o médico afirma: "sob a orientação daquelle prof. frequentei, de início, a sua Clinica Dermatologica", onde pôde aprender mais acerca das doenças venéreas e com isso

⁸⁶ *João Pessoa*, 1935, p. 03.

⁸⁷ Eduardo Rabello (1876-1940) nascido no Rio de Janeiro formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e atuou como dermatologista naquela cidade tornou-se o inspetor responsável pelo setor de profilaxia da lepra e doenças venéreas pelo Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Dermatologia em 1912, exercendo a função de presidente da mesma associação entre 1925 e 1940. Cf. CARRARA, 1996.

⁸⁸ De acordo com Santos (2006, p. 31) O Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) foi criado em dezembro de 1919, tendo ganhado existência formal apenas em 02 de Janeiro de 1920, através do decreto nº 3.987. Vinculado ainda ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o Departamento teve como primeiro diretor, Carlos Chagas que exerceu a função ate 1926. O novo departamento absorvia os serviços de higiene no Distrito Federal; exerceria controle sobre os serviços sanitários dos portos e o fluxo imigratório; atuaria na profilaxia rural da capital, no território do Acre e, através de acordos nos estados, alem disso ficaria responsável pelo estudo e pesquisa de doenças transmissíveis; pelo fornecimento de vacinas e soros; pela produção de estatísticas na área de saúde;fiscalização das profissões médica e organização de um Código Sanitário Nacional, a ser aprovado pelo Congresso Nacional.

deu novas tintas aos meus conhecimentos da especialidade, imprescindíveis a quem pretende conhecer, com relativa segurança, a lepra."⁸⁹

Edson de Almeida relatou que durante sua permanência na capital da nação, trabalhou como assistente no "Centro Internacional de Leprologia" que tinha sede no famoso Instituto Oswaldo Cruz⁹⁰. E durante o período que esteve lá, na função de assistente, teve contato com diversos médicos que estavam incumbidos de estudar a doença, "procurando esclarecer os pontos obscuros da ainda tão problemática pathologia da Lepra." Ele relata sobre sua participação no período de quase dois meses no Rio de Janeiro, onde esteve ao lado de notáveis médicos da época, responsáveis pelo tratamento da lepra, a exemplo do médico Heráclides Souza Araújo⁹¹. Ao final da exposição de sua trajetória naquela capital, ele declarou que:

O serviço de isolamento de doentes de lepra no Rio de Janeiro se encontra ainda em estado de lamentável deficiência, contrastando com o esforço e dedicação dos leprologos que alli trabalham, que tudo fazem pela adopção de um serviço segundo as exigencias modernas.⁹²

Nesta passagem do texto, o dr. Edson de Almeida, apesar da grande experiência obtida naquela local, expõe as dificuldades enfrentadas no Rio de Janeiro, apontando as deficiências encontradas no serviço de combate a lepra naquela cidade. Depois da experiência profissional vivenciada no Rio de Janeiro, o médico rumou em direção a São Paulo, lugar onde segundo ele, "em materia de assitencia medico social a doentes de lepra, S. Paulo representa o que de mais efficiente existe no mundo"⁹³. De acordo com Santos (2006, p. 34) o movimento sanitaria em São Paulo teve uma ação contundente na formação e criação de

⁸⁹ *João Pessoa*, 1935, p. 04.

⁹⁰ O Instituto Soroterápico Federal, criado em 1900 pelo médico sanitaria Oswaldo Cruz, passa a ser denominado de Instituto Manguinhos em 1907, onde posteriormente dada a fama de seu fundador, passa a se chamar Instituto Oswaldo Cruz no ano de 1918. Este instituto de referência mundial é até hoje um dos grandes centros de pesquisas relacionadas à pesquisa e tratamento de doenças infectocontagiosas. Desde sua origem o instituto já apresentava um respaldo científico na área de pesquisas relacionadas as doenças de difícil contenção e tratamento, como a Lepra por exemplo. Para mais informações acerca do fundador e início desta instituição. Cf. LUZ, 1982.

⁹¹ De acordo com Santos (2006, p. 19) Heraclides César de Souza Araujo (1886-1962) foi um importante médico brasileiro, nascido no estado do Paraná, tendo sido graduado em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1915. Tendo sido ainda diplomado nos cursos de Farmácia, Microbiologia e Zoologia, fez especializações na área médica nos EUA, tendo seu doutorado em Saúde Pública pela Johns Hopkins University, em Baltimore. Dedicou parte de sua vida ao estudo e tratamento da hanseníase no Brasil, tendo seus estudos sido utilizados pela OMS (Organização Mundial da Saúde). Chegou a ocupar o cargo de vice-presidente da Sociedade Internacional de Leprologia.

⁹² *João Pessoa*, 1935, p. 05.

⁹³ Idem, 1935, p. 05.

instituições, “formação de profissionais especializados, montagem do aparato burocrático, feitura de leis específicas e a criação de uma política de saúde”.

Segundo relatou o médico, ao chegar em São Paulo, apresentou no Departamento da Lepra em São Paulo uma carta de recomendação escrita pelo dr. Eduardo Rabello e afirmou ter acompanhado o médico responsável pelo serviço naquela instituição, que "facilitou os meios indispensáveis para, no espaço de tempo que pretendia demorar, apprehender o mecanismo de organização de Leprosarios e Dispensarios", que seria indispensável ao seu aprendizado e que posteriormente pretendia aplicar aqueles métodos e serviços no estado da Paraíba.

Ele afirma no relatório, que o plano profilático aplicado no estado de São Paulo obedecia às diretrizes empreendidas pelo médico Águiar Pupo, acerca da criação de dispensários regionais naquele estado, em razão de sua organização, que foi "admittido pela maioria dos mais renomados leprologos do mundo, constituindo base de orientação prophylatica adoptada nos grandes focos de Lepra, como as Indias e Philippinas."⁹⁴

Essa questão evidenciada pelo médico Edson de Almeida, sobre a influência de outros países ou cientistas sobre determinado assunto, evidencia uma característica relativa às influências do que era "moderno" e prático na época. Segundo Angela Castro Gomes (2010, p. 16), vem desde o período relativo à primeira República no Brasil, onde os processos de construção de identidade estavam envoltos nesse tecido de ideias estrangeiras, onde a dimensão simbólica era envolvida por processos de "invenção, divulgação e imposição" de saberes atrelados a um grupo, crenças ou valores. Neste caso, o que serviria como símbolo de progresso e moderno no combate a lepra, seria justamente aquilo que foi observado e incorporado pelo médico paraibano em sua viagem.

Visto que a atuação do médico nestaviagem de caráter especial, auxiliado pelos poderes públicos, esclarece a ideia que, de acordo com Margarida Souza Neves (2010, p. 32) foi uma tendência da primeira república, destes "homens de sciencia" legitimarem sua posição em associação com o Estado, através de medidas sancionadas por este e em vinculação direta ou indireta de suas posições enquanto profissionais médicos.

Ainda em seu relato de viagem, o dr. Edson de Almeida fez uma avaliação relativo ao dispensário e ressaltou a importância de um sistema de fichamento dos doentes, quando afirma que o dispensário central da cidade de São Paulo, onde a assistência médica aos

⁹⁴ Idem, 1935, p. 06.

leprosos era distribuída de acordo com três seções coordenadas por especialistas, divididas em: "Secção de contactos, Secção de elucidação de diagnostico e secção de doentes", onde cada uma deveria promover um determinado serviço, que em conjunto, serviria como um processo integral para melhor acolher os doentes, mas não só estes, seus familiares também, caso houvesse a suspeita de contágio. Acerca da "secção de contactos":

Onde são fichados systematicamente os comunicantes (filhos e parentes de doentes) que ficam obrigados a se submeter a exames periodicos semestraes, o que representa um factor de grande valor na "depistage" de casos novos, sabido como é, que o indice de contágio na Lepra decorre do "contacto demorado na casa ou no leito".⁹⁵

O dispensário não serviria para conter apenas os doentes já diagnosticados, seria também direcionado afixar aqueles que viviam nas habitações com os enfermos, onde conforme afirma Pereira Neto (2001, p. 28) "Alguns portadores de doenças sujeitas à notificação compulsória deveriam ser isolados residencialmente ou em nosocômios que estavam sendo construídos para esse fim" e deveriam notificar quaisquer casos da doença ao DNSP, pois o ambiente onde vivia o enfermo, era considerado vetor da enfermidade, já que o contato prolongado podia ocasionar o contágio da doença para os indivíduos sãos. A importância dessa divisão em seções se daria pelo fato de haver casos "dissimulados" da doença⁹⁶, que resultaria em gastos desnecessários com a diagnose de falsas ocorrências e perda de tempo do dispensário em notificar todos os casos, até os dissimulados. Quando da notificação do caso de lepra em quaisquer indivíduo que atendessem os critérios de diagnóstico da doença, estes seriam fichados e deveriam atender a uma "selecção dos doentes por forma da molestia" para que o tratamento surtisse algum efeito. E prossegue em sua análise:

Os casos classificados como Lepra - aberta, ou sejam com franca eliminação de bacillos postos em evidencia pelos exames bacteriologicos, são encaminhados para os Leprosarios do Estado. Este criterio de isolamento das formas contagiantes da doença é observado com absoluto rigor, o que é de indiscutivel alcance prophylatico. Os doentes considerados de Lepra-fechada, sem eliminação de bacillos, ficam em tratamento em um dos dispensarios da capital ou serão orientados para o dispensario da região a que pertençam, caso residam no interior, recebendo ainda instruções sobre a norma de vida, hygiene e dietetica a ser observada, etc.⁹⁷

⁹⁵ João Pessoa, 1935, p. 06.

⁹⁶ A hanseníase até meados da primeira metade do século XX foi comumente associada a DST (Doenças Sexualmente transmissíveis), como afirma Cabral (2006, p. 157)

⁹⁷ João Pessoa, 1935, p. 07.

Não bastava apenas isolar o enfermo, segundo a observação do médico, o indivíduo leproso deveria ser acompanhado de forma minuciosa e os procedimentos cabíveis deveriam ser tomados para que não ocorresse o contágio. Na sede da inspetoria de Serviço da Lepra de São Paulo, havia também um laboratório destinado as pesquisas ligadas a lepra, pois o dispensário não poderia apenas exercer uma função de contenção do leproso, sendo também um local de auxílio nas pesquisas soroterápicas no combate ao bacilo de Hansen.

Durante o período de permanência no estado de São Paulo, Edson de Almeida informou, que teve a oportunidade de poder visitar outros dispensários construídos em regiões distintas do estado, já que São Paulo contava com cinco modelos de leprosários do tipo "Asylo-Colônia" e agregava de cerca de cinco mil pacientes internados para tratamento, representando "um grande passo para a erradicação de temível endemia do solo paulista." Dentre os dispensários de maior importância, o médico ressalta o de Pirapitinguy, sendo:

O maior Asylo-Colônia do Estado, tendo uma area total de 600 hectares que se aproveitam em varias culturas, para o consumo interno, existindo um magnifico pomar, horta e criação de gado para o fornecimento de leite aos doentes e animaes para serviço do leprosario.⁹⁸

E no exemplo deste "Asylo-Colônia", o de Pirapitinguy já se delineavam os padrões necessários a formulação do Hospital Colônia na capital da Paraíba, pois de acordo com o dr. Edson de Almeida, aquele dispensário paulista dispunha de acomodações para as pessoas consideradas sadias que ali viviam - funcionários que exerciam alguma tarefa na colônia - com a intenção de melhor recebê-las. Em suas dependências o local tinha os seguintes edificios: Portaria, Administração (que possuía gabinete do diretor, secretaria, arquivo e sala para médicos), casa do administrador, casa dos empregados, padaria e almoxarifado.

Segundo o médico, a Colônia de Pirapitinguy representava um padrão moderno que serviria de mecanismo para dar viabilidade ao tratamento da lepra e contenção compulsória dos leprosos na Paraíba. Em outro local, chamado de "zona intermediaria", localizava-se a garagem, parlatório, posto de fiscalização de visitas, farmácia e laboratório.

Na última seção, denominada "Zona doente" situava-se a parte propriamente dita do "Asylo-Colônia", local que dispunha de pavilhão clínico, com gabinete odontológico, consultórios (cinco no total) sala de espera e de curativos. O salão principal também

disponibilizava quarenta leitos para os enfermos e oito quartos destinados ao isolamento dos casos mais avançados, que representavam maior perigo aos outros da primeira seção ou funcionários. Já na parte residencial da colônia, o dr. Edson de Almeida expõe a configuração das construções:

Na parte residencial dos doentes, existem casas bigeminadas e casas simples para casaes, constituindo elegantes avenidas que dão um magnifico aspecto ao leprosario. Os doentes solteiros residem num grupo de Pavilhões do typo Carville de 11 quartos cada um, ligados entre si por uma galeria coberta que communica com o refeitório e o pavilhão de clinica. Estes pavilhões Carville, além de serem hygienicos e confortaveis, são de cibstryccão relativamente modica [...] E' natural que não tivesse havido na sua construcção a preocupação de luxo, mesmo assim, observase o bem estar que os doentes alli residentes desfructam.⁹⁹

Apesar do alto custo de se construir um ambiente tão complexo e tão vasto, o médico paraibano afirma que tal construção é um serviço em nome da "honra" e "moral" destinados a ambas as parcelas da população, os sadios e os doentes. O custo de tal construção seria oneroso aos cofres do estado, porém, os efeitos em longo prazo seriam sentidos na forma que a sociedade seria beneficiada com tal empreendimento.

O local ainda dispunha de manicômio, igreja; cassino de diversões, "um esplêndido restaurante utilizado pelos doentes de melhor condição social" - o que atestava uma estratificação social nestes ambientes - e uma construção indispensável àquele tipo de local, uma cadeia. De acordo com Manuela Castro (2017, p. 41) no ambiente do leprosário "Todos eram obrigados a trabalhar. Quem descumprisse a regra era preso. [...] Havia o delegado da colônia." Desta forma a ordem seria mantida e a disciplina resguardada na colônia. Analisando essa ideia da presença do edifício da Cadeia e um delegado, se percebe sob quais aspectos um leprosário tipo colônia deveria ser construído, como uma espécie de prisão dentro da prisão. Onde o método de contenção dos indivíduos, entra em acordo com a discussão que Foucault (2010, p. 164) faz acerca da disciplina enquanto método de fabricar indivíduos, onde utilização de técnicas específicas e de um "adestramento" vai propiciar a formação de um indivíduo (neste caso) mais higiênico, sadio e moral.

E como exemplo dessa proposta em "fabricar" no leprosário um novo indivíduo, sadio e vigoroso, o próprio Edson de Almeida afirma que no leprosário de Pirapitinguy, a "cultura physica é praticada methodicamente pelos doentes sob orientação de pessoal habilitado, sendo

o Tennis, o Foot-Ball, a Bola ao Cesto os sports preferidos, realizando-se animadas pejeas"¹⁰⁰ entre os leprosários da região. A prática da educação física era obrigatória, pois visava uma melhoria dos hábitos relacionados ao corpo, já que tal disciplina já havia sido inserida e promovida nos currículos escolares desde na primeira metade do século XX, onde o discurso médico ressaltava uma melhor disposição dos corpos através destas práticas. O leprosário tipo colônia, obedecendo aos critérios curriculares da época, adotou também estes métodos.

A intenção do corpo médico e dos demais propositores que depositavam suas esperanças nos tratamentos testados no leprosário, era que o interno se sujeitasse as medidas de contenções aplicadas a si próprios, visto que, nas palavras do dr. Edson de Almeida, naquele local "triumphou, mais uma vez, a forma de isolamento humanitario que tem por principal escopo crear no espirito do doente um novo animo, dando-lhe um ambiente proprio onde elle viva livre da censura publica". Essa censura, além de dificultar a vida em sociedade, era um dos fatores de criação e afirmação dos estigmas relativos ao leproso. No decorrer de sua fala, o médico relatou que os antigos métodos já considerados demasiadamente ultrapassados no que dizia respeito ao trato com o enfermo, métodos estes adjetivados como draconianos¹⁰¹, já caíram por terra naquele momento e que se fazia necessário resgatar a moral do leproso, promovendo um ambiente de harmonia no seu convívio com os outros doentes. E continua:

A persuasão por intermedio da **educação sanitaria** despertando no doente de lepra a **esperança de cura** e a confiança no leprosario constitúe a melhor arma para objectivação do isolamento. **Da eficiencia desse criterio prophylatico** adoptada, actualmente, nos paises mais attingidos pela leprose.¹⁰²[Grifo nosso]

Os estímulos positivos são também uma prática proposta pelo médico, pois a mudança de ambiente e os incômodos causados pela doença podiam ser um empecilho para o progresso da colônia enquanto ambiente hospitalar. A vida naquele leprosário, de acordo com Edson de Almeida, se assemelhava bastante a vida numa cidade interiorana, visto que os internos eram subordinados a um prefeito que era eleito pelos próprios pacientes. E neste cargo, servia como mediador junto ao diretor do estabelecimento, em defesa dos interesses coletivos dos

¹⁰⁰ Idem, 1935, p. 10.

¹⁰¹ Tais métodos "ultrapassados" não são explanados ou exemplificados pelo médico em seu relatório, porém, suponho que seja relativo às práticas punitivas mais severas contra os pacientes que fossem subversivos ou agissem de maneira rebelde. Talvez ele estivesse fazendo alusão ao rigor das penas formuladas por Dracon (VII a. C.) na sociedade ateniense, onde, por exemplo, o crime de roubo seria saldado com a morte de quem o praticasse.

¹⁰² João Pessoa, 1935, p. 11.

enfermos. Conforme o médico explica, no ambiente da colônia havia uma "absoluta liberdade de consciência, professando os internados o credo religioso que a sua formação espiritual aceite, sem soffrerem quaesquer constrangimentos."¹⁰³ pois era permitida a realização de cerimônias matrimoniais entre os internos. E no caso das relações que viessem a gerar o nascimento de uma criança, os filhos destes casais seriam retirados logo após o nascimento e seriam realocados em uma ala especial do hospital colônia, para terem os devidos cuidados. E por fim, acerca de todas essas informações sobre os serviços realizados no sul do país, o dr. Edson de Almeida reitera:

E, assim, vivem os infelizes doentes no seu pequeno mundo, livres do impiedoso repudio da sociedade, e confiantes que um dia retornarão, cheios de esperança, ao rythmo da existência interrompida.¹⁰⁴

Ao finalizar essa seção do relatório com este depoimento esperançoso acerca do hospital que “aliviava as dores dos leprosos” e que constituía uma centelha de esperança na vida daqueles que ali viviam, são iniciadas as sugestões propriamente ditas, relativas à criação do leprosário na Paraíba. E logo de início, após considerações feitas, ele afirma:

De inicio convem salientar que a endemia leprosa na Parahyba ainda não atingiu um carater calamitoso, tornando-se, relativamente facil a adopção de medidas repressivas contra a difusão do temível flagello que tantos maleficios tem trazido ao Brasil¹⁰⁵

Vale ressaltar, que apesar de não apresentar perigo tão eminente, o combate a lepra aparenta nas notícias veiculadas no jornal *A União*, como visto nos subtópicos anteriores, um risco à população e a sociedade em si, mais que um mal ao próprio enfermo. A ideia é justamente esta, isolar o mal, não porque há somente a ideia humanitária, mas porque o doente é uma ameaça a sociedade. O dr. Edson de Almeida afirma que ainda não se sabe ao certo a quantidade de leprosos existentes na Paraíba, pois haviam se apresentado a Diretoria de Saúde Pública, para prestar os exames de rotina, apenas 107 indivíduos, que foram posteriormente "fichados". Deste modo, a promoção de campanhas que procurassem viabilizar a contagem de leprosos e fichá-los seria primordial, pois:

¹⁰³ Idem, 1935, p. 11.

¹⁰⁴ Idem, 1935, p. 12.

¹⁰⁵ Idem, 1935, p. 12.

E' provavel que uma estatistica levantada com o devido rigor tecnico, surprehenda em grande numero de casos que, mascarados com uma symptomatologia pouco caracteristica, só ao especialista é dado evidenciar. Accresce ainda a circunstancia de estar o **Estado semeado de focos leproticos pelo interior**, como acontece em Picuhy e S. José de Piranhas onde, segundo informações, **existem já familias com todos os membros contaminados**. E', consequentemente, uma necessidade primordial o conhecimento do censo leproso, para que seja traçado o plano prophylatico.¹⁰⁶

De acordo com Oliveira (2008, p. 29) a predominância dos casos de lepra na Paraíba, “como era de se esperar” atestavam que foram as cidades de João Pessoa e Campina Grande a detectar o maior número de casos relatados da doença, mas isto, levando em consideração seus índices populacionais. Segundo o autor, outras cidades de menor porte também apresentaram números alarmantes, estas cidades eram Santa Rita, Rio Tinto, Picuí, Cajazeiras, Alagoa Grande e Catolé do Rocha, tendo esta última cidade, apresentado mais de 20 casos confirmados.

Logo, a criação de um serviço de constatação dos casos de lepra na Paraíba era indispensável ao início do serviço anti-leproso, não sendo este, unicamente possibilitado através da construção de um dispensário, mas também em convênios com outros órgãos de saúde espalhados em outros locais do estado, para que a definição de um quadro geral fosse feito. Após as considerações feitas em relação à utilidade do registro dos leprosos, há uma seção do relatório intitulado, "O valor do dispensario", que trata especificamente dos projetos de construção do modelo de dispensario, que serviria como "um dos factores basicos da prophylaxia anti-leprotica, desde que, alem de permittir o diagnostico precoce da Lepra, de grande valor para o exito therapeutico"¹⁰⁷ constituindo assim, um motivo eficiente para a luta em defesa da sociedade.

A educação sanitária, conforme previsto no relatório, seria um elemento coadjuvante no combate a lepra, pois seria dever da coletividade combater os mecanismos de propagação destas doenças. Aqui, se apresenta uma peculiaridade, tal como atesta Alcir Lenharo (1986, p. 16), quando afirma que uma das características políticas relacionadas ao trato com a sociedade dos anos 1930, é que há uma espécie de organicidade da sociedade, de reordenamento das cidades como um corpo, apoiando-se na ideia da formulação da cidade e das instituições, tal como um corpo humano, que deveria ser bem estruturado, organizado e operacionalizado, para que a sociedade não entrasse em estado de colapso. E continua em suas proposições:

¹⁰⁶ Idem, 1935, p. 13.

¹⁰⁷ Idem, 1935, p. 13.

Para o nosso Estado a criação do Dispensario central ou Inspectoria da Lepra é a medida de urgencia a ser prevista. Sómente por intermedio desse departamento se conseguirá descobrir os focos de Lepra processando-se então o levantamento do "censo". Certamente, em face das condições financeiras do erario, não poderemos constituir um Serviço de Lepra autonomo e sob um só commando¹⁰⁸.

Construir um dispensário e posteriormente um hospital colônia no estado da Paraíba, seria demasiadamente oneroso aos cofres públicos, sendo necessária a promoção de campanhas em favor deste projeto. O dr. Edson de Almeida deu prosseguimento à exposição de ideias acerca do serviço antilepra do estado, mas, pensando no preconceito relacionado a doença, onde, de acordo com Souza (2015, p. 16) a "percepção do estigma não é, contudo, sua materialidade, mas também, e principalmente, a percepção de sua simbologia." E pensando na questão referente ao olhar da sociedade em relação a doença, que poderia promover um impedimento ao comparecimento dos indivíduos que apresentassem os sintomas, o médico faz a seguinte sugestão:

O dispensario deverá ser monoclínico recebendo o nome de **Dispensario de Doenças da Pelleo que resulta de grande vantagem para o diagnostico da Lepra dissimulada**, de symptoms frustos, rotulada, muitas vezes, como uma dermatose banal. Essa pratica cresce de importancia por que, sendo o doente de lepra um individuo hostilizado pelo meio social, elle se sente mais á vontade em procurar um serviço que o receba com discreção, diminuindo-lhe a angustia de tão cruel anathema. Realizará ainda o dispensario a vigilancia sanitaria dos casos em tratamento ambulatorio (lepra fechada) e em isolamento domiciliar, assim como dos doentes que obtiverem alta do Leprosario.¹⁰⁹[Grifo Nosso]

Em vista disso, uma nova nomenclatura seria empregada como estratégia para, ao invés de afastar os indivíduos que apresentassem sintomas relacionados às doenças da pele, o local seria visto como um hospital para o tratamento de diversas enfermidades relacionadas a pele, não sendo visto como um local destinado a tratar da lepra.

Por fim, na última seção do relatório apresentado ao gabinete do governador, o médico Edson de Almeida discutiu sobre a prioridade em se construir O leprosário, aquele que definitivamente iria receber e conter de forma compulsória os leprosos, sendo esta construção indispensável e de vital importância para definição de todo o serviço anti-lepra no estado da Paraíba, onde, após os critérios de confirmação da doença, fichamento dos indivíduos que

¹⁰⁸ Idem, 1935, p. 14.

¹⁰⁹ Idem, 1935, p. 14-15.

adquiriram a doença, seria confinados leproso no asilo colônia. E dando prosseguimento a sua argumentação, o médico afirma:

A construção de um isolamento para doentes de lepra na Parahyba, é uma medida de maxima importancia, pois que, nada temos para abrigar os hansenianos. A leprose dilatará certamente o seu raio de acção, se continuarem os hansenianos no abandono que actualmente se observa, vivendo em promiscuidade com os sãos, sem que recebam o tratamento adequado e na mais deplorável ignorancia dos preceitos de hygiene a serem observados. Sómente da acção conjugada do Leprosario com o Dispensario se poderá obter algo de proveitoso na lucta contra o mal de Hansen.¹¹⁰

Isolar e tratar o enfermo, que substanciava um mal relativamente perigoso a sociedade paraibana, promoveriam uma marcha das autoridades médicas e jurídicas, que de forma um tanto autoritária, passariam a visar tais empreendimentos como necessários, pois essa forma inflexível de lidar com problemas relacionados com a gestão pública, segundo Silva (2017, p. 15) demonstra ser uma característica evidente nos anos 20 e 30 do século XX, principalmente na Paraíba, durante a interventoria de Argemiro de Figueiredo¹¹¹, na figura do governante responsável por receber as sugestões para a criação do serviço de combate a lepra na Paraíba.

Na resolução de suas propostas, o médico reportou ao governador Argemiro, que inicialmente as soluções reais da problemática em relação aos leproso do estado seriam de fácil solução, visto que a incidência da lepra ainda era "relativamente pequena" e que não traria demasiados prejuízos aos cofres públicos, achando-se viável naquele momento, angariar fundos e promover a construção de um espaço, antes que a situação se tornasse mais complicada e que em um curto período, o problema já poderia ser sanado, com a aplicação das reivindicações feitas por ele, e para tal, "como melhor typo de nosocomio para o isolamento de doentes de lepra é proclamado o Asylo Colonia"¹¹² sendo este o mais adequado às acomodações dos enfermos, pois:

Inegavelmente o Asylo Colonia representa o ambiente indispensavel ao hanseniano, proporcionando-lhe não só assitencia medica orientada scientificamente, como creando um meio social onde ele viva livre da angustia de parecer prejudicial a alguem. A vida ao ar livre, onde o doente se movimenta isento de preconceitos, e o

¹¹⁰ Idem, 1935, p. 15.

¹¹¹ O período em que Argemiro de Figueiredo (1935-1940) esta a frente da interventoria federal no estado da Paraíba, recebe o termo de Argemirismo, sendo este cunhado por alguns historiadores que estudam este governo. Ainda de acordo com Silva (2017, p. 80), assim que assume Argemiro assume o governo do estado, inicia uma "ideia de unir a Paraíba em 'uma única família', posta em prática desde 1935", proposta esta desenvolvida a partir de conchavos políticos, aliando-se a grupos de intelectuais e até mesmo a Igreja Católica.

¹¹² João Pessoa, 1935, p. 15-16.

conforto physico e moral que lhe é offerecido renovam nelle a ansia de viver, tudo corroborando em pról da **possibilidade de cura**.¹¹³ (Grifo nosso)

A possibilidade de cura sobre uma doença que só conheceria um tratamento eficaz na próxima década¹¹⁴ é vendida como esperança, tanto para os enfermos, como para as autoridades médicas e governamentais, que queriam erradicar ou afastar tais problemas dos centros urbanos. De acordo com o dr. Edson de Almeida, a possível construção de um leprosário naquela capital seguiria o modelo paulista de asilo colônia, que poderia ser construído através de um método de isolamento onde "predominem os pavilhões residenciais do typo Carville", sendo este tipo de acomodação, viável ao processo de edificação do leprosário, pois além de acomodar os indivíduos por divisão de gênero, esse método, segundo o médico é "sobretudo de custeio economico, hygienico e confortavel."¹¹⁵, os pavilhões seriam na perspectiva do médico, além de viável à estrutura da colônia, viável também no aspecto econômico. Edson de Almeida coloca junto ao relatório apresentado, o esboço do pavilhão no estilo Carville. Observe a imagem a seguir:

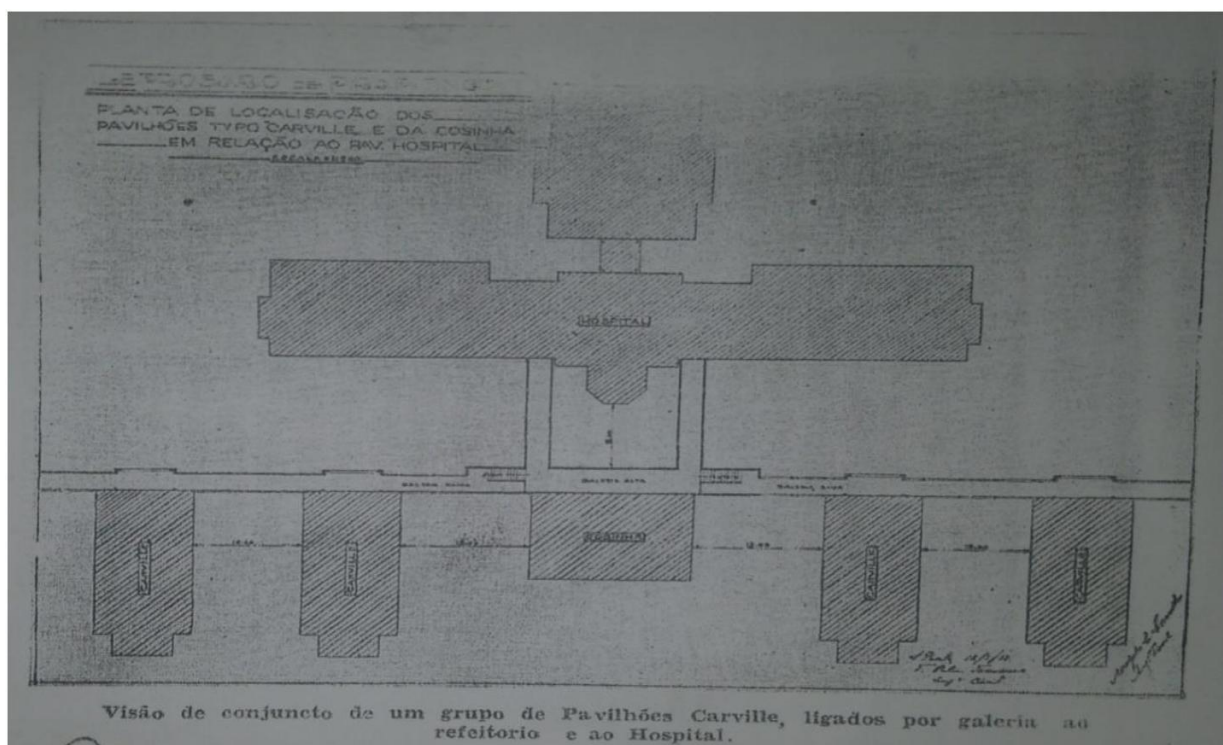


Figura 1: Esboço dos pavilhões em estilo Carville. Fonte : "Seuggestões para a criação do serviço de lepra na Parahyba" de setembro de 1935.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ De acordo com Carvalho (2013, p. 186) o tratamento com Sulfas, empreendido pelo médico norte-americano Guy Faget, só surtiu efeito em pacientes em tratamento contra a lepra no ano de 1941 e que este tipo de tratamento só pôde chegar ao Brasil em sua fase experimental no ano de 1944, tendo sido os internos do hospital colônia Padre Bento no estado de São Paulo e a colônia Santa Isabel em Minas Gerais, os primeiros locais a utilizarem a medicação como método de tratamento em território nacional.

¹¹⁵ João Pessoa, 1935, p. 17.

Este esboço segue o modelo dos dormitórios do Hospital de Carville, no estado da Louisiana, nos Estados Unidos. De acordo com Santos (2006, p. 96) este

modelo da **Ceia do Nazareno** e no seu lemma "**Dar de si antes de pensar em si**", **uma verdadeira synthese de religião christã**.¹³³ (grifo nosso)

Neste trecho, nos deparamos com o destaque dado ao pronunciamento do sr. Prazeres Coêlho quando atribui a imagem da mesa a qual estavam reunidos, uma conotação religiosa, em razão da postura das senhoras que ali estavam representando àquela instituição de caridade, tendo demonstrado uma verdadeira “synthese de religião christã”, e ao que me parece, explicitando um certo caráter humanitário dos símbolos religiosos na luta contra a lepra, como também, de uma prática educativa, uma vez que, combater aquele mal, seria propagar através de suas falas e posições de autoridade, os ensinamentos de Cristo, uma vez que, seria uma atitude honrosa ajudar àquela campanha de cunho solidário, pois “no Brasil a lepra também permaneceu durante longo tempo sob os cuidados de comunidades religiosas e organizações de caridade.” (CARVALHO, 2015, p.183)

Substanciar e nutrir uma atitude de solidariedade, elencada na fé cristã, se mostrou como uma das táticas da reportagem, que ressaltava a participação de membros da elite paraibana, principalmente dos médicos, que tiveram suas falas postas na matéria do jornal, discutindo aquele assunto que dizia respeito, tanto aos cuidados de âmbito financeiro do estado, como na questão da saúde pública.

No decorrer do relato apresentado pelo jornal *A União*, foi exposta a fala do médico Oscar de Castro¹³⁴, que dentre os assuntos discutidos naquela tarde, tratou das questões abordadas em nível nacional acerca do combate a lepra. Ele discursou na reunião a respeito da sua experiência enquanto médico participante do *Congresso para Uniformização da Campanha Contra a Lepra*¹³⁵ onde participou no ano de 1933 e que foi de suma importância a nível nacional, na discussão das questões relacionadas ao combate da lepra. Em sua fala, ele evidenciou todo o aprendizado que pudera ter em sua visita à capital do Brasil, onde muitos profissionais da área da saúde e outras áreas se reuniam para debater sobre o problema que

¹³³ *A União*, 15 de março, 1936.

¹³⁴ Oscar Oliveira de Castro (1899-1970) foi advogado e médico paraibano. Concluiu sua formação como médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ainda atuou no setor administrativo do Estado da Paraíba na função de Secretário de Educação. Exerceu também o posto de presidente da Academia Paraibana de Letras, como também de professor de medicina da Universidade Federal da Paraíba. Foi também presidente do Rotary Club da Paraíba. Ver: <http://www.aplpb.com.br/academia/academicos/cadeiras-01-a-10/137-oscar-de-castro> Acesso em: 10 Dez. 2018

¹³⁵ Este evento ocorreu de 24 de setembro a 02 de outubro na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1933 e foi promovido por Alice Tibiriça, presidente da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, como forma de reivindicação das sociedades filiadas e médicos de várias partes do Brasil, com o objetivo de criar um espaço de nível nacional de debates onde fosse possível discutir a questão do combate a lepra no Brasil e quais deveriam ser os rumos adotados com relação a profilaxia. No evento compareceram médicos e representantes de quase todos os estados do país, inclusive da Paraíba. (CURI, 2002, p. 106.)

assolava o país, e afirmou que, "Os themas apresentados áquelle Congresso e a discussão em torno dos mesmos, constituíram sabias lições"¹³⁶ ensinamentos estes, passados pelo próprio Carlos Chagas, na sessão inaugural do evento realizado no Instituto Nacional de Música.

A fala de Oscar de Castro expõe que o tema não estava ao relento naquele período no estado da Paraíba, o que coadunou com a opinião de Eunice Weaver, que ao chegar aqui observou que o tema do combate a lepra estava vigoroso no estado e que o empreendimento de forças estavam agindo para criação de medidas e projetos que viessem a coibir o alastramento da doença. E ao fim de sua fala, a senhora Weaver mais uma vez agradeceu o empenho daquela associação, dizendo que "era preciso, portanto, ao envez de maiores disgressões, a affirmativa solenne do apoio ao Rotary Club e do seu grande empenho naquella elevada campanha."¹³⁷, direcionando às senhoras convidadas, "um abraço fraternal da mulher parahybana, que tão bem sabia comprehender a elevação de sentimento, que aqui trazia as suas irmãs no idealismo e na bondade."¹³⁸ Com o prosseguir da solenidade, mais saudações foram feitas na presença das convidadas, desta vez pelo senhor Waldemar Leite, que:

Sentia-se autorizado, naquelle momento, a declarar que a ella se solidarizava de coração toda sociedade parahybana, que não regateia sacrificios quando se procura attender á nobre virtude da caridade. Conclue o orador apresentando os cumprimentos do Rotary e desejando o melhor successo ao philantropico empreendimento que vem de levar a effeito na Parahyba a "Federação de Assistencia aos Lazaros do Brasil" na pessoa de sua illustre presidente, a exma. sra. d. Eunice Weaver.¹³⁹

Com a ideia do empreendimento, de se construir um preventório que viria a acolher os filhos dos homens e mulheres isolados no futuro leprosário, a comitiva Weaver passou a ter papel importante neste empreendimento. No momento da fala do dr. Edson de Almeida, leprólogo e presidente paraibano da Associação de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra, ele discutiu os caminhos que aquela associação estava tomando em âmbito estadual, agradecendo a presença e iniciativa das senhoras ali presentes, e destacou que era "devéras surprehendente e patriotico o movimento que ora se esboça em nosso Estado", evidenciando mais uma vez os movimentos solidários e a causa de se construir um ambiente nosocomial para atender os filhos sadios dos leprosos, e que aquela "campanha que merece de nós o maior carinho e estimulo." Em outro momento de sua fala, ele apontou de forma mais direta o

¹³⁶ *A União*, 15 de março, 1936.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Idem.

assunto que ele considerava de suma importância a ser tratado e divulgado através daquela reunião:

O problema de Lepra em nosso país é um assumpto a longo tempo debatido, mas que não sahia das fórmias meramente literarias; no campo da pratica nada se havia emprehendido. A campanha da lepra no Brasil e no mundo não se resume comente na preocupação de isolar o doente contagiante. Deste modo a campanha que ora se procura levar avante, não se deve resumir na acção do simples isolamento. E assim, como medida completiva de prophylaxia, resulta a assistencia social aos filhos sadios do victimado pelo mal de hansen. A lepra não escolhe casta para se manifestar, ella attinge a todas as camadas sociaes constituindo, por isso, um dos mais complexos problemas de saúde publica. A "Campanha da Solidariedade", que hoje é iniciada pelo Rotary Club de João Pessoa, viza sobretudo o amparo aos filhos dos atacados de lepra. E nossa sociedade, estou certo, não nos abandonará nesta cruzada, porque do contrario seria desprezar os mais comeseinhos sentimentos de solidariedade humana. E' a uma medida grandiosa que deve ser integralmente prestigiada pela Parahyba. Assim, concluo pedindo ao Rotry Club de João Pessoa continuar com ardor a sua nobre tarefa.¹⁴⁰

O dr. Edson de Almeida afirmou em seu discurso que o tratamento destinado aos doentes deveria ser humanizado, agindo de acordo com uma ética, que visava o acolhimento dos filhos daqueles acometidos pela lepra. Após o pronunciamento do médico, a senhora Eunice Weaver pronunciou um breve discurso de agradecimento, e logo em seguida, a comitiva se dirigiu até o Palácio da Redenção, residência do governador Argemiro de Figueiredo, que recepcionou as "ilustríssimas senhoras", e então, onde foram trocados os devidos cumprimentos.

Depois da visita ao governador, a comitiva foi levada pelos senhores Prazeres Coêlho e Edson de Almeida, até a redação do jornal *A União*, onde foi possível o coleta de um breve pronunciamento em tom de entrevista, onde a senhora Eunice Weaver fez uma rápida explanação do que estava sendo a Campanha da Solidariedade em todo o Brasil, expondo os êxitos, que se iniciaram no Rio de Janeiro, passando pelo Distrito Federal e Minas Gerais, onde foram arrecadadas "vultuosas" quantias em dinheiro, passando depois pelo estado do Pernambuco, onde permaneceram por oito dias, e obtiveram êxito em sua campanha, demonstrando assim, que o assunto relacionado ao combate a lepra estava à todo vapor em outros lugares do país. A quantia a qual se queria arrecadar na Paraíba serviria para o projeto destinado a este estado. E continuou em sua fala:

¹⁴⁰ Idem.

Aqui pretendemos nos demorar, continuou, cêrca de oito dias, iniciando, na segunda-feira, a "Semana Contra a Lepra", devendo serem distribuidos boletins de instrução popular, bem como a realização de conferencias, etc. Assim, o que fôr arrecadado em João Pessoa, será destinado ao Preventorio desta cidade, unicamente. Esperamos, dessa forma, que a elite parahybana e o povo em geral, compreendam a alta finalidade da campanha e a auxilie em toda a altura, para que a Parahyba dê também um attestado de sua civilização e, sobretudo, patriotismo, o que, aliás, é de esperar pela tradição generosa de que goza esta terra¹⁴¹.

Com a realização destas ações que contribuíam para a campanha, a comitiva Weaver estava atravessando o país em busca de quantias que fossem revertidas em benfeitorias para as populações locais, para que fossem revertidos em ações para seus respectivos estados, angariando também apoio dos poderes públicos, tanto na figura do governo central, como dos governos estaduais.

Após passar pela Paraíba, a comitiva pretendia empreender viagens a outros locais do norte do Brasil, que naquele momento pareciam sofrer de forma grave, em razão da fraca infraestrutura, quando se comparado aos estados do sul e sudeste¹⁴². Na visão da senhora Eunice Weaver, ela afirmou que:

Opportunamente, estenderemos essa campanha a outras capitais do norte sendo, no momento, no entendo impossível, realizarmos essa aspiração. Esperamos, porém, em breve tempo, poder fazel-a, integrando, assim, todo o Brasil, ao lado da Federação contra a Lepra, num combate unico, contando sempre com o espirito de philantropia conhecido do povo brasileiro, onde quer que se faça sentir a necessidade de um auxilio para tão alta finaliade.¹⁴³

E com a colaboração pretendida nos outros estados da federação, aquela comitiva parece ambicionar a arrecadação do que seriam os "vultuosos" valores, para que uma rede de associações da SALDCL permeassem o território nacional, atendendo aos casos de lepra, seja no tratamento direto aos doentes de lepra ou aos filhos destes, que sofriam também o estigma de serem filhos órfãos, visto que a lepra no período ainda se entendia como uma enfermidade sem cura, apenas tratada de forma paliativa pelas entidades de saúde.

Ao final da matéria, a comissão da Sociedade de Assistência aos Lázaros reuniu-se no Clube dos Diários, para que fosse formada uma comissão de membros para assumir os cuidados destinados ao combate a lepra pela associação. O primeiro nome sugerido para

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Como fora abordado anteriormente, o médico Edson de Ramalho resalta em seu relatório as condições do aparelhamento anti-leproso nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, considerados por ele como os centros de referência em relação ao tratamento com os doentes de lepra.

¹⁴³ *A União*, 15 de março, 1936.

dirigir a associação, foi o da primeira dama do estado, a D. Alzira de Figueirêdo e o Dr. Octavio de Oliveira, como presidentes de honra e, posteriormente, seguiram-se as atribuições de cargos para uma comissão executiva¹⁴⁴ e observa-se que os nomes presentes na lista e seus respectivos desígnios, foram atribuídos a pessoas que compunham uma elite social, cuja maioria estava formada por médicos ou juristas, como o próprio Prazeres Coêlho e Edson de Almeida.

Destaca-se então, a importância representativa deste encontro no Rotary Club na manhã do mês de março do ano de 1936, evidenciada e publicada pelo jornal *A União*, que entendia que ali estavam representadas as vozes dos interesses do estado. A visita da senhora Eunice Weaver, segundo o jornal, simbolizava a esperança do que parecia ser uma busca implacável por recursos que fossem destinados à criação de um preventório para os filhos sadios dos leprosos.

¹⁴⁴ Ficaram definidos os seguintes cargos: Presidente, Newton Lacerda; 1.º vice-presidente, dr. José Prazeres Coêlho; 2.º vice-presidente, dr. Edson de Almeida, 1.º secretario, dr. Lauro Wanderley; 2.º secretario, Luiz Clementino de Oliveira; 1.º thesoureiro, João Celso Peixoto de Vasconcellos; 2.º thesoureiro, Joaquim Cavalcanti de Albuquerque. Vogaes: - Com. Arthur de Castro Pinto, dr. Augusto de Almeida, dr. Adhemar Londres, dr. Aguinaldo Versiano, dr. Alcides Vasconcellos, dr. Alfredo Monteiro, dr. Antonio Pereira Diniz, cap. Belisario de Moura, dr. Coralio Soares de Oliveira, cmte. Delmiro de Andrade, sr. Eduardo Cunha, sr. Edmundo Forte, sr. Eliezar de Oliveira, sr. Einar Svendsen, dr. Edrise Villar, capitão Heitor Ulysséa, dr. José Maciel, dr. Jôsa Magalhães, senador Marcel Vellôso Borges, sr. Murillo Lemos, sr. Nerva Granjeiro, sr. Nicolau Costa, dr. Oscar de Castro, dr. Octaviano de Sousa, sr. Oliver von Sohsten, mons. Odilon Coutinho, sr. Olilon Amorim, dr. Olívio Maroja, dr. Raul de Góes, sr. Renato Ribeiro, dr. Romulo Serrano, dr. Severino Amorim, sr. Waldemar Leite, jornalistas padre Carlos Coêlho e José Leal, dr. Isidro Gomes da Silva, dr. José Mariz, dr. Meira de Menezes, sr. Miguel Reais, mme, Octavio de Oliveira, jornalistas Pereira Gomes, Anchises Gomes e Alves de Mello.

CAPÍTULO 2 - *Entre bailes, filantropia e edificações: o caminho para construção do leprosário na Paraíba*

2.1: A filantropia em favor do leprosário: debates, associações, bailes e verbas para construção do leprosário da Paraíba (1931-1934)

O assumpto realmente merece ser estudado sob todos os aspectos, porque encerra importantes problemas como sejam, - o social, o econômico e o sanitário. [...] A nós médicos, habituados ao serviço de hospital desde os tempos de acadêmicos, não repugna residir perto de qualquer estabelecimento dessa natureza. Mas, - atenda-se! - a começar pela família do medico, **não há quem se sinta bem com tal visinhança!** [...] Por informações que tenho colhido de pessoas que conhecem bem o local, não tenho duvida em acceitalo pelo parte que me cabe. Poderá ficar um pouquinho mais caro, - mas sempre ouvi dizer que "o que é bom custa caro".¹⁴⁵ [Grifo nosso]

É com estas palavras que o médico Flávio Maroja fala ao jornal *A União*, em entrevista concedida em sua residência na capital João Pessoa, expondo sua opinião acerca da melhor localização para o leprosário que estava sendo planejado para o acolhimento dos leprosos do estado, pois o medo que tal “visinhança” causava à sociedade tornava o assunto delicado, em razão do estigma da doença. De acordo com seu posicionamento, o novo local deveria ser a propriedade "Bella Vista do Pilar", pois, em matéria anterior, de acordo com um parecer prévio da SMCPB, afirmou-se que entre tantas propriedades vistoriadas pelos responsáveis, "a propriedade 'Bella Vista do Pilar', em Marés¹⁴⁶, preenche, satisfatoriamente, as condições exigidas para a fundação de um leprosário"¹⁴⁷. Este parecer, delegado pela SMCPB, também refletia o posicionamento do higienista. O tema da melhor localização, que havia ficado a critério dos médicos que integravam a SMCPB, que entraram em debate¹⁴⁸, tendo por muitas vezes, sido incitado conflitos de opinião acerca do tema proposto, pois ainda não se havia um consenso sobre as formas de propagação da doença naquele período, tornando assim, por não findar a discussão até o fim daquele ano. Flávio Maroja expressou seus anseios sobre os critérios que deveriam ser levados em conta, quando se tratava da fundação de um hospital com tal configuração, já que o estigma trazido pela imagem do corpo leproso suscitava um medo generalizado.

¹⁴⁵ *A União*, 01 de novembro, 1931.

¹⁴⁶ De acordo com Melo (2013, p. 16), a região conhecida como Marés faz parte da zona que compreende a bacia geográfica do rio Marés que abastece parcialmente as cidades de Bayeux, João Pessoa e Santa Rita.

¹⁴⁷ *A União*, 15 de outubro, 1931.

¹⁴⁸ O tema foi elucidado no texto referente ao subtópico 1.1 deste trabalho.

O campo da medicina e seu respaldo científico pareciam ser o escopo pelo qual as divergências acerca da localização findariam as divergências entre os participantes daquela associação. Todavia, alguns membros da SMCPB manifestaram contrariedade em relação às decisões de fundar o hospital, ali, no "seio da sociedade". Os posicionamentos sobre como promover a construção e o local adequado fizeram com que os médicos divergissem, pois, de acordo com Lima (1999, p. 94), as teorias "contagionistas" e "infeccionistas" entravam em debate. A primeira afirmava que as doenças seriam transmitidas de doente para pessoa saudável, através do contato físico. Já a segunda teoria afirmava que a doença seria transmitida através de micro-organismos, que seriam infectariam o corpo saudável pelo ambiente. Mesmo diante de posicionamentos distintos, o médico higienista Flávio Maroja aponta que deveriam ser discutidos os critérios social, sanitário e econômico.

É nessa perspectiva que estes três fatores levaram parte da sociedade paraibana, principalmente a elite pessoense, a promover discussões, encontros e até mesmo festas, utilizando-se do respaldo filantrópico em seus discursos, para fomentar a arrecadação de dinheiro para construção do leprosário.

Por algum tempo, o tema pareceu ter "desaparecido" das páginas do jornal *A União*, visto que os meses se passavam e as matérias associadas à questão da Lepra no ano de 1932 foram escassas. Porém, por que se deu esta escassez de matérias referentes à construção do leprosário da Paraíba? Das duas matérias encontradas referentes à lepra naquele ano, uma, do mês de janeiro, era alusiva à abertura de um crédito provisório destinado ao serviço de combate à lepra no estado. E outra, do mês de dezembro, enviada pelo médico maranhense William W. Coêlho de Souza, relativo à deficiência do serviço de assistência aos leprosos no estado do Maranhão.

Porém, essa última matéria foi endereçada especialmente ao jornal *A União*. Nas suas linhas, o autor do texto discutia abertamente como o Brasil e suas regiões periféricas – inclui-se a Paraíba – eram deficientes em relação ao trato com a doença, pois aquele déficit se dava em virtude "da mentalidade ainda bastante atrasada do nosso povo, dos capitães, como do interior."¹⁴⁹ Esse "atraso" de mentalidade manifestado pelo médico solapava os surtos de colonização estrangeira, de acordo com sua fala. E continua:

E de outro lado o surto de imigração será difícil em regiões doentias, ou onde reinem endemias, enfermidades como a lepra. Assim, a campanha de defesa contra a

¹⁴⁹*A União*, 11 de dezembro, 1932.

lepra, de assistência aos doentes do mal de Hansen, assume o carácter de um relevante problema nacional.¹⁵⁰

Esta situação de calamidade pública, a qual se faz referência na exposição feita pelo autor do texto, é um discurso característico do período. Conforme já mencionado, pude observar como as influências dos leprosários do sul do país inspiraram os médicos paraibanos nas disposições necessárias para o planejamento e realização do leprosário da Paraíba.

Porém, já no ano de 1933, a discussão acerca dos problemas relacionados à lepra no estado parece ter tomado fôlego, quando em fevereiro daquele ano foi noticiada a visita do médico Heraclides Souza Araújo, famoso leprologista da época que, em visita a Paraíba, estava "incumbido" de uma missão científica em nome do Ministério da Educação e Saúde Pública¹⁵¹. Ele fazia parte de uma comitiva que estava investigando os problemas relativos à lepra no "extremo norte", tendo ele se mostrado "interessadíssimo por uma campanha systematica e decisiva contra a lepra, que infelizmente, afflige a muitas unidades da Federação."¹⁵² As discussões em torno da lepra pareciam estar nas pautas das autoridades do norte do país, de uma forma mais incisiva que as suscitadas no estado da Paraíba naquele momento.

Porém, o clima de sossego, pouco tempo depois, no mês de março, parece ter terminado, quando a discussão acerca do tema da lepra teve o impulso necessário para que o assunto voltasse à tona com toda força, trazendo novamente o estigma e o medo que normalmente causavam à população e às autoridades paraibanas, nas páginas do *A União* foi publicada uma carta resposta, vinda do chefe da Diretoria de Saúde Pública, o médico Walfredo Guedes Pereira, acerca do falecimento de uma indigente em praça pública. O motivo do fervor causado pela resposta do médico se deu pelo fato da "indigente" ter sido uma "supposta leprosa". Em razão disto, outro jornal, o *A Imprensa*¹⁵³ noticiou que a culpa

¹⁵⁰ *A União*, 11 de dezembro, 1932.

¹⁵¹ O Ministério da Educação e Saúde Pública foi criado em 1930, pelo decreto 19.402, de 14 de novembro de 1930. Nos anos seguintes, passou por sucessivas reformas. Houve uma grande reforma em 1937 que estabeleceu, entre outras, a criação de Serviços Nacionais de Saúde, com o objetivo de combater as doenças nos Estados e a reorganização dos Serviços Estaduais de Saúde, através da criação dos Departamentos Estaduais de Saúde (DES), submetidos ao DNS. O Serviço Nacional de Lepra, proposto por essa reforma de 1937, foi efetivamente sistematizado pela nova mudança executada no Ministério em 1941 (HOCHMAN; FONSECA, 2000)

¹⁵² *A União*, 22 de fevereiro, 1933.

¹⁵³ O jornal *A Imprensa* foi fundado no final do século XIX. Era um jornal de viés Católico e foi concebido segundo os auspícios do arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques. Este jornal era um veículo de propagação da fé católica, tendo surgido, segundo Soares Jr (2011, p. 15) em "um período de transformação na estrutura social brasileira com a implantação da República, a laicização e o início da romanização da Igreja Católica no Brasil e sua expansão com a criação de novas dioceses." O jornal funcionou até o ano de 1968. O seu acervo documental encontra-se disponível no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, situado no Centro Cultural São Francisco, capital João Pessoa-PB.

daquela situação se deu devido ao descaso da Diretoria de Saúde Pública, na figura irresponsável de seu diretor, que "vivia de braços cruzados" no tocante ao tema dos leprosos que viviam como indigentes nas praças da cidade e no meio social sadio. Na matéria veiculada no jornal *A Imprensa*, foi publicada a seguinte notícia acerca do acontecimento que havia “chocado” a sociedade paraibana:

A praça Caldas Brandão foi cenário, há poucos dias, de um quadro capaz de provocar lágrimas nos olhos mais resistentes á dor alheia. [...] A Saúde Pública completamente desaparelhada para solucionar o caso molemente cruzou os braços. [...] Lamentavelmente, os nossos governos de uns 15 anos para cá tem se preocupado quase exclusivamente com os embelezamentos materiais da nossa terra. Grandes e dispendiosas demolições abrem largas e elegantes avenidas. Arranha Céus perfilam se ameaçando o casario colonial da nossa cidade. Estradas caríssimas são realizadas para intensificação comercial. A questão da saúde pública em geral é uma lastima. Causa dó. Seria uma humilhação para a Paraíba se a iniciativa privada não fizesse alguma cousa. No mais completo abandono expirou sob a copa amiga de uma mangueira uma mulher moribunda. O relatório já foi apresentado. **Morreu porem, a iniciativa do leprosário porque segundo estamos informados contra a escolha do local levantou-se a opinião prestigiosa do esforçado Diretor de Saúde Publica.** E, dizemos, morreu porque um problema que exigia solução imediata passou para terreno das discussões estéreis, e, há dois anos, faz-se o maior silêncio sobre o assunto.¹⁵⁴ [Grifo nosso]

Desse modo, o ataque havia sido deflagrado diretamente contra a imagem do Diretor de Saúde Pública, pois fora em razão de “opinião prestigiosa” sua que as discussões sobre os planos de continuação para a escolha do terreno fossem paralisadas e o tema, assim, findado. Ter leprosos caminhando e convivendo no meio social dos sãos parecia ser algo ultrajante, dada a situação sanitária da capital, e aquela morte em praça pública foi creditada ao descaso da autoridade competente. Porém, a preocupação do diretor estava associada à figura do “corpo leproso”, não necessariamente por ser uma indigente.

Todavia, após a publicação desta matéria, quando foram desferidos os “golpes” contra a imagem do médico, um dia após tal publicação, o jornal *A Imprensa* lança outra matéria, assinada pelo seu diretor, na qual tenta desfazer as acusações proclamadas contra a figura do diretor de Saúde Pública, afirmando que:

[...] não tínhamos intenção de melindrar o ilustre Dr. Guedes Pereira em quem, sinceramente, reconhecemos um espírito alevantado sempre para o interesse coletivo. A Saúde Publica naquele caso nada podia fazer, aliás, como frisamos em desprestiosa nota, porque se acha desaparelhada para atender a morfeitos, pela ausência de um Leprosário em nosso Estado. O fato de ainda não termos um Leprosário não cabe a culpa ao digno diretor da Saúde Pública, como também

¹⁵⁴ *A Imprensa*, 12 de março, 1933.

notamos em nossa local em apreço, mas sim ao Governo que ainda não quis optar por uma das opiniões divergentes, a da Diretoria da Saúde Pública e a da Sociedade de Medicina. Era isso o que tínhamos em vista: chamar a atenção do Governo para uma solução que se requer inadiável, para não continuarmos a presenciar fatos entristecedores daquela ordem. Sobre a localização em Tambaú ou Marés os técnicos que discutam e mostrem as suas razões. [...] a Paraíba toda o conhece e sabe dos seus esforços em prol do bem público.¹⁵⁵

Mesmo diante da retratação feita pelos seus acusadores, ele relembra que a situação dos leprosos na capital vinha sendo observada e tratada, quando cita que em sua gestão à frente da diretoria as discussões e os projetos acerca do hospital colônia haviam sido sonhados e conduzidos, e que até mesmo a propriedade (terreno), pensada na época do debate da SMCPB, já havia sido adquirida, através de um decreto que havia desapropriado a localidade para dar lugar ao empreendimento. Porém, houve as contendas em relação ao local. Observe a fala do diretor:

Affecto o caso a este, em virtude de haverem surgido opiniões contrárias ainda no governo do dr. José Americo, por parte de alguns colegas aqui residentes, quanto ao local indicado, e, ouvida a Sociedade de Medicina e Cirurgia deste Estado, indicou a mesma propriedade Marés, que também se presta muito bem, apenas com a diferença de ser aquisição muito mais cara, bem assim o saneamento, quando ao impaludismo, que servirá tão somente ao estabelecimento em mira, o que não acontece em relação ao local por esta Diretoria indicado, que também servirá a Tambaú, esta capital e mesmo por estar dentro das actuaes possibilidades financeiras do Estado e sem prejuízo, presente ou futuro, para um bom inicio do que se deseja.¹⁵⁶

O órgão pelo qual ele era responsável havia tomado as medidas cabíveis à construção do leprosário. Porém, a decisão final acerca do local estava fora de sua jurisdição, sendo decisão da SMCPB. Então, a morte de uma leprosa em praça pública seria uma fatalidade, que não teria ligação direta com seu órgão institucional, pois a criação do hospital não dependia inteiramente dele, apesar de sua realização ser, segundo suas palavras, algo que "muito me interessa junto ao Grande Presidente João Pessoa, que recebêra com muita solicitude a minha idéia"¹⁵⁷. Mesmo não estando o presidente João Pessoa presente para que os rumos do leprosário fossem adiantados em meio às discussões, a sua construção ainda era um sonho que estava prestes a ser realizado. As dificuldades da discussão científica implicavam diretamente no âmbito social – construir perto ou longe da cidade – que acabou por ser inviável economicamente, tendo em vista as dificuldades financeiras para sua realização, pois alocar ou adquirir outro terreno para construção implicaria mais gastos aos cofres públicos.

¹⁵⁵ *A Imprensa*, 14 de março, 1933.

¹⁵⁶ *A União*, 14 de março, 1933.

¹⁵⁷ Idem.

A sociedade precisava do leprosário, para que mais casos como os da morte de um leproso em espaço público não voltassem a ocorrer. Entretanto, este caso da leprosa atestou algo que parecia não vir mais à tona no jornal oficial: a questão do medo que os morféuticos causam à população sadia. Posto que as discussões que haviam sido iniciadas em 1929 com toda a questão da criação dos hospitais para variolosos e leprosos, não tinham sido completamente satisfatórias, pois a lepra continuava a ser uma doença de forte estigma social, e a Paraíba ainda não era dotada de um local apropriado, tendo se passado cerca de três anos desde o início das discussões. Mas, como já havia dito, o ano de 1933 marca uma fase de maior discussão sobre o tema, pois com a morte de Anthenor Navarro em 1932, e as seguintes mudanças de governo e as mudanças de ajustes¹⁵⁸, a Paraíba no mês de setembro de 1933 tem seu nome representado no Congresso para a Unificação do Combate à Lepra realizado na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 27 de setembro a 02 de outubro. E como representante oficial do estado, o médico Walfredo Guedes Pereira declara o seguinte, na matéria publicada sobre a presença do estado no congresso, veja:

Não foram menores o interesse para a solução do problema e a cordialidade havidos, tendo eu, como provavelmente outros, que tinha somente conhecimentos de pequena leitura, recebido sábias lições nos temas apresentados e nas discussões entre os maiores leprologos nacionais e autoridades na matéria, ficando, assim, satisfeito e tranquilo com as idéias por mim aqui anteriormente expendidas com a responsabilidade do cargo que ocupo, quando tratamos da construção de uma colônia-hospital para leprosos. Assim é que em relação à transmissão desta terrível moléstia, é assente que, pelos conhecimentos atuais, o contágio só se dá diretamente de indivíduo a indivíduo e havendo coabitação prolongada, e que os insetos, mosquitos, percevêjos, etc., não têm nenhum papel, devendo, portanto, as providências de combate á moléstia não terem esta preocupação e nem os hospitais e colônia ficarem tão distantes dos centros das cidades tornando assim mais fáceis e eficazes a direção, maximé em Estados de pequenos recursos como o nosso.¹⁵⁹

Com esta declaração, o médico parece ter sanado ambos os problemas, tendo posto em evidência a relação da transmissão da doença e que não haveria mal algum em ter um hospital com tais configurações em perímetro urbano. Porém, confessando que tais fatos seriam positivos, visto que a construção do leprosário no terreno anteriormente citado, não traria problema algum e seria benéfico aos cofres públicos, pois seriam empreendimentos complicados de serem realizados, principalmente em "Estados de pequenos recursos", como a

¹⁵⁸ De acordo com Sousa Neto (2016, p. 39) após a morte de Anthenor Navarro em 26 de abril de 1932, ninguém havia respondido pelo cargo de interventor federal. Porém, quem assumiria tal posição, seria Gratuliano de Brito, que presidia a Secretaria do Interior e Segurança Pública do estado. E durante dois meses, Gratuliano havia assumido o cargo na posição de interino, onde sua efetivação estava a depender das resoluções entre o ministro José Américo e o presidente Getúlio Vargas. A demora na efetivação do cargo havia deixado o governo em estado de "êxtase" em razão da morte prematura de Anthenor Navarro.

¹⁵⁹ *A União*, 22 de outubro, 1933.

Paraíba. E, por fim, faz a seguinte aspiração em tom triunfalista, ditas as seguintes palavras: "Tenho esperanças de que antes de deixar esta Diretoria instalarei a Inspetoria de Combate à Lepra e o seu respectivo hospital-colônia e assistência às famílias e filhos sadios dos lázaros internados"¹⁶⁰. Ao que se demonstrou um dos objetivos do médico Walfredo Guedes seria criar o leprosário, pois este era ideia sua, de sua gestão enquanto diretor de Saúde Pública.

Ainda naquele ano, em matéria ao jornal *A União*, fica explícito em texto redigido também pelo médico Walfredo Guedes Pereira, o que seria a avalanche de notícias e ações de cunho filantrópico destinado à iniciativa da construção do leprosário da Paraíba. E o que se segue nas matérias que trouxeram esse tema são discursos carregados de moralismos e mensagens vitoriosas, com tons de exaltação ao espírito do homem paraibano, enquanto indivíduo capaz de amar ao próximo, principalmente quando dos cuidados com um leproso, pois de acordo com Curi (2002, p. 19) a lepra nos escritos bíblicos "tece relações entre esta noção de pecado. Dor, sofrimento e penas físicas aparecem relacionados com as práticas de ações indevidas". Então, para o bom cidadão e, principalmente, cristão, aceitarem os pecadores e ajudá-los seria a melhor forma de se redimir. Então, a filantropia alça uma categoria naquele momento em que poderia ajudar um "estado pequeno" de poucos recursos, a tornar-se equiparável aos estados do sul, no que dizia respeito ao trato com a lepra.

Walfredo Guedes enaltece as figuras de sua classe profissional, que eram responsáveis pelas decisões submetidas ao julgo da população e das autoridades. Neste caso, ele mesmo afirma que "o esforço da ilustre classe médica de João Pessoa e de algumas cidades do interior, cujo sentimento de solidariedade se manifesta em movimento do maior alcance cívico"¹⁶¹ tem tornado a possibilidade de construir um leprosário algo real. A sociedade sadia seria capaz de tomar partido naquela iniciativa, ao invés de apenas delegar o problema às mãos do Estado e dele também, enquanto diretor da Saúde Pública.

Tornar a população um agente ativo e positivo naquele cenário, onde os problemas sociais e econômicos pareciam cada vez maiores parece ser a "cartada" que faltava para que o leprosário fosse finalmente construído. E ainda de acordo com suas palavras:

Apesar desse esforço, que tem contado com o apoio dos dirigentes, há ainda alguma coisa que fazer, fechando o ciclo desses empreendimentos humanitários. Entre as iniciativas que estão pedindo o concurso de todos os paraibanos capazes de contribuir nesse nobre objetivo comum, de defesa da saúde coletiva, está a construção de um leprosário em João Pessoa. Não é uma sugestão nova. Para ser levada a bom êxito não

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ *A União*, 22 de novembro, 1933.

custa, porém, grandes sacrifícios. Uma obra dessa natureza não demanda capital de grande vulto, tendo-se em conta a realização inicial da colônia para abrigo das vítimas da perigosa moléstia de Hansen.¹⁶²

O êxito da empreitada, que se fazia límpido em suas palavras, seria também um "nobre objetivo comum" das forças sociais atuantes, destacando-se aqui, principalmente as vertentes sociais mais elitistas, pois seriam estes os "bolsos" mais protuberantes, que iriam possibilitar o sonho do "memorável presidente João Pessoa". O médico anuncia que um grupo de conterrâneos estava empenhado na tarefa de dirigirem-se as associações de classes e aos poderes públicos, com o objetivo de dar início "a benemérita campanha cujo objetivo consulta uma necessidade urgente, de defesa social e de alcance filantrópico."¹⁶³ E continua, reiterando que "à imprensa pessoense, à família paraibana e aos órgãos de classe e ao povo em geral, pedindo-lhes o seu concurso a essa obra de bela finalidade cívica e de higiene pública."¹⁶⁴

Dito isto, o médico confirma que dali a poucos dias seria instaurada uma comissão provisória, responsável pela arrecadação de verbas, sendo aqueles "os primeiros passos na campanha em prol da construção de um leprosário nesta capital."¹⁶⁵ E a propósito, na mesma matéria, uma carta subsequente à notícia foi enviada ao redator do jornal *A União*, na qual o Dr. Guedes Pereira o congratula pelas iniciativas em noticiar os informes relacionados à saúde pública do estado e é categórico quando evoca a lembrança de um velho desejo do diretor daquele jornal, o Sr. Orris Barbosa, em "promover pela imprensa uma campanha em prol da construção de um hospital-colônia."¹⁶⁶, o médico sugere inclusive à comissão responsável pela campanha, que o dinheiro que havia sido arrecadado para a construção de um "Arco do Triunfo" em homenagem ao presidente João Pessoa tivesse suas verbas remanejadas para aquele novo empreendimento e, de acordo com suas palavras, "maior homenagem, creio, não se poderia prestar à memória do Dr. João Pessoa do que a de empregar numa instituição de lázaros"¹⁶⁷, pois o sentimento coadunaria justamente com a ideia de legar a Paraíba daquele inestimável benefício.

Elpídio de Almeida, renomado médico e político da cidade de Campina Grande, publica uma nota no jornal, com o intuito de congratular o posicionamento das autoridades e a sociedade pessoense no âmbito de campanha tão "primorosa" para o estado da Paraíba,

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Idem.

apontando que tudo aquilo estava "despertando os mais justos entusiasmos no seio de todas as classes, que se interessam pelo soerguimento do nosso nível cultural, dada a alta finalidade desse empreendimento"¹⁶⁸, elencando também a classe médica como sendo aquela que "vai movimentar-se numa frente decidida a vencer todos os empecilhos."¹⁶⁹, angariando recursos, fomentando as discussões necessárias e, principalmente, incitando o desejo da população naquele momento, realizando os principais desejos dos grupos de elite, principalmente os médicos.

As manifestações nas falas e posicionamentos dos médicos evidenciavam o fôlego que o debate havia tomado naqueles meses, que a partir da morte de uma "indigente", havia dado subsídio para que as autoridades responsáveis atribuíssem o esforço também à população. O dever cívico, a "bôa vontade" e o senso filantrópico eram adjetivações comumente relacionadas à população que era descrita nas páginas do jornal *A União*, pois os jornais eram concebidos como "manuais de instrução para parte da população paraibana, que logo tratou de se vestir com as roupas da modernidade. Os jornais anunciavam, o comércio vendia e a população comprava". (SOARES JR, 2011, p. 16)

Então, desde o início do ano de 1934, as campanhas de arrecadação de verbas para a construção do leprosário da Paraíba foram constantemente veiculadas no *A União*. Notícias, propagandas e anúncios foram assiduamente veiculados em suas páginas e aqui se faz necessário uma discussão em nível cultural acerca de todo esse movimento que, em suma, foi referente ao isolamento compulsório dos leprosos, principalmente àqueles que viviam nas ruas como mendigos. De acordo com Carvalho (2011, p. 74), o isolamento "não pode ser tomado apenas como uma prática agressiva do Estado contra o portador da lepra, mas precisa ser compreendido como uma prática legitimada pela sociedade". Seria esta sociedade não somente formada por médicos higienistas e autoridades políticas, mas foi também consentida por uma população amedrontada com o pavor de uma doença estigmatizante que não tinha cura. Segundo Goffman (2000, p. 14) no estigma, "por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano, com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações", discriminações que fazem o ser estigmatizado perder parte de sua condição humana aos olhos que os discrimina.

¹⁶⁸ *A União*, 29 de novembro, 1933.

¹⁶⁹ Idem.

Estas discussões acerca do isolamento compulsório só foram possíveis em razão de medidas institucionais do próprio governo em relação ao trato com o enfermo¹⁷⁰, mas a convivência da população também foi parte essencial, pois tanto o respaldo social e moral naquele momento, aliado a um objetivo econômico, possibilitou um melhor ajustamento entre as visões e decisões da classe médica e da elite associada aos veios mais "humildes" da população, pois de acordo com Pollak (1992, p. 201) seria "perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado". Seria então, que os sonhos antes semeados pela figura de João Pessoa e do diretor de Saúde Pública, Walfredo Guedes, surtiram efeito neste passado paraibano, da memória que concebia na imagem do leproso, um sinônimo de exclusão e deterioração do indivíduo, sendo um risco alto demais a se pagar pela convivência com estes enfermos nas praças da capital e em outros locais do estado.

O temor da doença e a possibilidade de ter um espaço destinado ao acolhimento dos leprosos fazem com que a promoção de campanhas e a publicação de anúncios acerca da doação de dinheiro para o leprosário aparecessem de forma recorrente nas folhas do jornal. E em janeiro de 1934, é impresso no jornal *A União* a seguinte notícia:

O movimento que se iniciou há pouco tempo nesta capital pela criação de um leprosário não arrefeceu de todo como se verifica pelo telegrama que o Rotari Clube transmitiu ao sr. Interventor Federal, comunicando a resolução dessa agremiação manifestando-se solidária na campanha que visa a objetivação daquela bela idéia.¹⁷¹

O movimento pela criação do leprosário começava a ganhar mais adeptos da elite pessoense, onde a figura do Rotari Clube estava presente na associação pelo empreendimento. Em matéria publicada no jornal, relativa à gestão do interventor Gratuliano de Brito, afirmou-se que "os assuntos financeiros da Paraíba são a sua preocupação constante, sendo talvez a causa dos numerosos cabelos brancos que começam a pratear-lhe, prematuramente, a cabeça."

172

As contas do estado podiam não estar em conformidade com os planos de governo e a realização das obras pretendidas, mas o jornal, a meu ver, como método estratégico fazia

¹⁷⁰ De acordo com Lima (2011) desde a década de 1920, quando se marca, efetivamente, um aparato de saúde pública no Brasil, a exemplo do Código Sanitário de 1920, que possibilitou o Governo Federal ter uma maior intervenção no âmbito dos estados da Federação, fez com que o objetivo de atender uma agenda de saúde pública pudesse ter uma aplicabilidade maior no combate as endemias e epidemias que prejudicavam o país.

¹⁷¹ *A União*, 23 de janeiro, 1934.

¹⁷² *A União*, 28 de janeiro, 1934.

questão de noticiar tais tópicos e ao mesmo tempo, incitava a população a participar das campanhas de doação para construção do leprosário. É quando, em fevereiro daquele ano, é fundada na capital, uma repartição há muito tempo desejada. A Diretoria de Saúde Pública na figura do Dr. Walfredo Guedes inaugura a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra (SALDCL) que tinha objetivos humanitários, com o intento de dar "assistência a todos os doentes ou suspeitos desta moléstia, que fôrem notificados e fichados em qualquer dos municípios do nosso Estado, bem assim as suas famílias, especialmente as crianças."¹⁷³. Estava então aberta a inscrição para todos aqueles que quisessem fazer parte daquela agremiação, afim de "contribuir com o seu auxílio em prol de tão nobre e filantrópica associação".¹⁷⁴

Naquele mesmo mês, alguns sócios já são computados na relação de doações mensais, a exemplo do sr. Basileu Gomes, que por tempo indeterminado, estaria contribuindo mensalmente com a quantia de 200\$000 réis. A sociedade pessoense era exaltada e todo esse discurso parecia fazer com que a SALDCL angariasse mais e mais assinaturas, pois "aquela caridosa iniciativa" nas falas e discursos presentes no jornal deveria ser feita através do maior esforço possível. Em outra matéria do mesmo mês, o sr. Basileu Gomes é figurado como "a mais alta expressão da nossa filantropia social em benefício do benemérito tentame"¹⁷⁵. O jornal fazia questão de expor a figura do indivíduo filantrópico, pondo-o em evidência em relação aos demais. Essa tática fez com que mais pessoas seguissem o mesmo caminho do sr. Basileu, pois ter seu nome publicado no jornal *A União* na imagem de um filantropo seria alçar um *status* social proeminente. A matéria ainda trazia a seguinte discussão:

O quadro que se desenha está aí aos nossos olhos, leprosos em comunhão com os transeuntes e em tratamento domiciliário no seio da própria família! Não pode haver situação mais angustiosa. Doentes de moléstia purulenta de tal contagiosidade em contacto quotidiano e diréto com toda população cidadina. Todas as sociedades civilizadas do norte do país, vêm forcejando atualmente por solucionar esse grave e melindroso problema tão de perto adstrito á saúde publica. E a nossa terra que, nesses projétos, vem se colocando ao lado direito dos seus mais cultos irmãos da federação, está muito inclinada a resolver o grande assunto. A Paraíba, no plano humanitário, não desmerece aos surtos de progresso dos povos de mais fino sentimento.¹⁷⁶

Portanto, o quadro que se desenhava naquele momento fazia referência justamente a este movimento social e humanitário, que visava buscar nos “corações cristãos” e “generosos

¹⁷³ *A União*, 02 de fevereiro, 1934.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ *A União*, 22 de fevereiro, 1934.

¹⁷⁶ Idem.

dos paraibanos”, doações para tão nobre empreendimento, pois "para a consecução de tão grande benefício, certo a família contrerrânea não recusará o seu estímulo e o seu amparo à fulgida iniciativa".¹⁷⁷

A mendicância foi duramente criticada nas páginas do *A União*, pois como os leprosos não encontravam espaço no convívio social e alguns eram abandonados pelas suas famílias em razão da doença, ou até mesmo decidiam abandonar suas casas, uma das únicas saídas era viver como nômades nos centros das cidades ou perambulando entre uma cidade e outra, vivendo de doações e esmolas. Mas o corpo leproso, sendo pensado como um foco disseminador da doença causava uma ânsia social para que estes indivíduos fossem reclusos em um ambiente adequado. Algumas matérias fizeram alusão à situação dos pedintes na capital:

Nunca a cidade de João Pessoa apresentou um aspecto tão triste, uma atmosfera tão pesada, em matéria de mendicância, que agora. É um vexame, hoje em dia, para qualquer cidadão, descer, a pé, a ladeira do Rosário, ou passar por qualquer das ruas centrais da metrópole. Constitui ainda maior vexame o ficar-se em casa, descansando um pouco. Dezenas e mais dezenas de pedintes ficam dias a fio, ao longo das calçadas ou acorados em qualquer cantinho, de cuia á mão, suplicando em lamurientos e às vezes até em altos brados, a esmolinha para "o pobre que está a morrer de fome", ou então batem, ininterruptamente, às portas das casas.¹⁷⁸

As notícias alertavam as autoridades acerca deste problema, que estava ligeiramente associado aos portadores de doenças contagiosas, sendo uma delas a lepra. É proposta na matéria, a tomada de providências "enérgicas a respeito, a fim de que a nossa capital, que tem fôros de civilizada, se veja libertada dessa onda de pedintes".¹⁷⁹ E talvez, para muitos leprosos que vivam nas ruas, na mendicância, o leprosário fosse uma alternativa, pois "para os próprios doentes a reclusão tornou-se uma alternativa 'viável' tendo em vista a dificuldade em se viver numa sociedade que os desprezava". (CARVALHO, 2011. p. 74)

Com o passar dos dias e semanas, os encontros da SALDCL realizados no Clube dos Diários, sempre tratando dos assuntos referentes aos rumos da associação e ao trato com os valores arrecadados pelos membros, sendo aquele ambiente "livre de qualquer credo político ou religioso, visa exclusivamente o fim de cooperação nessa grande obra de patriotismo e solidariedade humana".¹⁸⁰ Outros membros da elite pessoense, a exemplo do sr. José dos Prazeres Coêlho, então gerente da Standard Oil Co. of Brasil, que "avisou, por intermédio do

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ *A União*, 10 de março, 1934.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Idem.

dr. Guedes Pereira, que contribue com a quantia de 500\$000 e pede para que o sr. tesoureiro da mesma instituição tenha a bondade de mandar recebê-la no escritório da citada companhia."¹⁸¹, as contribuições não paravam de chegar à SALDCL. Tornou-se comum ver pequenos anúncios nas páginas do jornal *A União*, com os seguintes dizeres "Interesse a sua esposa, seus filhos e seus amigos na campanha da 'Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra da Paraíba'".

Naquele mês, fez-se notícia de que um grande evento sediado pela Associação Paraibana Pelo Progresso Feminino (APPPF) iria organizar um baile em prol do leprosário, que iria acontecer no dia 08 de abril de 1934. Este evento foi durante cerca de um mês matéria quase que cotidiana nas páginas do jornal *A União*, pois o porte deste evento que seria sediado no "nobre" ginásio da Escola Normal iria angariar uma gama de recursos, na forma de doações e através da venda de bilhetes, que ajudariam a campanha da SALDCL para o fomento do leprosário da Paraíba.

Neste ínterim, era possível observar notícias referentes aos encontros das damas da sociedade em prol dos leprosos. Eram anunciadas no jornal as reuniões, as listas de comparecimento das associadas e suas respectivas funções no evento que se seguiria. Em suma, fez-se muito "barulho" acerca deste evento, que faria comparecer personalidades importantes da sociedade paraibana. Era comum ver matérias com os seguintes dizeres: "A 'Associação Paraibana pelo Progresso Feminina', promotora desse chá de caridade, vem se esforçando para que o mesmo consiga o melhor êxito".¹⁸² a realização do evento deveria obter êxito, arrecadar verbas, para que a elite ali presente e que estavam se "esforçando" naquele empreendimento assumisse um papel humanitário e filantrópico, na benemérita tarefa de isolar o leproso.

De acordo com Curi (2008, p.94), o leproso "foi colocado sob suspeição e a reclusão sanitária foi indicada como a solução para a questão". A solução seria isolar o doente. Os métodos para tal seriam a filantropia e a ação conjunta do Estado e dos médicos. Então, no evento se fizeram presentes todos estes segmentos sociais. As notícias referentes ao baile eram das melhores: "Vem obtendo maior êxito a passagem dos ingressos para o chá dançante de domingo próximo, na Escola Normal em benefício da construção dum Leprosário nesta

¹⁸¹ *A União*, 14 de março, 1934.

¹⁸² *A União*, 01 de abril, 1934.

capital".¹⁸³ Dessa forma, chegando a ponto de terem sido vendidos cerca de 600 bilhetes de entrada para o evento.

O evento ocorreu e as notícias eram diárias e animadoras acerca do seu sucesso. Tumulto na entrada na hora da apresentação dos bilhetes, a não permissão da entrada de crianças – pois era um baile dançante para adultos – e a não entrega de diversos bilhetes via encomenda, dada o grande número de solicitações, criou a atmosfera de sucesso do evento que era comentado por toda cidade. Observe:

Constituiu um acontecimento dos mais distintos, a realização do chá elegante de ante-ontem, no salão nobre da Escola Normal, em benefício do futuro Leprosário desta capital, promovido pela "Associação Paraibana Pelo Progresso Feminino". As dansas, que se prolongaram até a madrugada, tiveram igualmente, um cunho do maior brilhantismo, vendo-se presentes numerosos elementos da elite pessoense. Tocaram durante a festa, os magníficos "jazz" do 22º Batalhão de Caçadores, Força Policial do Estado e Batutas do Jaguaribe.¹⁸⁴

O evento, que teve importantes participações, principalmente nos seus componentes que propuseram a realização do episódio, situou a Paraíba como um lugar onde a filantropia e a humanidade de sua população, principalmente a elite, formaram associações e alianças entre os segmentos sociais, as autoridades médicas e políticas, na intenção de arrecadar verbas para a realização de um sonho que por tanto tempo foi ambicionado: a construção do leprosário da Paraíba. Com o passar dos meses e anos, campanhas foram realizadas pelos mesmos membros do evento, jantares foram feitos e associações configuradas. Isolar os leprosos pelo bem dos sãos, a filantropia foi praticada em defesa da sociedade.

2.2: O projeto de verbas para criação do Leprosário da Paraíba e a compra da propriedade Rio do Meio. (1934-1938)

Venho trazer hoje a consideração desta illustre Assembléa um assumpto da maior relevância, que tem merecido cuidados especiaes de quasi todas as unidades da Federação. [...] No nosso Estado, está nas nossas mãos, ao alcance do nosso poder, na vontade desta Assembléa, nas possibilidades do Govêrno a força necessária para colimarmos a este desideratum. Precisamos atacar de frente a tão grave problema. A lepra que nos últimos tempos tem se alastrado de forma assustadora em nosso país é capaz, se a deixarmos livremente devastar, de tornar-se um problema absolutamente insolúvel.¹⁸⁵

¹⁸³ *A União*, 05 de abril, 1934.

¹⁸⁴ *A União*, 10 de abril, 1934.

¹⁸⁵ *A União*, 15 de novembro, 1935.

Estas foram as palavras do deputado Raphael Sébas, pronunciadas na assembleia legislativa do estado da Paraíba no final do ano de 1935, sobre a situação da Lepra, o flagelo que vinha promovendo medo na população e criando barreiras que impediam soluções viáveis, pois, com o decorrer do tempo e a desatenção dada à situação, a mazela ia se disseminando no meio da população paraibana e estava por deixar em polvorosa toda esta, dado o estigma já estabelecido em relação aos doentes da lepra.

Lembrando que, pouco tempo antes daquele pronunciamento do deputado Sébas, havia sido entregue um relatório ao governador Argemiro de Figueirêdo¹⁸⁶, escrito pelo dr. Edson de Almeida, sobre sua viagem ao sul do país, onde pôde experienciar o cotidiano dos leprosários nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, agora que o relatório havia sido entregue e o assunto tomara novo fôlego, seria necessário recorrer aos meios viáveis para que o empreendimento fosse concretizado na Paraíba.

O Dr. Edson de Almeida, que seria designado como o primeiro diretor médico do futuro Hospital Colônia Getúlio Vargas, desde os anos anteriores havia se empenhado na tarefa de combater o Mal de Hansen no estado e também angariou estímulos e verbas em conjunto com a SALDCL para tornar o tão sonhado leprosário da Paraíba não mais uma aspiração, mas um sonho possível e em vias de realizar-se.

Ainda no ano de 1934, foi publicada no jornal *A União* uma propaganda referente ao anúncio de um novo médico que acabara de chegar à capital do estado, em que se lia que “Formando, há pouco, pela Faculdade de Medicina do Recife, onde fez curso brilhante, o nosso conterrâneo Dr. Edson de Almeida vem instalar o seu consultório médico”¹⁸⁷, onde atuava como médico dermatologista e leprologista. O retorno deste filho da Paraíba, que tivera de ausentar-se para estudar no Pernambuco, parece trazer uma força maior no que concerne à discussão sobre o combate à lepra, pois como já dito, este médico foi designado para estudar o assunto e empreender viagens de caráter oficial, nas quais se utilizaria do seu conhecimento como especialista e só iria, cada vez mais, adquirir novos conhecimentos para que o sistema anti-leproso fosse posto em prática na Paraíba.

Naquele mesmo ano, após retornar de Recife, o médico iniciou sua participação na missão de combater a lepra, divulgando a situação dos hansenianos e tratando dos enfermos.

¹⁸⁶ Ver Capítulo I, subtópico 1.2: Influências do Sul e as "sugestões para criação do serviço de lepra na Parahyba": Relatório apresentado ao governador Argemiro de Figueirêdo pelo médico Edson de Almeida (1935)
¹⁸⁷ *A União*, 29 de março, 1934.

Ele foi convidado a palestrar no Rotary Club, associação que dispunha de membros empenhados na mesma tarefa. Em sua exposição acerca dos males da lepra e sobre a conjuntura de combate a doença, o Dr. Edson de Almeida afirmou que, “Os focos lepróticos mais e mais se multiplicam e também aumentam a nossa angústia.” Este sentimento é compartilhado pelos membros daquela associação – também integrado por outros médicos – que demonstravam preocupação semelhante.

O estado de alerta exposto pelo médico demonstrava a situação de calamidade que se encontrava a Paraíba, pois, desde o início da década de 1930, o problema havia se expandido, e as controvérsias sobre a localização e as condições financeiras estavam tomando o lugar de atenção ao qual deveria ser dado o problema em si. Em suas palavras, denunciou:

Temos assistido com uma indiferença nirvânica a progressão da Leprose em nosso meio, sem que medidas repressivas viessem sustar o triumpho da temível endemia. [...] A situação de miséria em que se encontra o Hanseniano entre nós, nos causa desolação e lastima. Como se não bastasse a elle na ironia de sua vida de estigmatizado a injustiça de sua execração, somma-se a este desalento o desconforto da falta de abrigo e pão e da carência de meios therapeuticos.¹⁸⁸

Nas palavras dirigidas ao público presente no auditório do Rotary Club, o sentimento de caridade é exaltado e proposto. Inclusive, tenha-se conhecimento que naquele ano as campanhas empreendidas pela SALDCL também estiveram suscitando os sentimentos de filantropia na população que era motivada a contribuir financeiramente e “humanamente” na realização daquele projeto de abrigar e afastar os focos lepróticos do meio social sadio.

E, posteriormente, nas palavras proferidas pelo deputado Raphael Sébas na assembleia, em defesa de um projeto anti-leproso, este que falava na tribuna aos seus pares, utiliza-se de um discurso com tons de altruísmo e súplica. Observe:

Toda vez que, com certa vehemencia, **avivamos a memória da collectividade em campanhas esporádicas ou periódicas** acerca dos graves e damnosos flegellos que accommettem a humanidade, sentimos, que **é com um certo constrangimento, um malestar indefinido, vago, que somos ouvidos**. [...] Fôsse um mal irremediável eu calaria, mas, sr. presidente, o mal de Hansen, a doença de Lázaro é uma das raras calamidades publicas que nós podemos evitar.¹⁸⁹ [Grifo nosso]

¹⁸⁸ *A União*, 07 de outubro, 1934.

¹⁸⁹ *A União*, 15 de novembro, 1935.

Estes sentimentos descritos pelo deputado expõem algumas das impressões dadas ao problema, seja pelos órgãos do estado, ou seja, pela própria população, que parecia não demonstrar certo interesse pela situação, a não ser quando lhes convinha ou quando do acontecimento de algum evento, para que, assim, o problema tornasse a vir para superfície, revelando sua face de incomodo social e sanitário.

De acordo com Foucault (2000, p. 88), o leproso era o indivíduo que, logo quando diagnosticado com a enfermidade, deveria ser recluso e expulso do espaço comum, sendo posto para fora dos muros das cidades, onde a doença deveria ser compartilhada apenas com os doentes da mesma enfermidade, tratando assim de uma “purificação do espaço urbano” comum.

Esse relato de Foucault pode ser utilizado como uma tentativa de compreensão dos processos empreendidos aqui no estado da Paraíba e realizados também em outros locais do país que visavam o combate ao mesmo mal. Porém, de acordo com as proposições do deputado Sébas, a Paraíba não deveria ficar reclusa e assistindo aos outros estados da federação, que executavam projetos semelhantes. Foi manifestado pelo deputado que aquele desejo estaria em “nossas mãos, ao alcance do nosso poder, na vontade desta Assembléa, nas possibilidades do Govêrno a força necessária para colimarmos a este desideratum.”¹⁹⁰ Sendo assim, onde se encontra a ideia do combate, pode-se compreender através das palavras e ensejos delineados por Susan Sontag (1989, p. 16) ao dizer que “As metáforas militares contribuem para a estigmatização de certas doenças e, por extensão, daqueles que estão doentes.” Assim, podemos observar como estes discursos impregnados por estas metáforas militares sugerem um combate a um mal comum à sociedade, deveriam permear as mentes daqueles que se propunham a travar uma batalha em prol da sociedade. Sendo assim, uma das grandes realizações a ser empreendida nesta contenda, que seria a aprovação de um projeto que viesse a promover autorizações oficiais e, por conseguinte, da aplicação de verbas por parte do governo do estado, para efetivar assim o “sonho” do presidente João Pessoa, em aparelhar a Paraíba com um hospital para leprosos.

Como visto neste trabalho, o impasse sobre a escolha do local apropriado para construção do hospital colônia foi divulgado e discutido pelas autoridades governamentais e médicas, que haviam proposto como local “aconselhável” a propriedade “Bella Vista do Pilar” em Marés, na zona litorânea do estado. Pois bem, com todas as controvérsias já postas na mesa de discussão, e o debate sobre o local tendo “esfriado”, o assunto tornava a voltar,

¹⁹⁰Idem.

como um sono profundo, que por várias noites provocava sonhos tranquilos, mas que, decorrida a calmaria, regressava em episódios de pesadelos, nos quais o “monstro” se revelava na figura do leproso.

Tendo em vista que a obra seria onerosa aos cofres públicos e que campanhas já vinham sendo empreendidas na sociedade por distintos grupos, fazia-se necessário que uma iniciativa fosse dada. Então, o deputado Raphael Sébas recomendou que a construção fosse feita de forma fragmentada, cujas obras fossem executadas “de accôrdo com as necessidades determinadas pelo augmento de número dos leprosos ou de conformidade com as possibilidades financeiras dos cofres públicos.”¹⁹¹ Sendo proposto que logo fossem erguidos os dormitórios, admitindo a construção de um pavilhão com onze quartos e, posteriormente, a edificação de outro pavilhão do mesmo tipo, para que, inicialmente, os enfermos pudessem ser realocados ao local que, em “curto prazo”, pudesse estabelecer o leprosário da Paraíba. E, como mesmo havia citado o deputado na tribuna em favor da construção, a “cruzada do combate à Lepra em toda parte a iniciativa cabe ao Govêrno. O isolamento dos doentes, a assistência médica ao enfermo á função, precípua dos poderes públicos”. Mas, como já discutido neste trabalho, as condições necessárias à edificação do hospital perpassavam várias instâncias e problemas em razão do vultoso gasto que se mostrava para tal empreendimento.

Então, na finalização de sua fala em tom de súplica na tribuna da assembleia, o deputado Sébas concluiu seu pronunciamento com as seguintes palavras, que foram impressas na matéria com tamanha exortação. Veja:

Debatendo este assumpto aqui no recinto de nossos trabalhos legislativos eu espero vê-lo secundado pela nossa imprensa, pelos jornaes de todo nosso Estado, sem distincção de côr politica ou credo religooso, para que discutindo-o com maior amplitude, e certamente com melhores argumentos consiga a imprensa parahybana formar uma corrente de opinião tão forte que nos dê a esperança de vermos apoiado por toda a Assembléa com applausos do povo parahybano um projecto de lei que autorize o Poder Executivo a crear na Parahyba do Norte um efficiente serviço de Lepra.¹⁹²

As declarações do deputado Sébas tiveram efeito positivo na assembleia e suas palavras foram consideradas e respeitadas pelos seus pares. Dois dias após a tribuna ter presenciado o protesto do deputado, o Rotary Club em nome do também deputado João de Vasconcelos, lançou nota no jornal *A União*, referindo-se à luta do deputado Raphael Sébas

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Idem.

em “significativas palavras ao que está fazendo na Assembléa Estadual em favor da assistência social aos menores abandonados e aos lázaros”¹⁹³, que em conjunto com o médico e também deputado Newton Lacerda¹⁹⁴ estavam à frente da mobilização em favor do leprosário da Paraíba.

Porém, três dias após as alegações e pedidos de ajuda já reiterados pelos deputados Sébas e Newton Lacerda, são postos em votação dois projetos de cunho social diretamente ligados à questão do aparelhamento anti-leproso do estado. O decretos nº23 e nº51 ambos relativos ao mesmo tema. O decreto nº23 dizia respeito à SALDCL, projeto este que consideraria aquela associação um órgão oficial de utilidade pública. O outro projeto, de nº51, era mais crucial, em vista das dificuldades anteriormente encontradas pelas autoridades responsáveis pelo projeto, pois:

Autoriza o governo do Estado a subvencionar a "Associação de Assistencia aos Lazaros da Parahyba", para a construcção do leprosario desta capital. Art. 1.º - **Fica o governo do Estado autorizado a subvencionar com 200:000\$000 a "Associação de Assistencia aos Lazaros da Parahyba", para a construcção e installação do leprosario desta capital.** § único - A subvenção poderá ser feita em parcelas de 50:000\$000, por cada trimestre. Art. 2;º - **A construcção, installação, manutenção, administração e direcção technica do leprosário ficarão a cargo da Associação de Assistencia aos Lazaros sob a fiscalização directa das autoridades sanitárias do Estado e da Republica.** Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrario. S. S. em 18/11/1935¹⁹⁵ [Grifo nosso]

Como disposto pelo projeto, que entrou em votação na assembleia e teve sucesso, sendo garantido que todos os artigos e cláusulas fossem autorizados por aquele grupo de deputados ali reunidos, daria então início real do que viria a tornar-se o leprosário da Paraíba. O estado da Paraíba agora teria de subvencionar o projeto que ficaria então a cargo da SALDCL de chefiar e estruturar as edificações necessárias, onde a “manutenção, administração e direção technica” ficariam à sua disposição. As somas de dinheiro iriam ser repartidas e destinadas àquele órgão que promoveria o necessário, junto às empresas contratadas para que a gestão e a elaboração da parte estrutural fossem logo executadas.

Então se passou um mês desde a aprovação daquele decreto junto à assembleia. Contudo, a soma de duzentos contos de réis destinados inicialmente às primeiras medidas

¹⁹³ *A União*, 17 de novembro, 1935.

¹⁹⁴ Lembrando que o médico Newton Lacerda fora um dos médicos ligados à SMCPB, que haviam discutido a localização do leprosário no início da década de 1930 e que estavam diretamente ligados à discussão em torno da concepção do hospital para leproso.

¹⁹⁵ *A União*, 19 de novembro, 1935.

necessárias ao início dos trabalhos deveria passar ainda pela aprovação do Congresso da República. A quantia só poderia ser obtida caso os senadores do estado, em nome de Eloy de Sousa e Vellôso Borges, conseguissem junto ao governo federal tal auxílio. Assim, os deputados paraibanos destinavam um “apelo” para “a Mêsá no sentido de colaborar junto áquelles senadores, fortalecendo esse pedido.”¹⁹⁶ Porém, enquanto estava em trâmite a questão da subvenção do Governo Federal com sua soma de duzentos contos. Alguns dias depois, o governador Argemiro de Figueirêdo liberou uma quantia vultosa no valor de trezentos contos, também destinados ao empreendimento.

Diante de tal atitude, o Rotary Club em nome de seu presidente, o médico Prazeres Coêlho, “reportou-se com palavras de aplausos ao acto do Governo do Estado”¹⁹⁷ que, diante de tal medida, já poderia adiantar o início da construção, antes mesmo que o auxílio do Governo Federal pudesse ser votado e enviado.

Porém, no período decorrido de apenas três dias após este episódio, é reportada no jornal *A União*, a seguinte nota: “Do senador Eloy de Sousa receberam os deputados Newton Lacerda e Lauro Wanderley, o despacho subsequente: Rio, 20 - Aprovada subvenção 125 contos, abraços, Eloy de Sousa.”¹⁹⁸ Com esta soma em caixa, foi possível dar início dos preparos necessários para que fossem acelerados, porém só a partir do ano de 1936 que tais aspirações tomariam forma, pois é quando a compra do novo terreno seria viabilizada.

Em mensagem endereçada ao governador Argemiro de Figueirêdo, já no ano seguinte aos subsídios que foram autorizados pelo governo federal, a *Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra* do Rio de Janeiro congratulou o dirigente do estado paraibano pela “nobre” conduta para com a população, dando “provas cabaes de que o bem-estar de seu grande povo é o interesse primordial de seu benemerito governo.”¹⁹⁹ Com uma soma total de crédito, estimado em quatrocentos e vinte e cinco contos de réis, já tornara-se possível dar o ponta pé inicial. E, de acordo com nota veiculada no jornal *A União*, já estaria “As providências iniciaes para a humanitaria realização já estão sendo tomadas, com a entabolação das negociações do terreno onde deverá ser localizado o estabelecimento.”²⁰⁰

O local necessário à construção do leprosário da Paraíba não havia sido completamente definido pelas autoridades competentes. O espaço pretendido como sendo o

¹⁹⁶ *A União*, 19 de dezembro, 1935.

¹⁹⁷ *A União*, 22 de dezembro, 1935.

¹⁹⁸ *A União*, 25 de dezembro, 1935.

¹⁹⁹ *A União*, 11 de fevereiro, 1936.

²⁰⁰ *A União*, 29 de fevereiro, 1936.

local mais aprazível à construção, a fazenda “Bella Vista do Pilar”, parece não ter tido sucesso em seu propósito. Porém, o novo local escolhido pelas autoridades para fundação do leprosário ficou estabelecido como sendo a localidade conhecida como “Rio do Meio”²⁰¹, onde o dr. Óctavio de Oliveira, então Diretor de Saúde Pública, havia negociado a aquisição do terreno com o latifundiário, Coronel João Régis de Amorim, como fora citado no jornal *A União*.

O terreno foi adquirido pelo valor de cento e setenta contos de réis pela SALDCL, em conjunto com a secretaria de Saúde Pública do estado, ambos responsáveis pela transação. O contrato de compra foi assinado no dia 03 de março de 1936. Diante de tal fato, a sociedade médica e os grupos ligados ao governo demonstraram sua animação e congratulavam a administração do governador Argemiro de Figueiredo.

A população que segundo o jornal *A União* “está verificando ao vivo, pelas obras e pelos factos, o zelo da administração actual relativamente aos interesses do Estado.”²⁰² Demonstrando a satisfação destinada às determinações que angariavam um novo empreendimento daquela gestão, onde “O governador e seus auxiliares não descançam no pensamento de dotar o Estado de tudo quando possa interessar”²⁰³. De acordo com o jornal, a população e a classe médica paraibana estavam animadas com aquela decisão.

Contudo, para que as obras fossem iniciadas, o projeto e as determinações legais relativas à construtora responsável deveriam ser discutidas e postas em ação, o que levaria tempo. Em março de 1936, o diretor dos *Serviços Sanitários nos Estados*²⁰⁴, o médico Ernani Agrícola, responsável pela liberação dos projetos referentes às obras que seriam iniciadas, afirmou em nota do jornal *A União*, que estaria “providenciando para remessa dos projectos de construcções para a Colonia de Leprosos.”²⁰⁵

Nos próximos meses daquele ano de 1936, seria noticiada uma nova viagem comissionada pelo Estado da Paraíba, onde médico leprologista Dr. Edson de Almeida, mais uma vez, estaria retornando ao sul do país, onde fora “estudar as organizações dos

²⁰¹Como citado neste trabalho, a propriedade onde foi construído o Hospital Colônia Getúlio Vargas, situava-se no povoado de Barreiras (atual Bayeux-PB), no local conhecido como “Rio do Meio”, que atualmente faz parte do Parque reserva florestal “Mata do Xém-xem”.

²⁰²*A União*, 03 de março, 1936.

²⁰³Idem.

²⁰⁴De acordo com o Manual de Leprologia (1960, p. 17), a partir de 1934, com as reformas dos serviços de Saúde Pública, foi criada a *Diretoria dos Serviços Sanitários dos Estados*, que entre suas atribuições estava a de cuidar do problema da Lepra que se alastrava no país. Estas atribuições eram delegadas anteriormente a já extinta Inspetoria de Lepra e Doenças Venéreas, fundada em 1926. (Manual de Leprologia, 1960, p. 16)

²⁰⁵*A União*, 05 de março, 1936.

preventórios no Rio de Janeiro, Minas, Espírito Santo e São Paulo.”²⁰⁶, tendo se demorado especialmente nos estados de São Paulo e Minas Gerais, estudando melhor os hospitais colônia e o sistema dos preventórios para os filhos sadios dos leprosos, destacando em particular o “Santa Terezinha” em São Paulo e o “São Tarcizio” em Minas Gerais, tendo trazido consigo as Plantas estruturais destes locais, que iriam auxiliar a construção do preventório Eunice Weaver.²⁰⁷

Edson de Almeida foi recepcionado pela SALDCL no Clube dos Diários, local onde aquela associação se reunia para seus encontros. O médico recém-chegado fez um discurso sobre o tema da lepra e a experiência adquirida em sua viagem, onde relatou sobre as questões essenciais para dar prosseguimento à realização do leprosário da Paraíba. Na mesma reunião de recepção, o diretor de Saúde Pública, o Dr. Octávio de Oliveira, expôs que o auxílio “para a construção do Leprosário será recebido brevemente, tendo início logo a seguir as obras respectivas, nos terrenos cedidos pelo Estado em Rio do Meio.”²⁰⁸

No dia 23 de julho de 1936, foi lançada a pedra fundamental da construção que viria a ser o Hospital Colônia Getúlio Vargas²⁰⁹, iniciativa que tinha “uma nobre finalidade a cumprir”, pois seria futuramente visto como “gesto patriótico e da visão esclarecida de um governo, tocado em todos os seus actos do mais puro espírito de solidariedade pública.”²¹⁰

Na cerimônia, que ocorreu às 08 horas da manhã daquele dia na cidade de Barreiras, na propriedade “Rio do Meio”, teve a presença das autoridades públicas estaduais e federais, incluindo especialmente o governador Argemiro de Figueiredo e do diretor de Saúde Pública Nacional, o médico Barros Barreto. Em suas palavras, o diretor citou que, mesmo sendo “as possibilidades da União ainda restrictas, mas que fortunadamente se vão alargando de modo nítido, não permitiram, é bem verdade, o desenvolvimento de um largo programma”²¹¹. Entretanto, a possibilidade de empreender tal obra, que visava o melhoramento das condições sanitárias do estado da Paraíba, marcou um esforço enérgico do governo federal em conjunto com o poder estadual em tornar possível aquela tão sonhada obra.

²⁰⁶A *União*, 16 de julho, 1936.

²⁰⁷ Discorreremos mais amplamente sobre as discussões sobre a criação e concretização do preventório Eunice Weaver no subtópico 2.3 deste trabalho.

²⁰⁸A *União*, 18 de julho, 1936.

²⁰⁹ Até aquele momento, o que viria a ser o Hospital Colônia Getúlio Vargas, ainda não tinha seu nome definido, então se utilizava nos jornais e meios de publicidade o termo Leprosário da Paraíba para designar o empreendimento.

²¹⁰A *União*, 23 de julho, 1936.

²¹¹A *União*, 25 de julho, 1936.

Após o lançamento da pedra fundamental, marcando início da fase de mudanças relativas ao trato com a lepra e a formação do aparelhamento anti-leproso no estado da Paraíba, o início das obras parece ter sido retardado, em razão das questões técnicas e das verbas relativas ao início da construção.

Em fevereiro de 1937, foi publicado no jornal *A União* um telegrama do diretor Barros Barreto endereçado ao governador Argemiro de Figueirêdo, no qual era dito que “O prosseguimento das obras do Leprosário está dependendo apenas da nomeação do novo delegado federal de saúde da região”²¹² e que esta nomeação seria brevemente nomeado, dando assim prosseguimento ao início da obra. Ele termina a mensagem dizendo que “pode o illustre amigo ficar certo do meu grande interesse de ultimar o Leprosário este anno.”²¹³

Assim foi cumprida a promessa e, naquele mesmo ano, as obras foram iniciadas, tendo sido inaugurada sua primeira fase apenas em 1938, que foi a inauguração dos pavilhões estilo *Carville* no dia 25 de janeiro daquele ano. E, na reportagem publicada no *A União*, acerca da inauguração daquela fase da obra, é dito:

E' uma obra de grande sentido social a qual acaba de alcançar parte de sua concretização, com a inauguração, hontem, pelo sr. dr. Argemiro de Figueirêdo, de tres pavilhões Carville. Cada pavilhão tem 8 appartamentos. O acabamento da obra é primoroso. Pôde-se dizer que o doente do mal de Hansen, desde hontem, tem na Parahyba a sua casa, onde poderá longe do mundo sem os precalços da vida quotidiana, cumprir o seu doloroso destino, com a assistencia directa do Estado. [...] Vimos, ainda em construção, alli o refeitório e mais adeantem a casa de residência do director do Leprosário.²¹⁴

Depois de todo esse trâmite relativo à compra do terreno e as dificuldades empreendidas na concretização da “aspiração do presidente João Pessoa”, que havia passado como projeto na Assembleia Legislativa do Estado desde o ano de 1935, e que havia sido aprovada a partir de uma súplica destinada a “comover” os deputados paraibanos, é iniciada esta primeira fase da obra, que nos próximos três anos viria a inaugurar o Hospital Colônia Getúlio Vargas, dando início a um novo momento do combate à lepra no estado da Paraíba.

²¹²*A União*, 25 de fevereiro, 1937.

²¹³Idem.

²¹⁴*A União*, 26 de janeiro, 1938.

2.3: A Campanha da Solidariedade e a idealização do preventório Eunice Weaver (1936-1938)

Elementos de representação social de João Pessoa, entre os quaes o competente dermatologista conterrâneo dr. Edson de Almeida, em cooperação com a Associação de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, e o Rotary Club, desta cidade, estão vivamente interessados em activar em nossa terra a Campanha da Solidariedade, que tantos e tão generosos estímulos vem encontrando em todo o país, pelo seu philantrópico objectivo de amparar as famílias dos doentes de lepra, visando dest'arte, não só a assistência social aos filhos dos enfermos como também a sua imunização com a fundação de preventórios destinados a abrigá-los.²¹⁵

Durante o período de discussões acerca da criação do leprosário da Paraíba, que teve decreto oficializado no ano de 1935, através da aprovação do projeto nº 51 na Assembleia Legislativa do estado e a visita da Comitativa Weaver no ano de 1936, trazendo à Paraíba a “Campanha da Solidariedade”, que tinha o caráter filantrópico de acolher os filhos sadios dos leprosos que fossem diagnosticados e reclusos no que viria a ser o Hospital Colônia Getúlio Vargas.

Com a chegada da senhora Eunice Weaver na capital do Estado, que trazia consigo uma comitativa de caráter oficial, teve por intento dar início a esta campanha solidária, na qual as forças políticas do estado, a classe médica e a elite pessoense se juntariam para que se tornasse possível essa campanha que estava agitando a sociedade, pois há pouco, naquele mesmo mês da chegada da comitativa, havia sido adquirido o terreno na propriedade Rio do Meio, que futuramente sediaria o leprosário, dando início à fase propriamente dita do combate à lepra no estado.

Na citação acima, que dá início a este subtópico, temos um recorte de uma entrevista cedida pelo médico Edson de Almeida ao jornal *A União*, na qual discute as questões referentes ao trato da lepra. Contudo, dando ênfase àquele momento, ao tema da criação de um preventório²¹⁶ adjunto ao leprosário da Paraíba, completando assim o “tripé” do modelo de tratamento relativo aos doentes de lepra, que seria, segundo Cunha (2005, p. 91) “o isolamento dos doentes, o controle dos comunicantes e a separação dos filhos sadios.”

²¹⁵ *A União*, 14 de março, 1936.

²¹⁶ Os preventórios seriam os locais destinados ao acolhimento dos filhos sadios dos leprosos e, de acordo com Cunha (2005, p. 92), “A última instituição que completava o esquema profilático então vigente era o preventório. Eles tinham a função de abrigar as crianças sadias, filhas de pais leprosos, que eram separadas logo ao nascer, evitando que se tornassem, através do contato, novos casos da doença. Além disso, a instituição era responsável pela criação e educação dessas crianças até a maioridade.”

A campanha chefiada por Eunice Weaver chegava à Paraíba trazendo certa esperança aos corações aflitos dos paraibanos, onde, talvez seja por isso que sua campanha tenha dado tão certo aqui, visto que desde o ano de 1933 foram lançadas as bases para esta campanha, que tivera início no Rio de Janeiro e vinha sendo divulgada em todo o país por esta comitiva.

De acordo com o Dr. Edson de Almeida, importantes personalidades da época, a exemplo do já citado Eduardo Rabello, médico e professor de medicina da Universidade do Rio de Janeiro que o recepcionara naquela cidade no ano de 1935, e dava sua contribuição e apoio para aquela campanha. Nesta entrevista, nas palavras do médico paraibano, na seção a qual ele dizia ser “O dever de um povo”, relatou o seguinte acerca daquela ideia:

A campanha contra a lepra e as medidas que completam, como sejam as tendentes ao amparo das famílias dos enfermos, devem interessar seriamente à Parahyba, pois o mal de Hansen já tem, em todo o Estado [...] Mas é de esperar que esse movimento de symphatia humana se estenda a toda a sociedade conterrânea, a fim de que a Campanha da Solidariedade, a iniciar-se em João Pessoa, na reunião rotariana de hoje, com a presença da senhora Eunice Weaver, seja um **impulso unânime dos corações parahybanos** pela assistência social às famílias dos doentes de lepra.²¹⁷[Grifo nosso]

Este impulso, que ergueria “o sentimento de solidariedade do povo”, só podia ter sucesso em razão daquilo que a sociedade como um todo deveria preservar como sendo algo sagrado: a inocência das crianças sem pai ou mãe. A ideia amparada por esta justificativa alçava um papel singular no espírito do povo, que seria a solidariedade e filantropia.

Com o passar dos dias, as arrecadações em donativos e verbas em dinheiro iam aumentando, pois a campanha demonstrava ser um sucesso, onde durante sucessivas noites eram realizadas reuniões na presença das senhoras Eunice Weaver e América Xavier no “Clube dos diários”, que estava à disposição da SALDCL em prol daquela benemérita campanha.

A dificuldade relativa à construção de um preventório na capital situava-se na questão referente aos recursos que deveriam ser obtidos para tal fim, visto que “Os dispensários, em geral, eram implementados pelos governos estaduais e municipais, e os preventórios eram construídos e mantidos pela iniciativa privada.”(CUNHA, 2007, p. 7) Construir uma obra dessa magnitude demandava um longo tempo de arrecadação de recursos, que nem sempre eram obtidos em somas de dinheiro, mas, segundo Quevedo, (2005, p. 143) estes grupos,

²¹⁷A União, 14 de março, 1936.

formado por “grandes damas da sociedade brasileira, buscavam donativos, em dinheiro ou em materiais, nas fábricas, comércio e em residências.”

Já no segundo dia do que chamavam de “Cruzada”, a “Campanha da Solidariedade”, formada por grupos de pessoas ilustres da sociedade pessoense já havia arrecadado a quantia de 72 contos de réis e, de acordo com jornal *A União*, a campanha seguia “numa sequência de entusiasmo e dedicação, demonstrando o quanto a idéa philanthropica da alludida campanha conquistou o coração e a consciência da collectividade pessoense.”²¹⁸

Nestas reuniões, era costume o encontro destas pessoas da elite pessoense estarem presente, onde havia até mesmo a presença de *Jazz Bands*, como a do “22.º B. C. gentilmente cedida pelo commandante Heitor Ulyssés”, que animavam estes encontros, destinados a discutir os próximos passos que seriam destinados na campanha de arrecadação.

A campanha era também delegada a arrecadar quantias de outros lugares do estado, onde em nota do jornal é exposto que “com o merecido destaque, no alto da primeira pagina, o expressivo telegramma do sr. governador Argemiro de Figueirêdo aos prefeitos municipaes, solicitando-lhes todo apoio à “Campanha da Solidariedade”,”²¹⁹ pois o futuro preventório não era destinado apenas a recolher os filhos sadios dos leprosos daquela capital, mas de todos os recantos do estado, já que o leprosário seria para acolher todos os doentes fichados que estivessem em território paraibano.

As reuniões estavam sendo promovidas e a “Campanha da Solidariedade” e prosseguiam em ascensão. Os encontros eram também marcados pela presença das autoridades médicas, que se dispunham a discursar em prol dos lázaros e seus filhos sadios. Os discursos eram empolgantes, pois tendia a tocar os corações aflitos dos que estavam presentes e participavam ativamente da campanha.

Num destes encontros, o médico Hygino Britto, que era um clínico que atendia naquela capital, discursou em favor daquelas “almas sem pecado”, dizendo o seguinte:

E' bem differente o entusiasmo desta hora. E' bem mais formosa campanha que nos empolga. E' bem mais bonita a afinidade que nos une. Afinidade mais bonita, campanha mais formosa, entusiasmo differente porque, minhas senhoras e senhores meus, os proventos materiaes desta jornada não teem uma finalidade egoista e pessoa.

²¹⁸ *A União*, 19 de março, 1936.

²¹⁹ Idem.

Vão se reflectir, benefica e directamente, naquelles que tiveram a desdita suprema de nascer de paes doentes da mais horrorosa de todas as doenças.²²⁰

Atender aos filhos dos lázaros seria beneficiar a si próprio, de acordo com sua fala, pois expunha o caráter de zelo e qualidade cristã, onde o amparo deveria se sobrepor ao orgulho que tendia a querer se impor sobre o caráter humano.

Após a primeira semana desde o início da campanha, foi noticiado no jornal *A União*, que aquele movimento solidário já atingira os seus “plenos objectivos nesta capital, com irradiação em todo o interior do Estado.”²²¹ E que a construção do preventório se tornaria realidade, promovendo assim um sentimento de “júbilo ao povo paraibano”, pois não “carregariam” a culpa de deixar desamparados os filhosãos dos lázaros.”

Contudo, diante do sucesso da campanha, que estava demonstrando o triunfo do espírito do povo paraibano, não se havia ainda um local definido para assentar o preventório para as crianças. É diante daquelas discussões e com os resultados de êxito da “Campanha da Solidariedade” que o governo do Estado cede parte do terreno adquirido para o leprosário na propriedade “Rio do Meio” para ficar a estaca que daria início às construções do preventório, pois “devido não só á optima situação dos mesmos como pela vastidão, que comportava perfeitamente os dois edificios.”²²²

Já no dia 23 de março daquele mês, com os êxitos da campanha e toda a mobilização feita para que o preventório fosse realidade, numa cerimônia que contou “com a presença de representantes do governo do Estado, arcebispo metropolitano, altas autoridades estaduais e federaes, imprensa e outras pessoas de destaque social”²²³ foi posta a pedra fundamental do que viria a ser o educandário Eunice Weaver.

Na mesma ocasião, aproveitou-se para que o engenheiro responsável pela obra, o Dr. Abelardo Andréa dos Santos, já iniciasse a medição dos terrenos e o fizesse o levantamento da planta estrutural. Foi também neste momento que o médico Orris Barbosa, em nome do governador Argemiro de Figueirêdo, destina o auxílio prometido de 50 contos de réis, sendo que “40 contos de réis representados no valor estimativo da faixa de terra da fazenda Rio do

²²⁰ *A União*, 20 de março, 1936.

²²¹ *A União*, 21 de março, 1936.

²²² *A União*, 22 de março, 1936.

²²³ *A União*, 24 de março, 1936.

Meio, doada ao Preventório, além da contribuição de mais dez contos de réis com o mesmo fim.”²²⁴

Assim encerrada a “Campanha da Solidariedade”, na capital do estado, o jornal *A União* continuava a noticiar os frutos daquela empresa que se destinava ao bem dos “seus filhos”. E em matéria é dito que

A simplicidade enleante com que se vem realizando na Parahyba a "Campanha da Solidariedade" longe estava de deixar transparecer como empolgou todos os espíritos, tornando-se, desse geito, o maior movimento de caridade de que ha memória nas chronicas dos nossos dias. A singeleza da sua realização contrasta com a sumptuosidade do seu objectivo material e com a grandeza moral e cívica da finalidade a collimar. Foi mais uma revelação, surprehendente, da generosidade do nosso povo, da intelligencia do seu espírito e da grandeza da nossa terra. [...] **Creio na grandeza moral da Parahyba** que a colloca em posição de relevo na harmonia dos Estados.²²⁵ [Grifo nosso]

A grandeza moral da Paraíba deveria estar a par dos outros estados da federação, pois de acordo com Claro (1995, p. 14), em outros estados do Brasil, “as campanhas e movimento em prol dos lázaros e seus filhos, onde os esforços foram recompensados, pois em 1941 já haviam sido construídos 36 novos Hospitais no país”. O movimento de combate à lepra era em nível nacional, então, seguindo a onda, a Paraíba não podia deixar-se de lado, no marasmo desse progresso.

Após a cerimônia de posicionamento da pedra fundamental e o encerramento da “Campanha da Solidariedade”, já no ano seguinte, as obras já iniciadas e tendo seus primeiros resultados à vista da população, é noticiado da seguinte forma: “Proseguem adeantadas as obras de construcção do Preventorio ‘Eunice Weaver’ na propriedade Rio do Meio, desta capital. [...] observando, todos, o vulto avanço”²²⁶, dada a dedicação dos engenheiros responsáveis e da operosidade da SALDCL em auxílio com os recursos que ainda estavam sendo obtidos mesmo após o encerramento da campanha cerca de um ano antes.

Nos meses que se seguiram, a senhora Eunice Weaver viria à Paraíba mais uma vez em razão da fiscalização do preventório, que já tinha suas obras adiantadas, mas que, em razão da escassez de recursos, estariam com as obras paralisadas. Em razão da precariedade financeira que se encontrava a SALDCL, deveria ser feito um “maior esforço no sentido de ser posto em prática o movimento restaurador das suas finanças a fim de que não soffressem

²²⁴ Idem.

²²⁵ *A União*, 25 de março, 1936.

²²⁶ *A União*, 06 de março, 1937.

solução de continuidade os trabalhos de construção do Preventório”²²⁷ Em outra matéria, em razão da precariedade de recursos a qual se encontrava aquela associação, uma nota é lançada em nome de Eunice Weaver, onde ela diz que

Por isso, estamos a pedir, hoje, amanhã e depois o vosso donativo constante por meio de pequenos talões que foram impressos e que se encontrarão no bolço dos associados, para colher os vossos nickeis sempre que haja oportunidade. Não haveremos de importunar com demasia mas, iremos pedindo que as pequenas fottas dagua para formarmos um grande oceano. O Preventório é vosso, é da Parahyba é dos filhos dos parahybanos que forem atingidos pelo desgraçado infortunio do mal de Hansen.²²⁸

Eunice Weaver vem novamente à Paraíba no mês de setembro de 1937, empenhada mais uma vez em angariar os recursos para construção do preventório. O jornal oficial *A União* é congratulado em razão do auxílio àquela campanha, e é parabenizado pelo Eunice Weaver em cujas palavras destaca que o periódico estava “na linha de frente durante toda a campanha, e até o presente momento, encontramos A União combatendo impavidamente, formando consciências, e abrindo novos horizontes”²²⁹

Durante todo esse período, até o ano de 1941, a SALDCL enfrentaria problemas relativos aos recursos destinados à construção do preventório. Sua inauguração só se daria no ano de 1941, no mês de outubro, três meses após a inauguração do Hospital Colônia Getúlio Vargas.

No próximo capítulo, dissertaremos mais amplamente acerca dos problemas enfrentados até a inauguração do preventório, que passaria a se chamar Educandário Eunice Weaver e sobre a inauguração do Hospital Colônia, que sendo contemporâneos um ao outro, enfrentaram os mesmos problemas de razão financeira para que fossem inaugurados, criando o sistema que segundo Cunha (2005, p. 91) seria o tripé de um modelo baseado em “três funções tidas como essenciais para o controle da endemia: o isolamento dos doentes, o controle dos comunicantes e a separação dos filhos sadios”.

²²⁷ *A União*, 11 de agosto, 1937.

²²⁸ *A União*, 20 de agosto, 1937.

²²⁹ *A União*, 02 de outubro, 1937.

CAPÍTULO 3 – O aparelhamento anti-leproso da Paraíba é instituído: A construção do Hospital Colônia Getúlio Vargas

3.1: *Muros levantados e portas abertas*: Inauguração do Hospital Colônia Getúlio Vargas no povoado de Barreiras (1941)

Depois da aquisição do terreno na propriedade Rio do Meio, no ano de 1936, e com o início das obras do leprosário da Paraíba ano de 1938²³⁰, mesmo que de forma lenta e limitada, os primeiros passos para a instalação do serviço de combate à lepra no estado da Paraíba haviam sido iniciados. Porém, com as questões referentes ao Estado Novo e a Guerra²³¹ que estava a suscitar várias matérias no jornal *A União*, o tema da construção do leprosário parecia desvanecer nas páginas do periódico.

Sempre havia matérias e informações ligadas ao governo federal, na figura do eminente chefe da nação, o presidente Getúlio Vargas. Entretanto, quando o assunto a ser destacado era relativo à saúde pública, os temas referiam-se corriqueiramente à questão da tuberculose e da Boubá, doenças infecciosas que estavam assumindo um papel de destaque nas questões relativas ao trato do departamento de saúde pública do estado, alarmando as autoridades que descreviam a situação como preocupante nos anos 1938 e 1939.

Logo, o tema da lepra assumiu um papel de coadjuvante na questão referente aos problemas de saúde pública. Porém, essa redução de matérias relacionadas ao tema da doença pode ter tido outro motivo. A partir do ano de 1938, a administração do interventor federal da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, começou a dar “sinais de desgaste”, como bem explica Silva (2013, p. 53) ao afirmar que, entre outros motivos, as “disputas inter-oligárquicas envolvendo dois grupos políticos: os liderados pelo Interventor Argemiro de Figueiredo e os alijados do poder durante seu governo a exemplo da família Pessoa”, particularmente liderados pela figura de Eptácio Pessoa de Albuquerque²³², conhecido por “Eptacinho”, estavam pondo em perigo a figura do administrador do estado.

²³⁰ A discussão sobre esse tema foi feita no capítulo anterior, no subtópico 2.2.

²³¹ O jornal *A União* publicava em seu conteúdo seções referentes aos assuntos e discussões de âmbito nacional e internacional. Desde o ano de 1933, o periódico vinha publicando notícias no tocante à situação da Alemanha e da ascensão do partido nazista de Hitler. Com as disputas dos países europeus, principalmente sobre as tensões diplomáticas entre a França e Alemanha, a problemática foi noticiada de forma corriqueira, gerando um montante de notícias e matérias em referência ao assunto entre 1938 e 1939, sobre a crise na Europa.

²³² Formou-se em ciências jurídicas pela Faculdade Nacional de Direito em 1937, ano em que Getúlio Vargas implantou o Estado Novo. Apesar de grande amigo do presidente e defensor do regime, Eptácio Pessoa de

As disputas entre estes dois personagens de proeminência política fizeram com que as páginas do jornal focassem as realizações políticas do governo de Argemiro de Figueiredo, sempre publicando matérias e notícias referentes à sua gestão à frente do governo do estado. Todavia, as notícias referentes ao leprosário eram parcas, talvez em razão das obras que estavam seguindo de forma lenta, pois o ano de 1938 trouxe poucas informações relativas ao progresso do leprosário, noticiando apenas a construção dos pavilhões em estilo *Carville*, no mês de janeiro.

No ano de 1939, as complicações pertinentes ao governo pareciam estar causando agitação no meio político, pois a remessa de matérias que vinham a exaltar o governo ou a simplesmente expor suas realizações aumentaram. Uma destas matérias, veiculada no mês de janeiro de 1939, trazia em sua manchete o seguinte título: “As obras no governo Argemiro de Figueirêdo”. A matéria tomou várias páginas do periódico, onde foi destrinchando todas as realizações que haviam sido propostas e realizadas desde o início de sua gestão no ano de 1935.

Em uma das seções de notícias, que foi dividida em várias partes concernentes às áreas de saúde, agricultura, economia, sociedade, entre outras, trouxe uma seção intitulada, “outras obras”, na qual o assunto do leprosário é apenas citado como uma realização ainda do ano anterior. Veja:

Diversos outros edifícios, alguns de vulto, fôram concluídos ou tiveram andamento em 1937. Com efeito, em janeiro daquele ano, fôram inaugurados o sanatório "Clifford Beer". na Colonia "Juliano Moreira" e o predio da Estação Rádio Difusôra do Estado na fazenda São Rfael. Está concluída a construção de três pavilhões tipo "Carville" para o futuro Leprosário da Paraíba.²³³

Até o início de 1939, esta foi a única citação relativa à situação do leprosário encontrada por em nossa pesquisa nas matérias relacionadas às obras do governo ou acerca da situação do sistema de saúde ou combate a endemias. Vez por outra, havia a publicação de notícias ou informações sobre a situação das obras do “preventório para os filhos sadios dos leprosos”, visto que sua obra parecia estar avançando em ritmo mais acelerado do que às do

Albuquerque manteve-se na oposição ao governo da Paraíba entre 1935 e 1940 — período em que Argemiro Figueiredo exerceu a chefia do Executivo paraibano —, denunciando a Vargas o que considerava desmandos da administração estadual.

²

³³A *União*, 25 de janeiro, 1939.

leprosário, e isso se deve em parte a “Campanha da Solidariedade”²³⁴, que partiu majoritariamente da iniciativa privada, mas tendo o auxílio dos poderes públicos, de onde vinha arrecadando verbas para construção do referido local, que viria a suplementar o aparelhamento anti-leproso no estado.

Mais à frente, em novembro daquele ano, mais precisamente no mês de novembro, o Rio de Janeiro sediaria, por chamado do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, a Conferência de Assistência Social aos Leprosos, onde no decorrer de cinco dias seriam discutidos assuntos referentes ao trato da lepra em âmbito nacional. O comunicado oficial do ministro dizia o seguinte:

Comunico vossencia será realizada nesta capital de 12 a 19 de novembro próximo, conferência de assistência social aos leprosos promovida pela Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros. Deverão comparecer representantes de oitenta e oito sociedades filiadas, técnicos sanitaristas, leprólogos e pessoas interessadas no momentoso problema...solicito pois vossencia que se digne prestar todo apoio a essa iniciativa facultando o comparecimento de médicos especializados na matéria e que pertençam ao serviço estadual ou sejam técnicos das sociedades de lepra nos estados. Atenciosas Saudações. Gustavo Capanema – Ministro da Educação e saúde.²³⁵

A Paraíba atendeu ao chamado do ministro e se fez presente na conferência, tendo enviado o Dr. Edson de Almeida, que segundo comunicado do jornal *A União*, estaria à frente do combate ao Mal de Hansen no estado da Paraíba, sendo aquele um médico qualificado, pois tinha se especializado em leprologia. O comunicado que informava a participação da Paraíba naquele congresso trazia em suas linhas os objetivos propostos para aquele encontro, observe:

Os temas que serão focalizados durante a Conferência refletem o interesse com que o Governo federal em colaboração com o dos Estados e com a cooperação das sociedades privadas olhar a solução de um dos maiores problemas sanitários do País. Obedecendo a essa orientação, serão discutidos durante a Conferência as seguintes questões:

- a) Assistência social aos enfermos de lepra; b) assistência as famílias dos lázaros; c) preservação da próle sadia dos enfermos de lepra; d) assistência aos egressos dos leprosários; e) cooperação com a Saúde Pública na propaganda contra a lepra.²³⁶

Das temáticas que foram discutidas na conferência, algumas destas já haviam sido postas em prática, através das ações da Federação da Sociedade de Assistência aos Lázaros e

²³⁴ Para mais informações sobre a Campanha da Solidariedade e as campanhas de arrecadação para construção do Preventório Eunice Weaver, ver o subtópico 2.3 deste trabalho.

²³⁵ Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1939. Arquivos Capanema CPDOC.

²³⁶ *A União*, 04 de novembro, 1939.

Defesa Contra a Lepra, que segundo Lima (2007, p. 207) o real objetivo da conferência foi “discutir formas de ampliar a cooperação já existente entre as associações, o estado e os familiares dos leprosos.” Durante o evento, ficou definida a necessidade de se criar um órgão que fosse vinculado ao Ministério da Educação e Saúde (MES). Essa decisão originou no ano de 1941 a criação do Serviço Nacional de Lepra, que foi responsável pela centralização e maior eficiência nas atividades referentes ao combate à lepra no território nacional.

Neste momento de transição de 1939 para 1940, o governo enfrentava um problema relativo aos embates entre “Epitacinho” e o interventor Argemiro de Figueiredo, que segundo Silva (2013, p. 62) a situação estava por se tornar cada vez mais conflituosa entre os dois políticos, culminando, assim, depois de muitas discussões, na exoneração de Argemiro de Figueiredo da interventoria da Paraíba, no dia 28 de julho de 1940.²³⁷

É neste momento de turbulências que o agora ex-interventor, Argemiro de Figueiredo, lança uma nota de despedida no jornal, dizendo:

Ao povo paraibano, em geral, que dirigi com orgulho e viva visão patriótica, faço igualmente sentir o meu reconhecimento pelo apoio com que soube sempre animar os passos de meu governo. A consciência não me acusa de atos intencionais de que me devesse penitenciar. Os meus erros comuns das complexas funções de governo e os quais eu sempre me dispunha a corrigir ou atenuar quando advertido pelo interesse público.²³⁸

Depois deste episódio, marcado por intensos debates e acusações entre políticos adversários, se apresenta no cenário político a figura de Ruy Carneiro, o qual Getúlio Vargas havia conhecido desde a época em que fora auxiliar de gabinete do ministro José Américo. A pessoa escolhida estava “alheia aos litígios existentes e mais ligada ao setor da burocracia administrativa.” (SILVA, 2013)

Com a saída de Argemiro envolto em diversos escândalos relativos às obras do estado, principalmente às questões pertinentes ao setor de finanças, tem-se o início do processo de “construção de uma imagem”, do agora interventor federal Ruy Carneiro, que contava, de acordo com Silva (2013, p. 66) “sempre com amplo respaldo da imprensa nacional e estadual, inclusive do órgão que poderia lhe fazer oposição, o jornal ‘A Imprensa’.” Ruy Carneiro se apresentou segundo uma perspectiva Populista, sendo “esta política a sua plataforma política.” (SILVA, 2013, p. 65)

O estado da Paraíba, depois do processo de transição de interventores, permanecera com seus problemas relativos aos gastos do estado e a nova administração. Por conseguinte,

²³⁷ Cf. SILVA, 2013.

²³⁸ *A União*, 30 de julho, 1940.

herdou tais complicações, que segundo Silva (2013, p. 101) seriam o “pagamento da folha de pessoal, a estabilização na arrecadação, e a crise econômica e financeira enfrentada pelos municípios” que, dessa forma, comprometiam a arrecadação do estado. Só no exercício do ano de 1940 os valores referentes ao pagamento do pessoal chegaram a 68% dos rendimentos financeiros do estado.

Os anos antecedentes, sob a gerência de Argemiro de Figueiredo, haviam comprometido os cofres públicos, que agora teriam de haver uma contenção de gastos, de acordo com as novas diretrizes do novo interventor federal. Há uma reprodução de matérias que discutiam a realidade financeira do estado, principalmente pondo em foco as dívidas do estado e de seus municípios:

Regra geral encontraram os prefeitos as verbas dos seus orçamentos estouradas pouquíssimo ou nenhum dinheiro em cofre, impostos recebidos com antecipação, um montante de contas a pagar enorme, na maior parte resultantes de gastos irregulares. Diante dessa dura realidade o único caminho a seguir foi o da rigorosa compressão de despesas acrescida da permanente e vigilante fiscalização na aplicação das rendas.²³⁹

Com o passar dos meses, a situação parecia não surtir melhoras em relação à realidade econômica do estado. É quando, no início do ano de 1941, Ruy Carneiro viaja para a capital federal, para intermediar acordos com o poder federal na tentativa de angariar verbas para conclusão das obras em andamento no estado. Em entrevista cedida ao jornal *A União*, relata:

A situação geral da Paraíba propunha a minha presença no Rio de Janeiro, onde não se estavam sentindo as nossas necessidades e problemas, com seus aspectos reais, pela incuria dos que tinham o dever de pugnar pelos interesses da terra comum junto aos poderes da União.²⁴⁰

A viagem empreendida por Ruy Carneiro teve objetivos específicos para determinadas áreas de atuação dos poderes públicos. O governo federal havia suspenso um subsídio no valor de \$250:000\$000 contos de réis, necessários para realização de obras e manutenções da Escola de Agronomia de Areia, e teve o interventor, de acordo com sua entrevista, de pleitear junto às autoridades competentes, um valor que fora acordado em \$200:000\$000 para que fosse possível a continuação das obras, pois aquele havia sido o mesmo valor concedido para a Escola de Agronomia de Pernambuco.

²³⁹*A União*, 13 de outubro de 1940.

²⁴⁰*A União*, 05 de janeiro, 1941.

Porém, no tocante as subvenções financeiras para o departamento de saúde pública e para as realizações referentes à área, não há por parte do interventor nenhuma menção ao problema da lepra. Há na verdade, uma ênfase dada à outra moléstia. Veja:

Outra endemia que afeta alguns municípios paraibanos e que urge debelar, é a boubá. O diretor da Saúde Pública do Estado, dr. Janduí Carneiro, formulou de acôrdo com o dr. Ernani Agrícola, diretor de Divisão da Saúde Pública do Rio, um plano de combate a essa moléstia, sendo o assunto encaminhado ao sr. Presidente da República. Espero uma solução favorável a essa sugestão a ser executada em colaboração com o Estado, mediante um auxílio federal de 250 contos anualmente, num plano de cinco anos.²⁴¹

Poucos dias após esta reportagem, outra matéria trazia uma explanação completa sobre a viagem que fora empreendida pelo secretário de Saúde Pública do estado nomeado na nova administração, o Dr. Janduhy Carneiro²⁴², o qual empreendeu uma viagem ao Rio de Janeiro e São Paulo, tendo permanecido por cerca de dois meses, tendo por objeto “a observação de diretrizes que melhor sirvam ao plano de desenvolvimento que o interventor Ruy Carneiro deseja introduzir naqueles serviços.”²⁴³

A viagem, de acordo com o médico, foi empreendida com o objetivo de “melhor atender” aos interesses do estado no trato da saúde pública, pois tendo estado em contato com os “grandes centros científicos do país”, possibilitando o emprego de um plano renovador para a saúde pública da Paraíba. Janduhy Carneiro ressalta os próximos passos destinados aos problemas de saúde pública e quais seriam as prioridades do governo para aquela área, pronunciado-se acerca do projeto de criação de duas maternidades no interior do estado, uma que contivesse 120 leitos e outra com 60 leitos, “em ponto a ser escolhido de acôrdo com as condições econômicas e censitárias da região.”²⁴⁴

Porém, os problemas de ordem financeira ainda não fugiam das atenções relegadas à nova administração, sendo aquele um empecilho a ser combatido em acordo com as diretrizes a serem aplicadas à realidade econômica do estado. Apesar disso, a lepra volta a aparecer como assunto a ser discutido pelas autoridades do estado:

²⁴¹ Idem.

²⁴² Janduhy Carneiro (1903-1975) foi médico e político paraibano, natural da cidade de Pombal-PB. Formou-se em medicina pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou curso de saúde pública no Instituto Manguinhos, no Rio de Janeiro. Ingressou na vida política a convite de João Pessoa, tendo participado da Revolução de 30, quando após a vitória, foi nomeado, em 05 de outubro de 1930, prefeito da cidade de Pombal, tendo administrado aquele município até o ano de 1934. Foi convidado por seu irmão Ruy Carneiro a exercer o cargo de chefe do Departamento de Saúde do Estado da Paraíba em 1940, função exercida até 1945. Faleceu em João Pessoa, a 07 de julho de 1975, no exercício da atividade parlamentar no cargo de deputado federal. Dados obtidos na seguinte plaquete de autoria do ex-deputado federal Antônio Carneiro Arnaud: **Janduhy Carneiro, o Médico e o Parlamentar**: Câmara dos Deputados, Brasília, 1983. (SILVA, 2013, p. 74)

²⁴³ *A União*, 08 de janeiro, 1941.

²⁴⁴ Idem.

Outra constante preocupação do atual Governo é o problema da assistência aos leprosos. Si bem que o censo levantado acuse um pequeno número de lázaros, **iremos inaugurar dentro em breve o Leprosário e o Preventório**, destinados as vítimas do terrível mal. A profilaxia da lepra em nosso Estado obdecerá, com as modificações determinadas pelas circunstâncias locais, aos moldes adotados no serviço ao mal de Hansen, em São Paulo.²⁴⁵[Grifo Nosso]

O leprosário da Paraíba, de acordo com o que informava o secretário Janduhy Carneiro, seria inaugurado em breve. Porém, por quais motivos não se expunha o progresso das obras? Considerando, a pesquisa por nós realizada e as discussões apresentadas nas matérias que traziam a questão da lepra como problema de saúde pública, a construção do leprosário aparentava ser uma realização do governo anterior.

E, com a chegada dessa nova administração, talvez fosse necessária a viabilização de outras obras de cunho mais “Ruyista” do que “Argemirista”. Porém, a realização daquela obra poderia angariar um maior prestígio à figura do novo interventor.

É quando, ainda no mês de janeiro, ainda envolto nas discussões de ordem econômica que pareciam não findar nas páginas do *A União*, em referência à administração anterior, eis que é publicada uma matéria com o título “O leprosário do Rio do Meio”. Parecia que o tema estava voltando a ganhar fôlego depois de um longo período adormecido, sendo aquele assunto um novo ponto de interesse do interventor e sua cúpula administrativa para tentar cativar o povo paraibano nessa tentativa de criar uma imagem pública de Ruy Carneiro.

A matéria expunha a situação que se encontram as obras do “Leprosário do Rio do Meio” como agora era chamado, afirmando que o interventor ao assumir o cargo do governo do estado havia encontrado “parados todos os trabalhos públicos, inclusive as obras do Leprosário.”²⁴⁶ De acordo com a matéria, a situação a qual se encontravam as obras eram deploráveis:

Vestígios de atividade da Diretoria de Obras Públicas, apenas existiam, os andaimes do edifício onde está alojado o Tribunal de Apelação, armados às pressas para efeito de publicidade e o monte de pedras reunidas na estrada de Santa Rita, especialmente para ser fotografado juntamente com uma máquina tomada de empréstimo à Inspetoria de Sêcas. Essa encenação destinara-se a efeito externo, como é do conhecimento público.²⁴⁷

Pelo que é descrito na matéria, todo o local onde estavam sendo erguidos os prédios que faziam parte do leprosário estavam sob falta de manutenção e com várias execuções

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ *A União*, 12 de janeiro, 1941.

²⁴⁷ Idem.

necessárias a serem feitas, tendo a administração anterior feito uma espécie de “embelezamento” do canteiro de obras para que a nova administração não levasse a situação de degradação das obras a público.

E, mesmo diante daquela situação, a interventoria de Ruy Carneiro havia posto em andamento as obras do leprosário, “apesar das precariedades do Estado.” Com as atividades de construção em andamento, havia o interventor previsto que ainda naquele mês de janeiro o leprosário do Rio do Meio estaria funcionando, posto a receber os seus novos pacientes, “naquele estabelecimento devidamente aparelhado para preencher a finalidade que ditou a sua criação.”²⁴⁸

O problema da lepra e das outras endemias que direcionavam as atenções do serviço de saúde pública do estado parecia estar sendo finalmente resolvido, e o cerco às moléstias infecciosas finalmente sendo deflagrado na luta empreendida pelo secretário Janduhy Carneiro e seu irmão, Ruy Carneiro. Ao final do mês de dezembro é publicado um comunicado da Diretoria Geral de Saúde Pública (D.G.S.P) do Estado da Paraíba, com o título de “DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA”, alertando aos médicos, profissionais da saúde em geral e também à comunidade civil, solicitando-lhes que informassem os casos de doenças “doenças de notificação compulsória” à D.G.S.P., atestando como obrigatório o seu exercício de acordo com o Artigo 445., onde doenças como boubas, cólera, difteria, disenterias, febre aftosa, dengue, raiva e outras doenças de zoonoses transmissíveis ao homem e principalmente à lepra fossem obrigatoriamente notificados às autoridades competentes.

Caso algum médico violasse o artigo proposto, este seria declarado “suspeito” pela D.G.S.P. e em caso de reincidência poderia sofrer cassação do certificado de atuação médica. Tanto os profissionais da saúde, como também os civis, caso violassem a lei, poderiam também ser penalizados com multas de “100\$000 a \$500:000, dobrada nas reincidências.” Seriam demitidos do cargo os indivíduos que de forma direta ou indireta prestassem serviços ao D.G.S.P.

É chegado o fim do mês de janeiro e a inauguração do leprosário do Rio do Meio ainda não havia acontecido como fora previsto pelo interventor. A situação da Paraíba financeiramente ainda não era das melhores e de acordo com Silva (2013, p. 111) o governo do estado estava sofrendo uma contenção de gastos consideráveis em diversas áreas, como ocorrera a extinção do Serviço de Assistência Social, Esquadrão de Cavalaria e da Companhia de Metralhadoras da Força Policial do Estado, na tentativa de conter os “déficits” do estado.

²⁴⁸ Idem.

Porém, surgira um novo entrave que estava a barrar a inauguração do leprosário, que seria uma verba no valor de vinte contos de réis que seriam usados para “ocorrer despêsas imprescindíveis ao funcionamento do estabelecimento.”²⁴⁹ De acordo com a matéria, o Serviço de Lepra da 4ª região, estabelecida na cidade do Recife, “certamente por acúmulo de trabalho no fim do ano próximo passado, deixou de providenciar para a vinda daquela importância, caindo a mesma em exercício findo.”²⁵⁰

Com tal empecilho em vista, o interventor Ruy Carneiro fez um apelo às autoridades federais, nas figuras do presidente Getúlio Vargas e do ministro Gustavo Capanema, para que o entrave fosse resolvido, e assim viabilizasse o mais depressa possível a inauguração do Leprosário do Rio do Meio.

Os meses iam se passando e a questão da inauguração do leprosário não voltara a ser mencionada no periódico, tendo outros assuntos de ordem sanitária e de saúde pública a sido abordados no jornal *A União*. Trabalho com a ideia de que, como as verbas necessárias para inaugurar o referido lugar ainda não haviam sido enviadas ao governo da Paraíba, o assunto só poderia ser mencionado caso o interventor Ruy Carneiro dispusesse dos recursos em caixa para dar continuidade à inauguração²⁵¹, para que não se criasse uma imagem do governante que prometia, estabelecia datas e não as cumpria junto à população.

No mês de abril, o *A União* trouxe em suas páginas uma matéria onde eram discutidas as realizações previstas para o governo de Ruy Carneiro. Há uma exposição sobre a possibilidade de dotar a Paraíba de uma melhor estrutura médico hospitalar, apontando quais seriam os investimentos em vista para o destino das verbas federais pleiteadas junto ao governo federal:

A iniciativa de s. excia. no sentido de dotar o Estado de um aparelhamento hospitalar à altura das necessidades da população, se positivarão, agora, com as providências que serão dadas para a construção do Sanatório para Tuberculosos, Centro de Saúde e Maternidade, e que ficaram resolvidas em recente entrevista com o titular da Educação e Saúde. [...] Essas construções irão exigir gastos superiores a três mil contos, havendo verba para esse fim no orçamento do Ministério da Educação e Saúde, do corrente exercício. Do entendimento havido entre o interventor Ruy Carneiro e o ministro Gustavo Capanema, o presidente Getúlio Vargas já tomou conhecimento, aprovando-o, o que significa o afastamento de qualquer empecilho protelatório da realização.²⁵²

²⁴⁹ *A União*, 26 de janeiro, 1941.

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ De acordo com Silva (2013, p. 112), só a partir de junho de 1941 é que a administração de Ruy Carneiro viria realizar alguma inauguração de obras públicas, já que o governo estava tentando cortar de todas as maneiras possíveis os gastos ligados desnecessários ligados a sua administração.

²⁵² *A União*, 06 de abril, 1941.

Contudo, o tema da inauguração do leprosário não havia sido mencionado, levando a crer que a abertura do estabelecimento permanecia sem possíveis datas. Seria somente no mês de junho, que o assunto voltaria a ser tema discutido nas páginas do *A União*:

Os edifícios que constituem esse estabelecimento estão sofrendo uma limpêsa geral, por conta do Ministério da Educação, de modo a ficar em condições de serem utilizados, o que se dará logo que o Govêrno Federal destribúa a verba destinada para completar o aparelhamento dos mesmos.

As instalações estavam sendo preparadas, porém, há ainda a captação de verbas que faltavam para compra dos materiais necessários para a abertura do leprosário. Essa verba, de acordo com as informações contidas na matéria, referia-se ao valor estimado em 20:000\$000 contos de réis, a ser destinado ao governo do estado pelo Ministério da Educação e Saúde.

Porém, a ordem de pagamento destinado ao governo entrou em “exercício findo” e o valor não pôde ser transferido pelo MES, levando assim, o governo do estado a assumir com recursos próprios os gastos necessários para a estréia do leprosário do Rio do Meio²⁵³:

Em face dessa situação, resolveu o interventor Ruy Carneiro, com os recursos orçamentários que tinham sido destinados á manutenção do Leprosário, adquirir aquêle material e executar os serviços necessários á inauguração do referido estabelecimento. [...] Com êsses auxiliares da administração s. excia. acertou providências no sentido de serem executados, imediatamente, os serviços de construção da estrada ligando a cidade ao estabelecimento, de ligação de água, de substituição dos postes de iluminação que se achavam todos imprestáveis, por outros em concreto armado, e de ornamentação da área fronteira aos pavilhões do Leprosário. Foi também autorizada a aquisição das instalações complementares do prédio. Apesar da situação de dificuldades do Tesouro, o Chefe do Govêrno julgou oportunas essas providências, a fim de que não ficasse protelado indefinidamente um serviço da maior relevância, pois o material existente estava sofrendo deteriorações e urge dar início aos programas de assistência ás vítimas do terrível mal de Hansen.²⁵⁴

Depois desse comunicado, foi marcada a inauguração do leprosário do Rio do Meio para a “primeira quinzena de julho”, quando estivessem posto em ordem todos os preparativos necessários para cerimônia de inauguração. Com o passar das semanas, a expectativa para estreia do estabelecimento para o acolhimento dos leprosos do estado parecia elevar a figura do interventor Ruy Carneiro, pois os elogios feitos à sua pessoa denotavam que a sua preocupação com o bem estar dos “pobres desgraçados” como algumas matérias referiam-se aos leprosos, pois ele agia “dentro da lógica dos seus sentimentos humanitários e prestou a coletividade novo serviço, que ainda mais o enaltece no conceito público.”²⁵⁵

²⁵³ O relatório apresentado ao Interventor Federal Ruy Carneiro, onde consta um documento de pagamento das verbas necessárias ao prosseguimento das obras, encontra-se na caixa de número 039/1941 referente ao exercício do ano de 1941 no Arquivo Público do Estado da Paraíba. Espaço Cultural. João Pessoa-PB

²⁵⁴ *A União*, 29 de junho, 1941.

²⁵⁵ *A União*, 02 de julho, 1941.

Finalmente é chegado o dia da inauguração, marcado para 12 de julho de 1941, data que ficou marcada por uma cerimônia realizada na propriedade Rio do Meio, na vila de Barreiras. A cerimônia estava prevista para ter início às 15 horas, onde em comitiva composta pelo interventor federal Ruy Carneiro, “auxiliares de sua administração, oficiais da Guarnição Federal neste estado, outras autoridades militares e civis, chefes de serviço da Saúde Pública, médicos magistrados”²⁵⁶ e vários outros indivíduos representantes da elite social paraibano. Estavam presentes para prestigiar aquele empreendimento.

O leprosário foi nomeado oficialmente pelo interventor Ruy Carneiro, de Hospital Colônia Getúlio Vargas, em homenagem ao chefe político da nação brasileiro que, de acordo com o discurso do líder paraibano, tivera um papel preponderante na realização daquele empreendimento. Em sua fala inaugural, de acordo com o que fora descrito no jornal *A União*, que discorreu em suas páginas sobre o evento na íntegra; o interventor paraibano justificara a escolha do nome da seguinte maneira:

A denominação de Asilo-Colônia "Getúlio Vargas" tem a sua justificação. Antes de gravada no bronze, que identifica a lembrança do bem feitor da Paraíba, ela já estava gravada nos corações daqueles que aqui encontrarão o seu refúgio, que aqui terão o calor da solidariedade humana a suavizar-lhe as amarguras.²⁵⁷

Tendo sido inaugurado, o novo abrigo para os leprosos do estado estaria a cargo da administração do médico Edson de Almeida, que – nas palavras de Ruy Carneiro – iria velar “pela sorte dos nossos conterrâneos que aqui vierem procurar abrigo na sua desdita.”²⁵⁸

A administração estaria então delegada aos cuidados do médico especialista em leprologia que, desde anos anteriores, esteve comprometido com a causa da construção do leprosário, tendo participado de viagens²⁵⁹ e congressos destinados ao aprimoramento do combate à lepra. O médico foi assim descrito em matéria do jornal *A União*, em reportagem posterior ao da inauguração do Hospital Colônia Getúlio Vargas:

O sr. Interventor Federal escolheu para dirigir o novo serviço um médico paraibano radicado ao meio, que vem se dedicando com o máximo carinho ao estudo da lepra e à solução do problema entre nós. Profissional digno, de larga fôlha de serviços à terra, especialista renomado, o dr. Edson de Almeida é, como afirmou no discurso de inauguração o Chefe do Estado, uma garantia absoluta de que o Asilo-colônia "Getúlio Vargas" será, em verdade, uma realização útil e aquêles que lá chegarem

²⁵⁶ *A União*, 13 de julho, 1941.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Ver subtópico 1.2 deste trabalho de dissertação.

encontrarão o máximo de solicitude e de dedicação, porque o seu diretor tem a perfeita noção de suas responsabilidades, como profissional e como funcionário.²⁶⁰

Com a inauguração do Hospital Colônia Getúlio Vargas, o estado da Paraíba ganhava a sua principal instalação de combate à lepra, sendo aquele o principal empreendimento para o aparelhamento anti-leproso em um estado. Com o advento dessa estrutura, o estado passou a ter um local de acolhimento para os doentes fichados e catalogados – nos *dispensários* – como sendo portadores de lepra. O fechamento completo desse ciclo seria concebido com a inauguração do Preventório Eunice Weaver, que iria ser realizado em pouco tempo, completando o *tripé* de combate à lepra, que segundo Santos (2006, p. 66) foi delineado em 1935 através do Plano Nacional de Combate a Lepra (PNCL) por Gustavo Capanema.

Naquele momento, se supunha que a Paraíba estava finalmente pronta para atender aos anseios da população que temia a doença. Faltava agora cuidar dos “filhos sadios dos leprosos” que deveriam ter um lugar de conforto e proteção. A inauguração do Preventório Eunice Weaver seria inaugurado logo após o HCGV.

3.2: Resguardando a prole dos leprosos: O preventório Eunice Weaver é inaugurado.

Como fora discutido no subtópico anterior, a inauguração do Hospital Colônia Getúlio Vargas possibilitou a entrada do estado da Paraíba numa nova fase de combate às endemias infecciosas, tendo sido a lepra uma das principais doenças geradoras de discussões e matérias acerca da forma pela qual as autoridades públicas agiam em relação aos problemas de caráter sanitário e de saúde pública.

A Paraíba ainda precisava inaugurar mais um estabelecimento que fosse responsável pelo aparelhamento anti-leproso, sendo este um asilo do tipo *preventório*. A iniciativa da senhora Eunice Weaver esteve desde o ano de 1936 a cargo de uma campanha que fora empreendida no estado da Paraíba, com o título “Campanha da Solidariedade”²⁶¹, que partia da iniciativa privada. Porém, tendo recebido auxílio do governo federal na figura do presidente Getúlio Vargas e com o compadecimento das autoridades estaduais e membros da

²⁶⁰ A *União*, 16 de julho, 1941.

²⁶¹ Nos itens 1.3 e 2.3 é abordado o assunto acerca das viagens e campanhas empreendidas pela iniciativa da senhora Eunice Weaver no estado da Paraíba e em suas incursões em outras regiões do norte do país, na empresa de arrecadação de fundos para criação de preventórios com o objetivo de acolher “os filhos sadios” dos doentes de lepra que fossem levados de forma compulsória aos asilos-colônia criados.

alta sociedade que se dispusesse a angariar verbas para a construção dos preventórios em seus respectivos estados, sendo estes estabelecimentos que serviriam de suporte aos *leprosários*, que estavam sendo criados em diversas regiões do território nacional.

A partir do ano de 1935, a “campanha contra a lepra no Brasil adquiriu maior visibilidade a partir da execução do Plano Nacional de Combate à Lepra”(LIMA, 2007, p. 192), visando um formato mais “coordenado e uniformizado”. Diante das propostas e diretrizes formuladas neste novo modelo, a Iniciativa Weaver teve um campo fértil para “plantar suas sementes e fertilizá-las” em várias localidades do território nacional, incluindo o estado da Paraíba, que recepcionou essa comitiva de senhoras da alta sociedade sulista – como sempre eram descritas – da maneira mais aprazível possível.

A campanha havia arrecadado os fundos necessários para dar inícios às obras do preventório, porém dificuldades de razão financeira estavam paralisando as obras. Entretanto, as arrecadações de recursos destinados ao processo de construção não cessavam. O jornal *A União* ocasionalmente publicava notas avulsas referentes às reuniões que ocorriam costumeiramente no *Clube dos Diários* na capital ou por vezes na sede da SMCPB.

Com os problemas relativos à construção do leprosário e, por conseguinte, as dificuldades financeiras para financiar a construção do preventório, tornaram por fazer com que ambas as obras fossem continuamente proteladas. Como já foi discutido no subtópico anterior, os problemas associados ao governo com as crises enfrentadas pela administração do interventor Argemiro de Figueiredo fizeram com que o tema da construção do leprosário fosse arrefecendo das notícias veiculadas no jornal *A União*.

Como o leprosário significava o principal passo a ser dado no processo do aparelhamento anti-leproso e o preventório seria uma espécie de estabelecimento adjunto ou coadjuvante²⁶², onde, segundo Proença (2005, p.45) os preventórios serviriam de auxílio, com um objetivo de preparar os filhos dos leprosos “moral e profissionalmente”, para que, ao atingir uma idade mais elevada, estes pudessem ter uma vida social ativa:

Os Preventórios eram destinados a acolher, manter, educar e instruir menoressadios, filhos e conviventes com doentes de lepra, desde que estes não tivessem parentes idôneos dispostos a assumir este encargo. Fundamental, para quem se dispusesse a “adotar” os filhos dos lázaros, era a faculdade de possuir recursos para educá-los e mantê-los sob a vigilância das autoridades sanitárias competentes. (LIMA, 2007, p. 182)

²⁶² O preventório Eunice Weaver foi construído num terreno na comunidade de Barreiras, atual Bayeux-PB, num terreno a cerca de 2 quilômetros de distância do Hospital Colônia Getúlio Vargas.

Como estes locais serviam apenas de auxílio, no caso da inauguração do preventório Eunice Weaver no Rio do Meio, este só poderia ser aberto quando o leprosário também estivesse em funcionamento, para que a “máquina” pudesse funcionar da forma correta.

Apesar das poucas notícias veiculadas no *A União* em 1938 com o tema da lepra, em razão das crises de “desgaste” que vinha sofrendo a administração de Argemiro de Figueiredo, a questão do preventório Eunice Weaver ainda aparecia em edições avulsas, sempre em uma nota pedindo a presença da comissão da SALDCL ou em alguma matéria com a intenção de realizar algum apelo social para que as arrecadações de verbas para sua construção não cessassem.

Das pouquíssimas notícias acerca do problema no ano de 1938, uma chama atenção, pois nela permanecia a discussão sobre a hereditariedade da lepra, pois “a criança nasce sã, vindo a se contaminar no convívio com os pais doentes. Daí a grande importância que vem a ter a benemerita instituição [...]”²⁶³. Os motivos e os apelos emocionais para dar visibilidade à questão eram de ordem cristã ou filantrópica. Porém, com o passar do tempo, já se fazia dois anos desde o início da “Campanha da Solidariedade”, e isso causava um impacto sobre a população, pois ao passo que não se havia progresso nas obras e a divulgação da campanha, hora voltava com vigor, hora perdia força, a população parecia ir perdendo o seu interesse em continuar contribuindo com a campanha. O apelo à população fica evidente neste trecho da matéria:

Dê a sua colaboração, grande, pequena, como puder, para que mais um tijolo se coloque na grandiosa expressão dos sentimentos do povo paraibano, que é o Preventório "Eunice Weaver". [...] **E guarde consigo, e propague**, que a lepra é contagiosa, sobretudo para as crianças, que o filho de leproso não nasce doente, vindo a se contaminar depois [...] **é seu dever colaborar na luta** contra a lepra e na assistência aos lázaros.²⁶⁴ [Grifo Nosso]

A utilização destas metáforas, como já alertou Sontag (1989) utilizadas como um dispositivo de “estigmatização”, na tentativa de angariar força para combater determinado elemento, neste caso, a doença que causava o medo na população. Esse dispositivo de apelo emocional na ideia de “propagar” a notícia e o “dever” social e humano nesta luta, denotam a forma pela qual a propaganda era dirigida pela SALDCL, que ficou a cargo de arrecadar as verbas.

Em 1939, as matérias que tratavam da questão do preventório ainda pareciam escassas, talvez em razão do tema da construção do leprosário do leprosário não estar tendo um enfoque

²⁶³ *A União*, 25 de maio, 1938.

²⁶⁴ Idem.

na mídia, pelas razões já citadas no subtópico anterior. A SALDCL vem a público, por meio do *A União*, apenas noticiar algumas questões referentes à construção de outros preventórios nas outras regiões do país, como no caso do Amazonas, onde “fôram angariados em donativos mais de 160:000\$000 para a edificação de um estabelecimento de preservação para abrigar os filhos desamparados das vítimas do mal de Hansen”²⁶⁵ e no Pará, que teve uma grande repercussão, tendo arrecadado cerca de 406:000\$000 contos de réis para a construção do seu preventório.

A veiculação de notícias referentes ao progresso na construção de outros preventórios em localidades diferentes no país parece ser uma estratégia criada pelos membros da SALDCL em conjunto com os redatores do jornal *A União*, na tentativa de criar um sentimento de disputa.

Contudo, a população que investia naquele empreendimento, que há cerca de três anos vinha sendo divulgado, mesmo que periodicamente, com mais ou menos intensidade, precisava ter notícias do progresso das obras. Em junho de 1939, foi lançada uma matéria mais completa, na qual a presidente da SALDCL, dona Alice de Azevêdo Monteiro, a principal responsável pela campanha neste estado, traz ao conhecimento da população via jornal *A União*, sobre o andamento das obras, onde já se expunha no título da matéria, “Quasi concluídas as obras de revestimento da parte principal do preventório ‘Eunice Weaver’”. Na matéria, vão sendo relatados os andamentos gerais da obra e quais foram as ações já concluídas.

É evidenciado pela matéria, que o responsável pela execução das obras, o engenheiro Abelardo Andréia dos Santos, apresentado como Inspetor Geral das Obras Contra as Secas, estava realizando o trabalho de forma gratuita, talvez assim, uma forma de alertar a população sobre as ações “altruístas” e humanitárias por parte de alguns indivíduos.

De acordo com a matéria, o custo total da construção ficou orçado no valor de 400:000\$000 contos de réis, tendo até dado momento sido gasta a soma de 280:000\$000. Seria então necessário um valor restante de cerca de 120 contos de réis, para que as obras fossem finalizadas e o empenho da população seria essencial para consumir tal fato, já que “o preventório é uma das partes mais importantes do aparelhamento anti-leproso.”²⁶⁶

As dificuldades só aumentavam, porque, segundo a senhora Alice Monteiro, a subvenção anual concedida pelo estado da Paraíba, como forma de auxílio, somava apenas a quantia de 6:000\$000 contos de réis, sendo o restante que faltava à construção, advinda através das arrecadações. Uma quantia significativa destinada à obra havia sido doada pelo

²⁶⁵*A União*, 22 de julho, 1939.

²⁶⁶*A União*, 04 de junho, 1939.

governo federal que, de acordo com a matéria, o presidente Getúlio Vargas, “desejando extinguir a lepra, [...] concedeu-nos o auxílio de 60:000\$000, o que, em parte, concorreu para alcançarmos o nosso nobre objetivo.”²⁶⁷

Até aquele momento, de acordo com o que fora dito pela senhora Alice Monteiro, além do terreno avaliado em 30:000\$000, cedido pelo estado na propriedade Rio do Meio, os outros 10:000\$000 doados pelo interventor Argemiro de Figueiredo e com o total arrecadado de 210:000\$000 contos de réis via doações, desde o início da campanha em 1936. Até a conclusão das obras, ainda seria preciso percorrer um longo caminho até a sua realização.

A publicidade em torno da questão do preventório não cessaria até o ano de sua inauguração, em 1941. Por vezes o assunto apenas aparecia no jornal *A União*, em notas, onde se pedia a colaboração da população para manter o ritmo de doações. Porém, com a saída de Argemiro de Figueiredo em 1940 e com a chegada de Ruy Carneiro e sua nova administração que, mesmo em meio às dificuldades financeiras do estado, havia tomado para si, na figura do “homem do povo”, de se empenhar na tarefa de realizar uma obra tão significativa para o estado.

No mês de julho de 1941, é publicada no jornal *A União* a notícia da realização de um “sorrête dansante” para arrecadação de donativos e verbas para realização do preventório “Eunice Weaver”, evento que estaria sendo promovido pelo casal Ruy Carneiro e Alice Carneiro ²⁶⁸. Posteriormente, seria realizada uma reunião da SALDCL onde seriam “combinadas outras iniciativas de caráter filantrópico, em benefício do Preventório ‘Eunice Weaver’, cuja inauguração depois da do Leprosário, será marcada pelo Sr. Interventor Federal.”²⁶⁹

O leprosário, que receberia o nome de Hospital Colônia Getúlio Vargas, seria inaugurado no dia 12 de julho. Entretanto, ao passo em que os preparativos para a inauguração estavam sendo realizados, os arranjos necessários à realização do baile em benefício do preventório estava sendo amplamente divulgado, sendo dito que estaria “fadado ao melhor êxito, pela repercussão que vem encontrando em nossa sociedade, o sorrête-dansante pró-instalação do Preventório ‘Eunice Weaver.’”²⁷⁰ As congratulações direcionadas ao casal promotor do evento eram também evidenciadas:

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ De acordo com a Silva (2013, p. 120), Ruy Carneiro ao assumir o cargo de interventor do estado da Paraíba, incumbiu sua esposa, Alice de Almeida Carneiro, de assumir o posto de presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA) no estado. Sua participação enquanto agente promotora de campanhas e realizações de cunho social junto à administração de Ruy Carneiro foi essencial na estratégia de formulação da imagem política de seu marido como filantropo e “político assistencialista.”

²⁶⁹ *A União*, 05 de julho, 1941.

²⁷⁰ *A União*, 10 de julho, 1941.

Essa festa, tendo como se vê uma elevada significação humanitária, promete se revestir, ainda, de um brilhante cunho de distinção e elegância, sendo patrocinada pelo casal Ruy Carneiro. [...] Interessada pela maior divulgação da obra que está construída no Rio do Meio, e que é desconhecida por grande parte dos paraibanos, de dentro e fóra do Estado, tenciona a presidente determinar grande tiragem de postais com a fotografia do edifício, a fim de serem distribuídos em nossa capital e endereçados a conterrâneos ausentes.²⁷¹

A data marcada para realização do baile ficou definida para acontecer um dia após a cerimônia de inauguração do Hospital Colônia Getúlio Vargas. A festividade ocorreu às 20 horas no “Casino do Parque Solon de Lucena”, e teve grande presença de público, constituído amplamente por indivíduos da alta sociedade paraibana. As rendas do “sorrê-dansante” foram publicados no *A União*, cinco dias após a realização do evento, tendo arrecadado um valor total de 2:658\$800 contos de réis, tendo assim, obtido “plêno êxito” por parte daquela agremiação.

O momento parecia ser favorável para que se fosse inaugurado o preventório, visto que o evento havia sido um sucesso de público, como descrito pelo *A União*. A própria Eunice Weaver que já se encontrava no norte do país em suas viagens, endereça uma mensagem de agradecimento ao interventor paraibano:

O sr. Ruy Carneiro tem-nos ajudado muito. **Devemos aos seus esforços**, em grande parte, à inauguração do preventório que agora vamos pôr em funcionamento em João Pessoa e contamos que, daqui por diante, êle continue a nos auxiliar em nossas campanhas em benefício dos lázaros. Aliás, posso assegurar que o **jovem, dinâmico e bem intencionado** interventor paraibano não se separará mais da Federação na realização dos seus grandes empreendimentos. Por nossa vez, jamais olvidaremos ou dispensaremos a ajuda do **nosso sincero amigo** Ruy Carneiro.²⁷² [Grifo Nosso]

As mensagens de agradecimento endereçadas a Ruy Carneiro demonstram o tom de agradecimento por parte de Eunice Weaver, que se torna mais evidente em outro trecho da mensagem publicada, quando ela aponta os esforços empreendidos pelo interventor. E conclui, acerca das realizações da obra do preventório: “Repito: sua inauguração, na semana vindoura, deve-se à cooperação do sr. Ruy Carneiro, que nos concedeu verbas e inúmeras facilidades, destacando-se, entre estas as referentes ao abastecimento d’água.”²⁷³

Talvez sua atitude em pôr em evidência a figura de Ruy Carneiro esteja em comum acordo com o que estava sendo proposto pelo interventor, nessa iniciativa de criação de uma

²⁷¹ Idem.

²⁷² *A União*, 05 de agosto, 1941.

²⁷³ Idem.

“nova imagem” política. Os escândalos envolvendo o ex-interventor Argemiro de Figueiredo, que nos anos anteriores havia ajudado a divulgar a “Campanha da Solidariedade”, tendo sua administração cedido o terreno para construção, não teriam mais espaço para congratulações, tendo a figura de Ruy Carneiro como bem-feitor na tarefa de ajudar a inaugurar o preventório.

Durante o período entre julho e agosto de 1941, as realizações governamentais empreendidas por Ruy Carneiro, representando a figura de estado de Getúlio Vargas, estavam constantemente à mira dos “holofotes” da imprensa. O jornal *A União*, parece assumir mais acirradamente a postura de defensor da figura de Ruy Carneiro, que segundo Silva (2013, p. 67), sendo aquele um órgão oficial do estado, não cabia a este, a posição de contrariedade ao governo atual e “Mesmo que o órgão oficial tivesse, através de seus editorialistas, um papel mais ‘independente’ não poderia fazê-lo em face da situação política vigente.”

Em outra matéria, é dito que a realização daquele preventório, através dos esforços de Ruy Carneiro, iria colocar a Paraíba “numa situação destacada entre os Estados que veem se empenhando na solução do problema da lepra.”²⁷⁴ O último passo a ser dado para o aparelhamento anti-leproso do estado estava prestes a acontecer, então é chegado o dia da inauguração do estabelecimento que iria complementar e auxiliar o Hospital Colônia Getúlio Vargas.

A cerimônia foi marcada para o dia 10 de agosto, um domingo, às 15 horas na propriedade Rio do Meio. A edição do *A União* do referido dia publicou a notícia convocando a todos que pudessem se fazer presentes na ocasião para prestigiar aquela solenidade. As congratulações direcionadas ao interventor continuavam vigorosas, sendo reconhecido pelo seu “interesse” e pelo “empenho” direcionado no combate à lepra desde que assumira o cargo de interventor da Paraíba. O estado sendo exaltado nas linhas da notícia denotavam a atenção dada à situação:

Agora, a campanha contra a lepra atinge ao seu pleno resultado, com a inauguração do Preventório "Eunice Weaver". Os esforços conjugados do Interventor Paraibano, da "Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra", de todos os elementos, enfim, que compreenderam o elevado alcance desse movimento, foram assim sucedidos. E a Paraíba situa-se numa posição de justo destaque perante os demais Estados, atestando de maneira concreta a sua solidariedade ao Governo do presidente Getúlio Vargas, que vem se preocupando resolutamente na solução do problema da Lepra.²⁷⁵

Além da presença das autoridades do estado e da presença dos civis que pudessem ir prestigiar a cerimônia, aquela realização iria contar também com o comparecimento das

²⁷⁴*A União*, 08 de agosto, 1941.

²⁷⁵*A União*, 10 de agosto, 1941.

senhoras Eunice Weaver e América Xavier, presidente e vice-presidente, respectivamente, da Federação de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, que haviam chegado um dia antes, vindas do Pernambuco onde estavam em visita junto à SALDCL daquele estado.

Dois dias após a realização da cerimônia, o *A União* lança uma matéria completa, contendo os discursos proferidos e as fotografias tiradas na cerimônia, que não pôde contar com a presença do interventor Ruy Carneiro, tendo sido substituído pelo interventor interino, o Sr. Samuel Duarte.²⁷⁶ Estiveram presentes também o Dr. Janduhy Carneiro, secretário de Saúde Pública do estado, autoridades civis e militares e também a senhora Alice Carneiro, esposa de Ruy Carneiro. Entre os tantos presentes naquela cerimônia, as presenças ilustres do evento se faziam nas figuras de Eunice Weaver e do Dr. Barros Barreto, diretor do Departamento Nacional de Saúde (DNS).

Na cerimônia, houve o discurso do Dr. Octávio de Oliveira, que estivera à frente do Departamento de Saúde Pública do estado, mas que naquele momento exercia a função de delegado federal de saúde da 5ª região, representando a figura do ministro Gustavo Capanema na solenidade. Em seu breve pronunciamento, a figura do chefe da nação, Getúlio Vargas, é salientada:

A orientação moderna que vem presidindo o programa de atividades da administração pública, de 30 pra cá, numa verdade compreensão dos problemas de assistências social, acentuando que a inauguração do Preventório "Eunice Weaver" representava o êxito da patriótica campanha empreendida em nossa terra pela "Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra", com o apoio do Governo e da sociedade paraibana. [...] O edifício, de proporções amplas oferece possibilidades para um completo serviço de assistência aos filhos dos leprosos, tendo a sua organização causado a melhor impressão a todos os visitantes.²⁷⁷

Após o discurso do Dr. Octávio de Olivera, efetuou-se a cerimônia de aposição de dois quadros com as figuras representativas de Eunice Weaver e Getúlio Vargas, no salão da diretoria do preventório, como símbolo daquela realização. Após esta homenagem, houve o pronunciamento dos médicos Janduhy Carneiro e Edson de Almeida²⁷⁸, os quais teceram celebres homenagens aos bem feitores que ajudaram de forma direta e indireta à realização do preventório.

²⁷⁶Samuel Duarte, na verdade, exercia o cargo de Secretário do Interior e Segurança Pública. Na documentação analisada, não há uma referência apontando o porquê do não comparecimento do interventor Ruy Carneiro.

²⁷⁷*A União*, 12 de agosto, 1941.

²⁷⁸O médico Edson de Almeida também é descrito na reportagem como diretor do daquele estabelecimento, visto que, o preventório seria uma extensão do Hospital Colônia Getúlio Vargas, destinado ao acolhimento dos filhos dos pacientes do leprosário.



Figura 3: Cerimônia de aposição dos retratos de Eunice Weaver e do presidente Getúlio Vargas. (1941) Fonte: Jornal A União.

Na imagem podemos observar os quadros contendo as fotografias de Getúlio Vargas e Eunice Weaver. Prestes a finalizar a cerimônia de inauguração, a senhora Eunice Weaver faz um breve pronunciamento de agradecimento, pondo em destaque as figuras de Ruy Carneiro e do presidente Getúlio Vargas, mas também deixando uma mensagem de agradecimento à Paraíba que, segundo a matéria, havia ajudado de “dentro das possibilidades” para que o seu sonho pudesse se tornar uma realidade, na batalha contra a lepra e pelo acolhimento dos filhos sadios dos leprosos daquele estado.

Assim, figurou a realização daquele empreendimento, que desde o ano de 1936 havia sido almejado no estado da Paraíba, e que após tantos anos de arrecadação de verbas e na promoção de eventos que ajudaram a edificar aquele prédio que fazia parte do Hospital Colônia Getúlio Vargas, finalmente havia sido aberto e pronto a acolher os jovens que necessitassem de abrigo, em razão dos males que haviam acometidos seus familiares.

3.3: *O leprosário enquanto mini-cidade: O hospital Colônia Getúlio Vargas através da sua estrutura e cotidiano.*

Soneto a Colônia

A colônia Getúlio Vargas se lança
 No meio da mata, fora da cidade,
 Uma frase traduz sua identidade
 “Aqui renasce a esperança”
 Um povo sem boas lembranças
 A dor caminha com a saudade
 O preconceito prende a liberdade
 Buscando a fé da bonança
 Mas, superar o preconceito,
 É um dever que vem do peito
 Unidos no mesmo pranto
 Mas, superar a dor tem jeito,
 Com auto estima e respeito
 Unidos com o mesmo manto²⁷⁹

O soneto exposto acima faz referência ao cotidiano e a abstrações concebidas no imaginário de um compositor desconhecido, sobre o Hospital Colônia Getúlio Vargas, inaugurado no ano de 1941. Nesse pequeno poema, estão contidos os anseios, sonhos e a esperança das muitas vidas e histórias singulares que vivenciaram o ambiente do hospital colônia nas muitas décadas de seu funcionamento. A superação do preconceito social e a tentativa de apartar-se do estigma da lepra são escritos nas quatro estrofes que montam o *Soneto à Colônia*.

Durante a pesquisa documental relativa ao Hospital Colônia Getúlio Vargas, ao folhear as páginas dos registros do IPHAEP e da obra *Colônia Getúlio Vargas* de autoria de Ariosvaldo de Oliveira²⁸⁰, deparei-me com este soneto, que de forma muito específica demonstra em suas linhas, algumas das expectativas dos que tiveram contato direto ou indireto com a instituição. Seja funcionário ou paciente, o hospital colônia abrigou vidas, que foram permeadas por diversas sensações, tendo sido na forma de medo ou esperança.

Suponho que esperança tenha sido um dos sentimentos mais fortes e vibrantes dos que ali estiveram confinados. Seja na posição de paciente, na expectativa de algum dia retornar ao seu lar e local de nascimento. Como também, sentimento partilhado pelos funcionários da

²⁷⁹ Soneto encontrado na obra *Colônia Getúlio Vargas* (2008) de Ariosvaldo Alves Oliveira, em referência à Colônia Getúlio Vargas. Não há autoria nem registro datado do ano que foi composto o soneto.

²⁸⁰ Esta obra encontra-se anexada ao arquivo documental do IPHAEP, sob o processo número 0042/13.

instituição, que estavam cumprindo seu dever como agentes sanitários, tendo de experimentar uma dose constante de medo ou pânico, que aquele lugar causava à “sociedade” de sua época. Falo em sociedade, entre aspas, porque naquele ambiente dentro da mata, se constituiu um agrupamento social, uma coletividade que foi colocada à parte do meio social comum e “puro”.

Discuto a partir de agora o Hospital Colônia Getúlio Vargas em duas perspectivas. Primeiro, apresentar a instituição sob o aspecto físico e estrutural, expondo quais foram os prédios e locais específicos construídos para que a instituição funcionasse, explorando o ambiente sob as perspectivas analisadas pela ótica de Foucault, acerca dos métodos de controle do corpo e também pensando a análise da estrutura do espaço de acordo com o que Erving Goffman discute em sua obra *Manicômios, Prisões e Conventos* (1974), avaliando o hospital colônia a partir de um modelo de “Instituição Total”, como proposto pelo autor. Em segundo lugar, discuto de forma mais subjetiva as questões referentes à utilização do espaço, abordando a relação entre Espaço x Indivíduo no ambiente da instituição e quais foram os perfis dos primeiros internos da instituição, fazendo uma breve análise destes indivíduos.

3.3.1: O hospital torna-se fortaleza: Composição estrutural e o espaço físico do Hospital Colônia Getúlio Vargas.

O Hospital Colônia Getúlio Vargas, como já mencionado anteriormente, estava situado na propriedade Rio do Meio, na cidade de Barreiras, atualmente cidade de Bayeux. A instituição localiza-se numa reserva florestal atualmente denominada Mata do Xém-Xem. Foi construída dentro da mata atlântica que cercava o local, uma espécie de “mini-cidade” concentrada dentro da floresta, que à época era de difícil acesso.

A estrutura do leprosário poder-se-ia imaginar através da figura de uma Fortaleza, que tinha o dever de proteger os que estavam dentro de suas muralhas, como também, a tarefa de dificultar a entrada dos que viessem de fora, com o receio que estes indivíduos visitantes, pudessem se tornar possíveis agentes transmissíveis da doença. Essa “fortaleza” da qual se fazia o hospital era composta pelos seguintes prédios e espaços:

Local:	Função:
1- Casa do diretor	Morada do médico diretor.

2- Casas dos funcionários	Morada dos funcionários da instituição.
3- Administração	Prédio destinado ao serviço burocrático
4- Almojarifado	Local de estoque dos mantimentos.
5- Refeitório	Local onde se faziam as refeições dos pacientes e funcionários.
6- Parlatório	Prédio destinado ao encontro do paciente e seus familiares
7- Cadeia	Prédio destinado ao aprisionamento dos pacientes que assumissem condutas inapropriadas ou subversivas.
8- Capela	Prédio destinado aos cultos religiosos e cerimoniais dentro da colônia.
9- Bloco de Ambulatórios	Conjunto de dois pavilhões que serviam de atendimento médico aos pacientes internos e externos
10- Pavilhão das Mulheres	Prédio destinado aos pacientes do sexo feminino.
11- Casa dos Pacientes Casados	Prédio destinado aos casais de pacientes que se uniram em matrimônio dentro ou fora da instituição.
12- Pavilhão dos Homens	Prédio destinado aos pacientes do sexo masculino
13- Cemitério	Local onde se retiravam os mortos
14- Lavanderia	Prédio destinado à limpeza dos trajes dos pacientes
15- Pavilhão Esperança	Prédio composto de sala de esporte, barbearia, sala de cinema e biblioteca.
16- Praça	Local destinado a sociabilidade dos pacientes.
17- Aviário	Local onde os pacientes podiam cuidar de aves.
18- Forno de Lixo	Forno utilizado para queimar objetos não utilizáveis.

Tabela 1: Prédios e locais do complexo Colônia Getúlio Vargas. Fonte: IPHAEP. Documento processo número 0042/13.

De acordo com a formação espacial da colônia, percebe-se que ali se formou uma “minicidade” ou vila, que comportava um número regular de pacientes internos e funcionários. Cada local ou prédio tinha uma função específica de acordo com a logística que se quisesse ter na colônia. A colônia foi construída de modo que ela “tomasse” o tempo dos que ali viviam, e de acordo com essa idéia, Goffman (1974, p. 16) afirma que “toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de ‘fechamento’”.

Todo edifício, espaço ou fração do terreno foi organizado para atender as necessidades cotidianas dos pacientes e funcionários. Os espaços foram destinados ao convívio humano, contudo, a lógica espacial foi constituída de maneira a distribuir seus moradores em esferas distintas dentro da colônia:

As edificações da área administrativa, como a Administração da Colônia e almoxarifado, por exemplo, e as residências dos funcionários e do Diretor do complexo ficam num setor separado da área que era destinada à circulação dos pacientes. [...] nenhum paciente tinha autorização para transitar pela área administrativa. O limite que separa esta área, presente até os dias de hoje, é um muro. (OLIVEIRA, 2008, p. 78)

Fica evidente, que havia uma segmentação específica dentro da colônia, as leis ou diretrizes²⁸¹ da instituição constituíam que um muro separava os dois lados dessa “cidade”. Os prédios que não desapareceram em decorrência de desabamento ou demolição sofreram os efeitos do tempo e estão em sua maioria muito deteriorados.

Outro aspecto visível dos prédios da colônia é relativo ao método de aprisionamento, que é observável através das grades presentes nas portas ou janelas, principalmente nos pavilhões destinados à habitação dos pacientes. Estas barras são feitas geralmente de ferro, que estão dispostas sobre as janelas feitas normalmente de ferro ou madeira:



Figura 4: Janela da Cadeia, Colônia Getúlio Vargas, Bairro Mário Andreazza, Bayeux/PB. Fonte: Arquivo pessoal. (Foto: Emanuel Calixto, 25/10/2017).

²⁸¹ Na documentação do IPHAEP ou nos arquivos do próprio hospital, não foi encontrado nenhum tipo de documento específico referente às diretrizes ou normas específicas do Hospital Colônia Getúlio Vargas.

O mesmo também ocorre nas portas e janelas do prédio da administração, tanto no térreo do prédio, como no pavimento superior:



Figura 5: Prédio da Administração, Colônia Getúlio Vargas, Bairro Mário Andreazza, Bayeux/PB. Fonte: Arquivo pessoal. (Foto: Emanuel Calixto, 25/10/2017).

A maior parte das construções da colônia foi erguida sob aspecto “singelo”, termo este, encontrado na documentação do IPHAEP, quando é discutido o tipo arquitetônico dos prédios, que foram construídos no estilo Art Decó, que faz referências à grande parte das construções da época. A construção teve início no ano de 1938, tendo sido promovida a derrubada de muitas árvores para que pudessem ser levantados os prédios do hospital num local de difícil acesso.

A presença de uma Capela, Cemitério ou Cadeia, expõe o caráter “doméstico” da instituição. Para Goffman (1987, p. 24) as “instituições totais”, criam um ambiente de tipo específico, que gera uma tensão entre o mundo “doméstico” e o “institucional”, que atua como uma forma de controle dos indivíduos. O próprio muro que separa o ambiente dos internos do ambiente dos funcionários se refere ao que o autor trata como “ruptura inicial”, que é a fase onde a instituição vai controlar o fluxo de visitas dos internos e a separação continua destas com o mundo fora da instituição, e neste caso, o prédio do Parlatório servia como ambiente de diálogo entre as duas realidades, a institucional e o meio comum livre.

Apesar do contato entre estas duas realidades, a comunicação entre os visitantes e os internos era limitado. Caso alguém quisesse visitar algum paciente, o diálogo no prédio do

Parlatório era vigiado e os indivíduos ficavam separados por um vidro, sendo possível apenas o contato visual e por interlocução.

Atualmente, alguns dos prédios ou locais específicos da colônia já não existem mais. Os exemplos são a Praça, Pavilhão Esperança e a lavanderia. A praça da colônia representava um espaço de sociabilidade dentro da instituição, destinado ao convívio comum dos internos. De acordo com o relatório do IPHAEP, a praça era “redonda, composta por um coreto, quatro bancos, um chafariz e um busto de bronze de Getúlio Vargas”²⁸², busto esse, que com a destruição da praça, foi transferido para a passarela que liga os ambulatórios da colônia:



Figura 6: Busto de Getúlio Vargas, Colônia Getúlio Vargas, Bairro Mário Andreazza, Bayeux/PB. Fonte: Arquivo pessoal. (Foto: Emanuel Calixto, 25/10/2017).

Outro importante local de sociabilidade era a Capela Nossa Senhora das Graças que era destinada as práticas religiosas e de matrimônio:

²⁸² IPHAEP. Proc. nº 0042/13. Fl. 367.



Figura 7: Fachada frontal da Capela Nossa Senhora das Graças, Colônia Getúlio Vargas, Bairro Mário Andreazza, Bayeux/PB. Fonte: Arquivo pessoal. (Foto: Emanuel Calixto, 25/10/2017).

Outro prédio de destaque foi o Pavilhão Esperança, que além de abrigar a biblioteca, escola, cinema e salão de jogos, era também o local correspondente a Prefeitura da colônia, que era destinada a receber reclamações e atender solicitações dos pacientes, já que o prefeito era escolhido dentre os próprios internos e ficava sob sua responsabilidade a negociação de demandas junto à administração da colônia.

A colônia também dispunha em sua composição física de um cemitério, que recebeu o nome de São Lázaro, destinado ao sepultamento dos leprosos que faleciam na colônia. É um grande terreno murado que fica dentro do complexo, porém, a certa distância das áreas comuns da destinada aos internos.

Estes locais e edificações foram os principais componentes estruturais da colônia, que ainda dispunha de um forno de lixo, que servia para queimar roupas ou objetos já não mais utilizáveis pelos internos. Existiam também os pavilhões, destinados ao repousados internos, sendo divididos por gênero. A colônia, na parte destinada aos funcionários, além do prédio da Administração, possuía um conjunto de casas para os funcionários e de uma casa única para o diretor médico.

Parte da estrutura física da Colônia Getúlio Vargas continua de pé, porém, com agravantes verificados em alguns dos edifícios, que não receberam a devida manutenção e alguns deste já foram demolidos ou desmoronaram com a ação do tempo.

3.3.2: *O cotidiano da colônia: Os aspectos culturais e a relação entre o espaço físico e os leprosos no Hospital Colônia Getúlio Vargas.*

É a introdução dos mecanismos disciplinares no espaço confuso do hospital que vai possibilitar sua medicalização. Tudo o que foi dito até agora pode explicar porque o hospital se disciplina. As razões econômicas, o preço atribuído ao indivíduo, o desejo de evitar que as epidemias se propaguem explicam o esquadramento disciplinar a que estão submetidos os hospitais. [...] É preciso que o espaço em que está situado o hospital esteja ajustado ao esquadramento sanitário da cidade. É no interior da medicina do espaço que deve ser calculada a localização do hospital. (FOUCAULT, 2000, p. 62)

Neste trecho da obra *Microfísica do poder* (2000), Michel Foucault faz referência ao ambiente do hospital enquanto elemento singular da sociedade e sobre como a disciplina tem uma relação íntima com a estrutura do hospital, uma vez que este é um ambiente de práticas curativas. Mas, e quando o hospital não tem a capacidade de curar o indivíduo doente? Foucault afirma que o hospital antes do século XVIII não era uma instituição com fins curativos, mas que, a partir do fim deste século, há um processo de normatização do hospital no mundo ocidental, que o transformaria no modelo tal qual conhecemos hoje, que tem o propósito de curar o corpo doente ou pelo menos atuar de forma terapêutica sobre este, de modo a investigar a doença com o objetivo encontrar uma cura ou métodos efetivos contra a enfermidade.

O HCGV quando foi inaugurado em 1941, tinha a função de conter os indivíduos leprosos em suas dependências, de forma a assegurar que a doença não fosse propagada e causasse pânico social em razão do estigma e medo que causava. Com o advento da instituição, efetuou-se um clima de “tranquilidade” por parte das autoridades médicas e da população, já que, agora o estado da Paraíba dispunha de um local específico para conter de forma compulsória os indivíduos que carregavam o Mal de Hansen.

A criação desse hospital colônia, no formato de uma “mini-cidade”, como descrito anteriormente, produziu também um ambiente de sociabilidades que com o passar dos anos, registrou a entrada de um número regular de pacientes.²⁸³ Como a instituição, era formada não só de muros ou prédios, mas também de pessoas, há de se pensar nas configurações e relações humanas concebidas na relação direta ou indireta com a instituição.

²⁸³ De acordo com o relatório do IPHAEP, a partir da data de inauguração, 12 de julho, até os anos 2000, foram dadas a entrada de 407 pacientes no Hospital Colônia Getúlio Vargas. IPHAEP, Proc. n° 0042/13. Fl. 166.

A estrutura física da colônia existe até hoje, mesmo que de forma precária, pois a ação do tempo e a falta de zelo foram implacáveis. A permanência da colônia atesta que ali existiram histórias, situações e sentimentos que talvez jamais possam ser rememorados ou contados, em razão da perda documental e humana, das diversas vidas e histórias singulares que passaram pela Colônia Getúlio Vargas.

O primeiro interno da colônia foi recebido no dia da inauguração, em 12 de julho de 1941. Pedro²⁸⁴ era natural do município de Campina Grande, mas residia na cidade de Itabaiana-PB e trabalhava na zona rural como agricultor (Anexo A)²⁸⁵. Era um rapaz solteiro, de “pele morena” e que tinha apenas 26 anos de idade. De acordo com o caderno de registros do HCGV, só naquele mês de julho, mais outros nove internos iriam dar entrada na colônia. Dentre os pacientes que deram entrada naquele mês, havia um militar, uma doméstica, um comerciante, um maquinista, um pedreiro, um funileiro, um sapateiro e um alfaiate, vindos de diversas localidades do estado. Todas as fichas foram assinadas pelo diretor da colônia, o médico Edson de Almeida.

O acesso a colônia era bastante restrito e mesmo com as dificuldades normativas para se transitar nas imediações do complexo, o estigma da doença fazia com que o local representasse a ameaça do contágio. De acordo com Olivera (2008, p. 6) desde os primeiros anos de sua fundação, o hospital foi aludido como “local de leproso, lobisomen ou papa-figo” que eram adjetivos muitas vezes utilizados para amedrontar crianças.

Além dos estigmas e das histórias inventadas pela população, existia naquele lugar uma sistematização em seu cotidiano. Todo prédio ou indivíduo tinha uma função específica, mesmo que a “função” do paciente fosse apenas ser contigo. O HCGV foi projetado para receber os leprosos e fazer com que estes pudessem exercer atividades específicas, com a intenção de não criar um clima de desânimo para os internos. A colônia possibilitava ao enfermo o exercício de algumas ocupações ou profissões para os que estivessem aptos ao trabalho:

Os internos praticavam diversas atividades profissionais para ajudar na manutenção e preencher o tempo ocioso. De acordo com a capacidade e o grau da doença eram distribuídos entre agricultura, a pecuária, oficina e jardinagem; como também os próprios internos que trabalhavam como alfaiate, barbeiro, enfermeiro, lavadeira, arrumadeira, etc. Na agricultura plantavam, principalmente: macaxeira, banana,

²⁸⁴ Anteriormente já havia explicado que daria nome fictício aos pacientes com ficha catalogada no caderno de registros de entrada do hospital.

²⁸⁵ Na ficha do paciente, optei por não revelar o seu nome nem a sua filiação parental, deixando apenas as informações características do indivíduo e de sua condição.

laranja lima e maracujá. Aproveitavam as frutas das árvores já existentes na colônia, como cocos, jambo, manga, caju, etc. (OLIVEIRA, 2008, p. 29)

Havia fartura na colônia, já que os gêneros alimentícios produzidos pelos internos não podiam ser vendidos ou distribuídos. Além do consumo proveniente da agricultura, a pecuária também era utilizada na colônia. Na colônia existiam vacas que davam leite e um aviário onde eram criadas aves para o abate. O ambiente era propício para realização destas atividades ligadas a agricultura e pecuária.

O cotidiano dos leprosos também era preenchido pelas aulas na escola Humberto Nóbrega, que tinha sede dentro do Pavilhão Esperança. Segundo Oliveira (2008, p. 25), todo material escolar utilizado dentro da colônia não podia ser emprestado ou enviado para fora da colônia, como qualquer outro objeto do uso dos pacientes. As aulas eram ministradas pelos próprios internos, onde “os mais adiantados nos estudos ensinavam os mais atrasados”. O ensino dentro da colônia era utilizado também como método de controle do tempo dos internos. Foucault (2000, p. 64) ressalta que o ensino coletivo dos indivíduos dentro de uma organização espacial planejada é também uma tática disciplinar dos corpos individuais, pois a inserção dos indivíduos em conformidade dentro do ambiente instrutivo fomenta a ideia de uma coletividade organizada segundo uma ordem específica.

De acordo com Gabriela Possoli (2004, p. 6) a disciplina enquanto poder, assume uma espécie de “autoregulação onde os indivíduos são submetidos a uma moral disciplinar que lhes impõe padrões de comportamento e postura, até mesmo modelos de pensamento.” E sob a perspectiva do HCGV como sendo uma “instituição total”, como elaborado por Erving Goffman (1987) há diferentes tipos de relações estruturais dentro do estabelecimento disciplinar. A própria prática disciplinar como descrita por Foucault (2014, p. 165) é executada por meio de Táticas, que estão codificadas na produção de atividades específicas dentro de uma instituição e onde a “arte de construir”, derivada da tática, é sem dúvida “a forma mais elevada da prática disciplinar”.

A partir de 1941, a colônia Getúlio Vargas começa a receber seus primeiros pacientes, que foram confinados dentro de um espaço hospitalar, travestido por um ambiente “doméstico”. Quando o indivíduo era retirado de seu espaço comum e familiar, sua posição como cidadão ou pessoa era transfigurada. Todo o processo pessoal e singular do indivíduo é modificado e sua trajetória como sujeito sofre modificações. Stuart Hall (2006, p. 46) afirma que o sujeito na pós-modernidade passa por diversas transformações e sofre fragmentações no

processo de construção de sua identidade. O homem comum, quando retirado compulsoriamente de sua casa e enviado para o hospital, sofre uma modificação. Sua identidade enquanto indivíduo sofre alterações aparentes ou não. Este homem ou mulher, passa da posição de criatura detentora de vontades e liberdades individuais, à posição de paciente, doente e leproso. Os sujeitos são metamorfoseados no ambiente da colônia/hospital.

Apesar da estrutura do hospital, que aplica uma série de normas e regras que tendem a manter o indivíduo sob um processo contínuo de mudanças em seu aspecto singular e individual, há momentos no cotidiano dos sujeitos onde há uma espécie de burla perante o sistema normativo imposto pela instituição. Michel de Certeau (1998, p. 41) afirma que há “maneiras de fazer” do sujeito ordinário, comum, que “joga” um jogo contra os métodos disciplinares das instituições, constituindo práticas “pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural”. Estas burlas são táticas utilizadas pelos sujeitos na estrutura da instituição.²⁸⁶

Ariosvaldo de Oliveira (2008, p. 31) afirma que a cadeia da colônia era utilizada como instrumento punitivo para os internos transgressores, que burlavam as normas da instituição. Em alguns casos, estes indivíduos fugiam da colônia para ir “beber nas redondezas” ou fugir do confinamento da instituição. Segundo o autor, uma das táticas era a colocação de troncos de madeira ou pedras por debaixo dos lençóis, como artifício para enganar a vigilância da colônia. Lembrando que a função de delegado da prisão era exercida por um interno, que era escolhido dentre os demais. Na verdade, diversas funções que demandavam contato direto com os pacientes eram exercidas pelos próprios pacientes, inclusive a atividade de enfermeiro, pois alguns dos internos eram treinados para praticar funções básicas do trato médico:

Os enfermeiros, barbeiros, lavadeiras e arrumadeiras; aprendiam a profissão na própria colônia com os internos mais antigos. Quando algum destes falecia ou deixava a colônia, outro já estava pronto para substituí-lo. (OLIVEIRA, 2008, p. 30)

Outro aspecto que merece ser discutido acerca do cotidiano institucional da colônia é relativo às festividades e comemorações. Geralmente os festejos eram comemorados no Natal ou no período do São João, porém, outro momento de grande festa era realizado nas situações de matrimônio que ocorriam dentro da colônia, entre os próprios internos, pois o casamento era permissivo. Na Capela de Nossa Senhora das Graças, onde aconteciam as missas aos

²⁸⁶ Michel de Certeau concebe em *A Invenção do Cotidiano*, que estas práticas do cotidiano são permeadas por criações dos indivíduos. Para Certeau, as táticas seriam a arte de burlar, de escapar e de inventar outra ordem, através de táticas e astúcias cotidianas. A ênfase aqui é numa rede de antidisciplina.

domingos, eram realizadas as cerimônias matrimoniais. Era nesse ambiente de celebração, que havia uma ruptura institucional entre os funcionários e os internos da colônia, pois de acordo com Fernanda Proença (2005, p. 113) “as festas institucionalizadas não representam somente distração para os doentes, mas também um espaço para praticar o envolvimento mútuo”. A realização das festividades dentro da instituição total rompe de forma tênue, a barreira que separa a equipe dirigente e o corpo interno. (GOFFMAN, 1987, p. 84)

Com a instituição do matrimônio entre os internos, na hipótese dessa união gerar uma criança, logo após o parto²⁸⁷, o bebê seria destinado ao preventório Eunice Weaver, próximo da colônia e as visitas entre os pais e seus filhos seriam realizados no prédio do parlatório.

Mesmo com as regras e normas que regiam o Hospital Colônia Getúlio Vargas e as práticas disciplinares que envolviam todo o tecido institucional, havia comportamentos e práticas que podiam escapar aos “olhos vigilantes” da instituição. Durante o ano de 1941, cerca de 50 pacientes foram internados na colônia de forma compulsória. Muitos foram transferidos para outras colônias, à exemplo da Colônia de Mirueiras no estado do Pernambuco, e muitos outros internos permaneceram na instituição por toda sua vida ou quase isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Hospital Colônia Getúlio Vargas, desde sua idealização até a sua efetivação, foi pensado como uma instituição capaz de assegurar a contenção compulsória dos leprosos que estavam espalhados pelas diversas regiões do estado da Paraíba, possibilitando ao estado, a representação de protetor e benévolo, enquanto ator principal (ou coadjuvante) na empreitada que foi a construção da instituição inaugurada em 1941.

Diversos personagens foram essenciais para a realização deste empreendimento, que foi sustentado sob o discurso da seguridade social em benefício dos “indivíduos sadios” e da vitalidade social da Paraíba nas décadas onde foram realizadas as discussões e debates acerca da necessidade de um leprosário neste estado. Apesar das divergências e dificuldades que num período de quase doze anos fomentou opiniões e posicionamentos diversos sobre “onde e

²⁸⁷ Não há uma referência específica sobre o procedimento de partos realizados dentro da colônia Getúlio Vargas, sendo apenas descrito que os recém-nascidos eram enviados ao preventório Eunice Weaver após o nascimento. Aqui, suponho que estes partos eram realizados dentro da colônia, já que o próprio complexo dispunha de profissionais de saúde e ambulatorios médicos.

como construir o leprosário da Parahyba”, depois de todos os trâmites legais e disposições das autoridades, o Hospital/Colônia foi fundado numa região localizada na mata atlântica no povoado de Barreiras, pertencente à época ao município de Santa Rita.

A discussão e as decisões tomadas desde a idealização até a efetuação do projeto de construção do hospital foram veiculadas no jornal oficial do estado da Paraíba, o *A União*. A pesquisa que deu “vida” ao presente trabalho foi fundamentalmente realizada através das matérias garimpadas entre os anos 1929 a 1941, por meio de edições diárias do jornal, notícias e matérias que tivessem relação com a construção do leprosário da Paraíba.

Neste período abordado na pesquisa, as autoridades médicas do estado representadas principalmente pelos médicos associados à *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*, pretendiam criar um aparelhamento anti-leproso no estado, buscando técnicas e dispositivos capazes de assegurar uma segurança sanitária no estado. Um dos dispositivos necessários para o aparelhamento foi a construção do preventório Eunice Weaver, que desde o ano de 1936 foi fomentado através da senhora Eunice Weaver e da *Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra* neste estado. Com a promoção de bailes, reuniões e campanhas, como a *Campanha da Solidariedade*, foi possível através das arrecadações e da ajuda recebida pelo governo do estado, realizar a construção do preventório, na mesma propriedade onde foi construído o Hospital Colônia Getúlio Vargas, realizando o desejo de tantos indivíduos da elite ou fora desta, que vislumbravam neste empreendimento a resolução dos problemas relacionados à lepra.

Esta dissertação foi baseada na apreensão dos diversos discursos sobre a criação do leprosário, que foram majoritariamente dispostos no jornal *A União*, porém, há uma lacuna que talvez jamais seja preenchida acerca das discussões que poderiam ter sido fomentadas no presente trabalho. O autor de *Colônia Getúlio Vargas: Centro de referência no tratamento de Hanseníase*, afirmou que durante a pesquisa documental para construção da sua obra, houve um grave impedimento para a composição do texto, que era a falta de documentação sobre a colônia. Segundo sua fala, ele aponta que o descaso das autoridades públicas responsáveis pela documentação institucional e as muitas mudanças de gestores do hospital, fizeram com que grande parte dos arquivos fosse perdida.

O Hospital Colônia Getúlio Vargas tem uma história plena de resquícios das vidas de pessoas deixados na forma de suas memórias, daqueles que mesmo na condição de ex-internos, edificaram suas residências em áreas próximas ao Hospital Colônia e ali permanecem até os dias atuais.

Acredito que uma pesquisa mais elaborada possa ser realizada através dos relatos dos que ali viveram, dos que ainda permanecem vivos e que trazem as marcas da história da instituição, mas essa tarefa está reservada à pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

FONTES

a) Jornais

a.a) *A União*

A União, Paraíba, "Construção de um Leprosario", 31 de agosto de 1930.

A União, Paraíba, "A localização do hospital de isolamento – O parecer da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba", 22 de outubro de 1929.

A União, Paraíba, "O futuro hospital de isolamento", 04 de agosto de 1929.

A União, Paraíba, "Suspensão de serviços publicos", 25 de abril de 1930.

A União, Paraíba, "Hospital-Colônia para leproso 'Santa Cruz da Boa Vista'", 04 de novembro de 1930.

A União, Paraíba, "As visitas do sr. interventor - As Obras do Hospital de Isolamento - Providências do governo", 30 de novembro de 1930.

A União, Paraíba, "Combate a Lepra", 28 de novembro de 1930.

A União, Paraíba, "A localização do leprosario", 03 de dezembro de 1930.

A União, Paraíba, "A localização do leprosario", 04 de dezembro de 1930.

A União, Paraíba, "Sobre a Fundação de um Leprosario em João Pessoa", 10 de fevereiro de 1931.

A União, Paraíba, "O problema da Lepra na Parahyba", 15 de março de 1936.

A União, Paraíba, "Creação do Leprosario na Parahyba", 10 de janeiro de 1936.

A União, Paraíba, "Sobre a localização do futuro hospital de isolamento", 01 de novembro de 1931.

A União, Paraíba, "O futuro leprosario da Parahyba", 15 de outubro de 1931.

A União, Paraíba, "Defesa contra a Lepra", 11 de dezembro de 1932.

A União, Paraíba, "O combate a' Lepra", 22 de fevereiro de 1933.

A União, Paraíba, "Directoria Geral de Saúde Publica", 14 de março de 1933.

A União, Paraíba, "Conferencia para a uniformização da Campanha Contra a Lepra promovida pela Federação das Sociedades de Assistência aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra", 22 de outubro de 1933.

A União, Paraíba, "Hospital Colonia para Leprosos", 22 de novembro de 1933.

A União, Paraíba, "A construção de um leprosario em João Pessoa", 29 de novembro de 1933.

A União, Paraíba, "Pela construção de um Leprosario", 23 de janeiro de 1934.

A União, Paraíba, "A Paraíba, os seus problemas, as suas atividades", 28 de janeiro de 1934.

A União, Paraíba, "A Sociedade de Assitencia ao Lazaro e Defesa Contra a Lepra", 02 de fevereiro de 1934.

A União, Paraíba, "Leprosario", 22 de fevereiro de 1934.

A União, Paraíba, "A Sociedade de Assitencia ao Lazaro e Defesa Contra a Lepra", 10 de março de 1934.

A União, Paraíba, "A Sociedade de Assitencia ao Lazaro e Defesa Contra a Lepra", 14 de março de 1934.

A União, Paraíba, "O chá elegante, em beneficio do leprosario", 01 de abril de 1934.

A União, Paraíba, "O chá dançante da A. P. P. P. F. em beneficio do leprosario", 05 de abril de 1934.

A União, Paraíba, "Em beneficio do leprosario", 10 de abril de 1934.

A União, Paraíba, "A criação de um serviço de lepra na parahyba", 15 de novembro de 1935.

A União, Paraíba, "Consultorio medico do dr. Edison de Almeida", 29 de março de 1934.

A União, Paraíba, "A brilhante palestra do dr. Edson de Almeida", 07 de outubro de 1934.

A União, Paraíba, "Rotary Club de João Pessoa", 17 de novembro de 1935.

A União, Paraíba, "Em torno de um projecto", 19 de novembro de 1935.

A União, Paraíba, "Assembléa Legislativa", 19 de dezembro de 1935.

A União, Paraíba, "Rotary Club de João Pessoa", 22 de dezembro de 1935.

A União, Paraíba, "Uma subvenção federal á Sociedade de Assistencia aos Lazaros de João Pessôa", 25 de dezembro de 1935.

A União, Paraíba, "O amparo do Govêrno do Estado á Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra", 11 de fevereiro de 1936.

A União, Paraíba, "A construcção do leprosário", 29 de fevereiro de 1936.

A União, Paraíba, "Os grandes interesses do estado", 03 de março de 1936.

A União, Paraíba, "A construcção da colonia de leprosos", 05 de março de 1936.

A União, Paraíba, "Associação dos Lazaros e Defesa Contra a Lepra", 16 de julho de 1936.

A União, Paraíba, "Associação dos Lazaros e Defesa Contra a Lepra", 18 de julho de 1936.

A União, Paraíba, "Associação dos Lazaros e Defesa Contra a Lepra", 23 de julho de 1936.

A União, Paraíba, "A visita dos drs. Barros Barreto e Bonifacio Costa a cidade de João Pessôa", 25 de julho de 1936.

A União, Paraíba, “O prosseguimento das obras do leprosário deste estado”, 25 de fevereiro de 1937.

A União, Paraíba, “Inaugurados os pavilhões carville, no leprosário”, 26 de janeiro de 1938.

A União, Paraíba, “A Campanha da Solidariedade”, 14 de março de 1936.

A União, Paraíba, “Plenamente victoriosa a campanha da solidariedade”, 19 de março de 1936.

A União, Paraíba, “Continua empolgando o espírito a campanha da Solidariedade”, 20 de março de 1936.

A União, Paraíba, “Atinge plenamente seus objectivos a campanha da solidariedade”, 21 de março de 1936.

A União, Paraíba, “Rotary Club de João Pessoa” 22 de março de 1936.

A União, Paraíba, “Encerrada brilhantemente a campanha da solidariedade”, 24 de março de 1936.

A União, Paraíba, “O encerramento da campanha da solidariedade”, 25 de março de 1936.

A União, Paraíba, “Associação dos Lazaros e Defesa Contra a Lepra” 11 de agosto de 1937.

A União, Paraíba, “Em prol do filho do lazaros” 20 de agosto de 1937.

A União, Paraíba, “Na Parahyba a Sra. Eunice Weaver”, 02 de outubro de 1937.

A União, Paraíba, “As obras públicas no governo argemiro de figueirêdo”, 25 de janeiro de 1939.

A União, Paraíba, “Conferência de assistência social aos leprosos”, 04 de novembro de 1939.

A União, Paraíba, “os problemas de saúde no atual governo”, 30 de julho de 1940.

A União, Paraíba, “A Paraíba é uma verdadeira revelação”, 13 de outubro de 1940.

A União, Paraíba, “Realizações e propósitos do interventor Ruy Carneiro”, 05 de janeiro de 1941.

A União, Paraíba, “A regorganização dos serviços de saúde publica do estado”, 08 de janeiro de 1941.

A União, Paraíba, “O leprosário do rio do meio”, 12 de janeiro de 1941.

A União, Paraíba, “Leprosário do rio do meio. A sua próxima inauguração hospitalar”, 26 de janeiro de 1941.

A União, Paraíba, “Mais de três mil contos em construções”, 06 de abril de 1941.

A União, Paraíba, “Vai ser inaugurado o leprosario do rio do meio”, 29 de junho de 1941.

A União, Paraíba, “Assistencia médico-social aos hansenianos”, 02 de julho de 1941.

A União, Paraíba, “Asílo-colônia getúlio vargas”, 13 de julho de 1941.

A União, Paraíba, “Assistencia aos lazaros na Paraíba”, 16 de julho de 1941.

A União, Paraíba, “A lepra”, 25 de maio de 1938.

A União, Paraíba, “Para abrigar os filhos dos lázaros”, 22 de julho de 1939.

A União, Paraíba, “Quasi concluidas as obras de revestimento da parte principal do preventório Eunice Weaver”, 04 de junho de 1939.

A União, Paraíba, “Saldcl”, 05 de julho de 1941.

A União, Paraíba, “Sorvête-dansante pró-instalação do preventório eunice weaver”, 10 de julho de 1941.

A União, Paraíba, “A defêsa contra a lepra na Paraíba”, 05 de agosto de 1941.

A União, Paraíba, “A inauguração, domingo, do preventório eunice weaver”, 08 de agosto de 1941.

A União, Paraíba, “Preventório Eunice Weaver”, 10 de agosto de 1941.

A União, Paraíba, “Inauguração ante-ontem do preventorio Eunice Weaver”, 12 de agosto de 1941.

a.b) A Imprensa

A Imprensa, Paraíba, “Saude Publica”, 12 de março de 1933.

A Imprensa, Paraíba, “Saude Publica”, 14 de março de 1933.

b) Relatórios, documentos oficiais, discursos, falas, exposições

João Pessoa. Relatório intitulado "*Sugestões para a criação do serviço de lepra na Parahyba*", apresentado ao exmo. sr. dr. Argemiro de Figueirêdo, governador do Estado da Paraíba, pelo dr. Edson de Almeida, por ocasião da viagem em missão especial da "Sociedade de Assistência aos Lazáros e Defesa contra a Lepra" ao sul do país. Paraíba, setembro de 1935.

IPHAEP-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba / Secretaria de Estado da Cultura - Governo da Paraíba / Documento de estudo levantado para o Tombamento do Hospital Colônia Getúlio Vargas, processo número 0042/13.

Manual de Leprologia. Ministério da Saúde: Departamento Nacional de Saúde Serviço Nacional de Lepra. Rio de Janeiro – Brasil. 1960.

Guia Prático sobre a Hanseníase. Ministério da Saúde: Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância e Doenças Transmissíveis. Brasília. 2017.

c) Acervos

Arquivo da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Esperança - PB

Arquivo documental do Espaço Cultural José Lins do Rego de João Pessoa – PB

IPHAEP-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba / Secretaria de Estado da Cultura - Governo da Paraíba

Endereços Eletrônicos

Presidência da República. Lei 9010/95 | Lei nº 9.010, de 29 de Março de 1995. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/127430/lei-9010-95>

Guia Prático sobre a Hanseníase. Ministério da Saúde: Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância e Doenças Transmissíveis. Brasília. 2017. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/novembro/22/Guia-Pratico-de-Hanseníase-WEB.pdf>

Sobre o Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, ver o decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16300.htm.

Sobre a história de Oscar Oliveira de Castro <http://www.aplpb.com.br/academia/academicos/cadeiras-01-a-10/137-oscar-de-castro>

KRILOW, Leticia Sabina Wermeier. **A Crise de 1929 e seus reflexos no Brasil: a repercussão do crack na Bolsa de Nova York na imprensa brasileira.** Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/a-crise-de-1929-e-seus-reflexos-no-brasil-a-repercussao-do-crack-na-bolsa-de-nova-york-na-imprensa-brasileira/at_download/file

LIMA SOUZA, Anne Gabrielle. **O encantamento, desencantamento e pertença. o bairro de tambaú pela sua heterogeneidade de atores sociais.** Memória e História. V Encontro nordestino de História. V Encontro estadual de História. 2004. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/10-hist-cidade/Artigo%20de%20Anne%20Lima.pdf>

TOLEDO JR. Antônio C. de Castro. **História da Varíola.** História da Medicina. 2005. <http://rmmg.org/artigo/detalhes/1461>

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

a) Dissertação

CUNHA, Vivian da Silva. O isolamento compulsório em questão. In: **Políticas de Combate a Lepra no Brasil (1920-1941).** Fundação Oswaldo Cruz. 2005.

CURI, Luciano Marcos. **"Defender os sãos e consolar os lázaros": lepra e isolamento no Brasil 1935-1976.** Dissertação (Mestrado em História) - DHI, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

ESTEVEES, Martha. **Em nome da moral e dos bons costumes; os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1987.

MELO, José Reinolds Cardoso de. **Arcabouço legal e institucional e a situação de proteção ambiental dos mananciais: o caso do rio Marés na Paraíba** / José Reinolds Cardoso de Melo.-- João Pessoa, 2013.

MOREIRA, Raphaela Cristhina Claudino. **A questão do gabarito na orla marítima de João Pessoa (bairro de Manaíra, Tambaú e do Cabo Branco)**. - João Pessoa, 2006

OLIVEIRA, Juliana Barros de. O espaço de Jaguaribe no trânsito das memórias: mudanças e permanências. In: **O Bairro de Jaguaribe na memória dos seus moradores idosos**. João Pessoa: Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, 2012.

SANTOS, Leonardo Querino Barboza Freira dos. **Entre a ciência e a saúde pública: a construção do médico paraibano como reformador social (1911-1929)**. - Campina Grande, 2015.

SANTOS, V. S. M. dos. **Entidades filantrópicas & políticas públicas no xombate a lepra: Ministério Gustavo Capanema (1934-1945)**. Rio de Janeiro. 2006.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. 2007. Dissertação de Mestrado. CCHLA - UFPB

SILVA, Jean Patrício da. **A construção de uma nova ordem: análise da interventoria de Rui Carneiro no estado da Paraíba (1940-1945)** / Jean Patrício da Silva.- João Pessoa, 2013.

SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. **Autoritarismo, repressão e propaganda: a Paraíba no governo Argemiro de Figueiredo (1937-1940)**. - João Pessoa, 2017.

SOARES JR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)**. João Pessoa: Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, 2011.

SOUSA NETO, Bento Correia de. **Governo Interventorial e relações de poder na Paraíba pós-1930: a administração de Gratuliano Brito (1932-1934)**. – João Pessoa, 2016.

SOUZA, Leticia Alves Pumar de. **Sentidos de um “país tropical”: a lepra e a chaulmoogra brasileira**. Rio de Janeiro. Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. 2009.

PROENÇA, Fernanda Barrionuevo. **Os escolhidos de São Francisco: aliança entre estado e igreja para a profilaxia da lepra na criação e no cotidiano do Hospital Colônia Itapuã – (1930-1940)**. Porto Alegre. 2005.

OBRAS DE REFERÊNCIA

AIRES, José Luciano de Queiroz. A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945) – Campina Grande, EDUFCG, 2013.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Tradução: Priscila Viana de Siqueira. – [Ed. Especial]. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

CABRAL, Dilma. A lepra e os novos referenciais da medicina brasileira no final do século XIX. O laboratório bacteriológico do hospital dos lázaros. In: **Uma história brasileira das doenças, v.2** / Dilene Raimundo do Nascimento, Diana Maul de Carvalho, Rita de Cássia Marques (orgs.) ; autores Anna Beatriz de Sá Almeida... [et al.]. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

CARRARA, Sérgio. **Tributo a Vênus. A luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2006.

CARVALHO, Keila Auxiliadora. Quando o Isolamento transforma-se em problema social: A reestruturação do sistema de profilaxia da lepra. In: **Uma história brasileira das doenças: volume 4** / Organização Sebastião Pimentel Franco, Dilene Raimundo do Nascimento, Ethel Leonor Noia Maciel. - 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

_____. Exclusão e Acolhimento: a vida no leprosário sob a perspectiva de quem esteve lá. In: **Hanseníase: a voz dos que sofreram o isolamento compulsório** / Dilene Raimundo do Nascimento & Vera Regina Beltrão Marques (orgs). - Curitiba: Ed. UFPR, 2011. 301 p.: 20 cm. - (Série pesquisa; n. 189). Vários autores

CASTRO, Manuela. **A praga** / Manuela Castro. - São Paulo: Geração Editorial, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro. 1998.

CURI, Luciano Marcos. **O corpo e a doença na História: confluências sobre a lepra**, Revista Alpha, ano 9, n. 9, p. 82-99, nov. 2008.

D'AVILA, Jerry. **Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil - 1917-1945** / Jerry D'avila; tradução Claudia Sant'Ana Martins. - São Paulo: Editora UNESP, 2006. 400p.: il.

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Microfísica do poder**. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GOMES, Angela de Castro. "História, Ciência e Historiadores na Primeira República". In: **Ciência, civilização e república nos trópicos** - Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

GURGEL, Cristina. **Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos**. - São Paulo: Contexto, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2000.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: perspectiva, 1987.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro - 11. ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOCHMAN, Gilberto; FONCESA, Cristina M. O. A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo. In GOMES, Ângela de Castro. (Org.). **Capanema: O Ministro e seu Ministério**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2º ed. Campinas, SP: Ed. Papirus, 1986.

LIMA, Zilda Maria Menezes. "Irmãs de sina": lembranças do Preventório Eunice Weaver em Maranguape-Ce (1940-1970). In: In: **Hanseníase: a voz dos que sofreram o isolamento compulsório** / Dilene Raimundo do Nascimento & Vera Regina Beltrão Marques (orgs). - Curitiba: Ed. UFPR, 2011. 301 p.: 20 cm. - (Série pesquisa; n. 189). vários autores.

LUZ, Madel Terezinha. **Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)** [et al.]. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MACHADO, Roberto. **Danação da Norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

NEVES, Margarida de Souza. "Ciência, civilização e República". In: **Ciência, civilização e república nos trópicos** - Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

OLIVEIRA, Ariosvaldo Alves de. **Colônia Getúlio Varga: Centro de referência no tratamento de Hanseníase**. Gráfica Potiguar. 2008.

POSSOLLI, Gabriela Eyng. **Panoptismo como dispositivo de controle social e exercício de poder**. Educere. 2004.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v; 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Estigma, discriminação e lepra**. - Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

SONTAG, Susan. **AIDS e suas metáforas**. Tradução: Paulo Henriques Britto. - São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. **Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo**. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

ARTIGOS

a) Publicados em periódicos científicos

CABRAL FILHO, S. O medo da morte e os seus escritos: Campina Grande, décadas de 1930 e 1940. In: **Saeculum - Revista de História**, ano 19, p. 189-202, n. 31, 2014.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. Estado interventor na Paraíba (1930-1932): política, centralização e dimensão mítico-estatal. In: **Saeculum - Revista de História**, ano 13, n. 17 (2007). - João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, jul./dez. 2007.

ANEXO

ANEXO A – Livro de registros dos pacientes do HCGV

**LIVRO DE
REGISTRO DE DOENTES DE LEPRO**

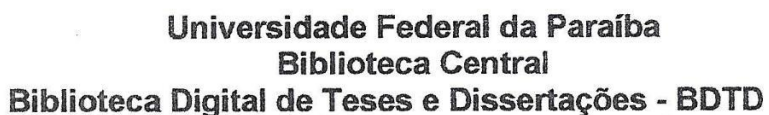
MÓDELO N. 13

Matrícula N.º _____
Prontuário N.º 1
Peso: _____

NOME: _____
IDADE: 26 anos COR: morena DATA DE ENTRADA: 12 de Julho de 1941
NACIONALIDADE: Brasileiro SEXO: masculino ESTADO CIVIL: solteiro
PROFISSÃO: Agricultor NATURALIDADE: Campina Grande - Paraíba
FORMA CLÍNICA DA LEPRO: Leprosma urbano TEMPO DE MOLESTIA: 17 ANOS MES: _____
FILIAÇÃO: Francisco Pereira da Silva PROCEDÊNCIA: Campina Grande - Paraíba
LOCALIDADE ONDE RESIDIA QUANDO SE MANIFESTOU A MOLESTIA: _____
NOME E RESIDÊNCIA DA PESSOA DIRETAMENTE INTERESSADA (PAI, CONJUGE, PARENTE OU TUTOR): _____
Silva - Lima - Rua Industrial, 24 - C. Grande - Pb.

OBSERVAÇÕES: O doente foi transferido para a Colônia de Manguera - Paraíba, em 30/8/1946.

ALTA EM: _____ FALECIMENTO EM: _____ CAUSA-MORTIS: _____
O MÉDICO: Dr. Edson de Almeida



Termo de Autorização para Publicação Eletrônica na Biblioteca Digital da UFPB

1. Identificação do Documento: () Tese (X) Dissertação

2. Identificação do trabalho/autor:

Programa de Pós-Graduação em: HISTÓRIA

Área de concentração (Tabela CNPQ/CAPES): 70000000 / Ciências Humanas / História

Título: "A LEPROSA E A ORDEM": UMA HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL COLÔNIA GETÚLIO VARGAS - PARAÍBA (1929-1941)

Autor: Emanuel Calixto do Nascimento

CPF: 102.310.354-03

telephones: 3421-1061 / (83) 99939-7047 e-mail: emanoelcalixtopb@gmail.com

Orientador(a): Cláudia Engler Cury CPF: 059.237.318-51 e-mail: Claudiaenglercury73@gmail.com

Co-orientador: _____ CPF: _____ e-mail: _____

Data de defesa: 04/04/2019.

3. Informações sobre a publicação do documento¹

Esse trabalho é confidencial?: () sim; (x) não.

Esse trabalho ocasionará registro de patente?: () sim; (x) não.

Qual é a amplitude da liberação da publicação?: (x) total – desde que cite a fonte

() parcial – permissão de capítulos

Especificar capítulos para publicação: _____

4. Declaração do autor:

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação supracitada, de acordo com a Lei nº 9610/98, autorizo à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), disponibilizar o trabalho em meio eletrônico na Rede Mundial de computadores no formato especializado², gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, conforme permissões assinadas acima – a versão original ao exemplar impresso e entregue na Secretaria do Programa de Mestrado e/ou Doutorado, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPB, a partir desta data.

AUTOR

ORIENTADOR

Assinatura do autor
Assinatura do autor
Local
Local
Data
Data

Assinatura do orientador

Local

____/____/____

Data

¹ Esta classificação poderá ser mantida por até um ano a partir da data da defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à Coordenação do Programa de Pós-graduação.

² Texto (PDF); Imagem (JPG ou GIF); Som (WAV, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, AVI, QT); Outros (Específico da área).